

Diagnóstico e propostas
do PCP em Lisboa

Indústria e desenvolvimento

Militantes, dirigentes e deputados comunistas fizeram, ao longo de quatro meses, o «Forum Indústria e Desenvolvimento no Distrito de Lisboa», como contributo para fortalecer o aparelho produtivo, estimular a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida, valorizar o papel da classe operária e reforçar o Partido.

Págs. 5 e 6



José Gomes Ferreira *Poeta Militante*



O Poeta faz cem anos. Quer dizer que ultrapassou a morte e que as suas palavras continuam a acompanhar-nos.

Centrais

MDM em Congresso

A força de ser mulher

Mais de 600 mulheres participaram no passado fim-de-semana, em Aveiro, no VI Congresso do Movimento Democrático de Mulheres – MDM. Um largo debate, com significativa presença de jovens.

Págs. 24 e 25

Carvalhas no Guadiana

De Mértola a Alcoutim

Que melhor para chamar a atenção dos graves problemas, potencialidades e aspirações do Baixo Guadiana do que navegar no próprio grande rio do Sul? Foi o que fez o Secretário-Geral do PCP.

Pág. 8

Cimeira na Feira

Euromanif no Porto

A Confederação Europeia de Sindicatos convocou os trabalhadores da União para exigir políticas de emprego aos chefes de Estado e de Governo dos Quinze. A manifestação foi marcada para o próximo dia 19, no Porto.

Pág. 20

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matriculada: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Manuel Jorge Veloso
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22941 76 70

ASSINATURAS
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)
50 números: 8 100\$00
25 números: 4 200\$00
EUROPA
50 números: 21 850\$00
EXTRA-EUROPA
50 números: 30 600\$00
GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU
50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Na manifestação contra a política externa dos EUA

Resumo

31 Quarta-feira

Uma concentração frente à embaixada dos EUA, em protesto pela política internacional deste país, marca a visita de Bill Clinton a Portugal ● Realiza-se no Palácio de Queluz a cimeira União Europeia/Estados Unidos não levando a nenhum acordo comercial sobre os alimentos geneticamente modificados ● No Luxemburgo, um cidadão tunisino fortemente armado toma como reféns 25 crianças e três educadoras de um jardim de infância ● José Eduardo dos Santos, presidente de Angola, desmente a acusação por parte da Zâmbia de que as suas tropas tivessem invadido território zambiano e acusa elementos do governo de Lusaca de pretenderem criar tensão entre os dois Estados.

1 Quinta-feira

A JCP organiza em Lisboa um debate com Ilda Figueiredo sobre Políticas de Juventude na União Europeia ● Chega ao fim o sequestro das 25 crianças e das três educadoras no Luxemburgo, tendo as forças especiais da polícia atingido o sequestrador com dois tiros na cabeça, deixando-o em estado de coma ● É aprovada na AR a proposta de lei que descriminaliza os touros de morte em Portugal ● França e Alemanha chegam a um acordo de princípio para a reforma das instituições europeias, onde se prevê que a Alemanha ganhe poder de decisão no Conselho Europeu ● O governo semiautónomo da Irlanda do Norte reúne pela primeira vez desde a sua suspensão em Fevereiro.

2 Sexta-feira

Centenas de pessoas de Souzela e Coimbra protestam contra a decisão do Governo de avançar com a co-incineração ● Durão Barroso e Paulo Portas confirmam existirem negociações para uma possível criação da «terceira Alternativa Democrática» ● Jaime Gama, ministro dos Negócios Estrangeiros, visita Jacarta onde defende que Lisboa deve ser o maior aliado de Jacarta nos Quinze ● Catorze chefes de Estado e de governo da Europa, África, América e Pacífico abrem em Berlim a «cimeira dos reformadores» com o objectivo de discutir os problemas da globalização.

3 Sábado

Jorge Sampaio, Presidente da República, visita a Suíça ● O BE apresenta Fernando Rosas, professor universitário, como candidato às eleições presidenciais ● Tem lugar em Coimbra um Fórum Internacional sobre co-incineração onde

o ministro do Ambiente é fortemente criticado pelos ambientalistas ● Jacarta, durante a visita de Jaime Gama, garante que até Julho irá apresentar os nomes dos acusados do «Setembro negro», que vitimou milhares de timorenses ● Bill Clinton visita Moscovo onde se encontra com Vladímir Putin.

4 Domingo

José Augusto de Carvalho, secretário de Estado da Administração Local, anuncia que o Governo irá apresentar uma proposta de lei eleitoral que visa dar total poder aos presidentes das Juntas de Freguesia de escolher os restantes membros do executivo, actualmente eleitos pelas populações ● Bill Clinton e Vladímir Putin assinam um acordo de estabilidade estratégica, enquanto Moscovo continua a recusar rever o tratado bilateral ABM sobre as armas antibalísticas ● Jesús María Pedrosa Urkiza, autarca espanhol eleito pelo PP de Aznar, é morto a tiro em Durango, em atentado atribuído à ETA pela polícia ● Ehud Barak é alvo de ameaças de morte por extremistas israelitas, que se afirmam contra a retirada da Cisjordânia.

5 Segunda-feira

O Tribunal de Recurso de Santiago do Chile anuncia a decisão de retirar a imunidade parlamentar ao ex-ditador Augusto Pinochet ● A Comissão Europeia, ao apresentar a análise da educação em 26 países da Comunidade, conclui que Portugal tem a maior taxa de desistência após o 9.º ano de escolaridade ● Milhares de pessoas por toda a Espanha manifestam-se contra as acções da ETA, prestando uma última homenagem ao autarca de Durango ● Vladímir Putin, durante a sua visita a Itália, propõe a criação de um novo tratado antimissil entre a Europa, a Nato e a Rússia.

6 Terça-feira

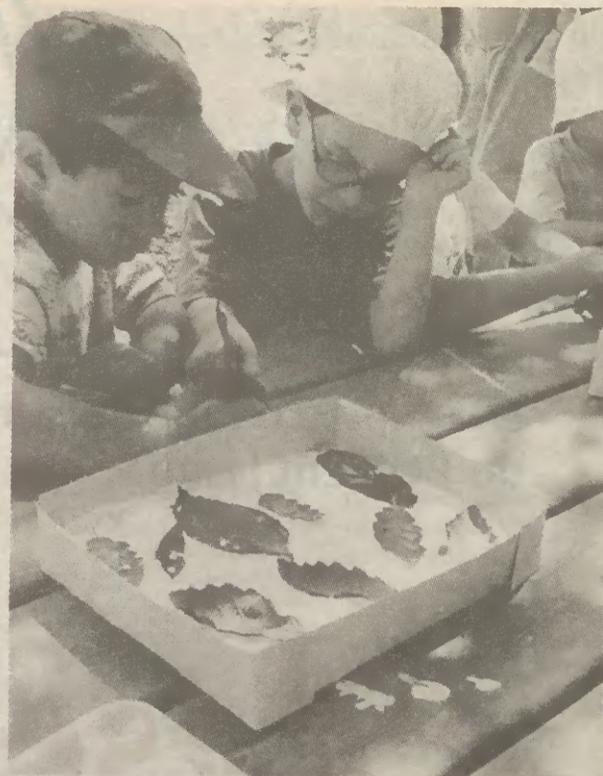
O PCP promove na AR um debate sobre a criação de institutos regionais e descentralização de poderes, onde são fortemente criticadas as Comissões Coordenadoras Regionais (CCR) criadas pelo Governo ● António Guterres defende que a co-incineração pode ser uma solução transitória para os produtos tóxicos, ao mesmo tempo que as populações continuam a manifestar-se contra a adopção deste método ● «Os Verdes» apresentam na Assembleia da República um requerimento para saber «o prazo de vida das cimentarias» que estão a laborar no País ● Os cidadãos sérvios da cidade dividida de Kosovska Mitrovica bloqueiam as principais estradas como forma de protesto pela violência contra a sua comunidade perpetrada pelos albaneses.

Aconteceu

«Lisboa Sustentável» exposta na EXPO/2000

«O Desenvolvimento Sustentável de Lisboa» é um dos projectos internacionais seleccionados por um júri e está a ser apresentado na EXPO/2000, em Hannover, que se segue à EXPO/98 de Lisboa e é a primeira exposição universal realizada na Alemanha, tendo aberto as portas no passado dia 1 de Junho. O projecto lisboeta é formado por quatro pilares - Qualificação da Zona Ribeirinha, Parque

Ecológico de Monsanto, Plano de acção Resíduos e Cidadania e Qualificação da Zona Oriental - e está exposto na Global House da EXPO/2000. Trata-se do único projecto de desenvolvimento urbano que integra esta exposição, sendo os outros motivos escolhidos puramente ambientais ou de origem social. Este Plano de Desenvolvimento Sustentável de Lisboa foi todo ele conduzido ao



longo dos anos pelo vereador comunista Rui Godinho, que este mês cessou mais de 20 anos de activi-

dade autárquica no município de Lisboa. Este projecto lisboeta foi um dos 125 escolhidos pelo júri

entre 800 propostas, sendo, finalmente, um dos 18 que tiveram a honra de integrar a EXPO/2000.

Novo aumento no preço do gás



A partir desta semana, cada botija de gás propano para uso doméstico passa a custar entre 2300 e 2500 escudos (conforme os revendedores), o que significa mais 120 escudos de aumento, correspondendo a 5% de agravamento do preço. O gás industrial (propano) que abastece os restaurantes sofre, igualmente, um agravamento do preço na ordem dos mesmos 5% das botijas para uso doméstico. Este é o terceiro aumento dos preços do gás desde o início deste ano. As três produtoras e fornecedoras de gás, que dominam 90% do mercado em Portugal, anunciaram os novos aumentos através de uma circular enviada a todos os seus revendedores, invocando, como sempre, as oscilações do dólar e do preços dos combustíveis nos mercados internacionais.

João Vieira Pinto dispensado do Benfica

João Vieira Pinto, há oito anos consecutivos futebolista do Sport Lisboa e Benfica e um dos grandes atletas de topo no futebol português, foi dispensado pela direcção do clube alfacinha liderada por João Vale e Azevedo. Na sexta-feira passada o atleta foi subitamente informado

de que o seu nome estava incluído na lista dos dispensados pelo treinador Jupp Heynkes e, no dia seguinte, o presidente do clube e da Sociedade Anónima Desportiva (SAD), Vale e Azevedo, encontraram-se com João Pinto para formalizar a decisão e propor-lhe a rescisão do contrato com o

Benfica por mútuo acordo, o que este aceitou, comentando para os jornalistas: «Ele disse-me que se ficasse no clube não jogaria. Tenho 28 anos e não posso ficar sem jogar. Como é que eu ia ficar num clube que não me quer?» Ao longo dos oito anos consecutivos que jogou no Benfica, João Vieira Pinto tornou-se um símbolo do clube da

águia, de que era capitão, sendo considerado pela massa associativa e o público em geral como o «menino de ouro» da equipa da Luz. A decisão da direcção do Benfica apanhou toda a gente desprevenida e provocou uma imediata reacção de numerosos sócios e adeptos benfiquistas, que acorreram ao estádio a protestar contra

esta, até agora, não explicada dispensa do atleta, tendo Vale e Azevedo remetido os esclarecimentos para uma ulterior reunião com os sócios. Com esta decisão o Benfica prescindiu de quaisquer direitos sobre o atleta, que tinha contrato assinado até 2004, ficando este livre para negociar como entender a sua contratação noutra clube.

Inglaterra e Grécia disputam Parthénon

O ministro grego dos Negócios Estrangeiros, Georges Papandreu, deslocou-se esta semana ao Reino Unido com o objectivo de reclamar na Câmara dos Comuns a devolução à Grécia dos frisos do Parthénon que se encontram no Museu Britânico, concretamente o friso oriental constituído por 56 placas esculpidas em mármore com um comprimento de 75 metros e 15 intervalos, bem como 12 estátuas das célebres «Cariátides». O ministro da Cultura britânico, Chris Smith, já fez saber que considera este friso como propriedade do Museu Britânico, sustentando que estes foram adquiridos «legalmente» ao Império Otomano.

Mais um assassinato atribuído à ETA

Um conselheiro municipal do Partido Popular (PP, no poder em Espanha) foi esta semana assassinado a tiro na cidade basca de Durango, no Norte do País Basco, que fica a cerca de 20 quilómetros de Bilbao. Jesús María Pedrosa Urkiza, de 57 anos, foi alvejado a tiro na cabeça e a curta distância por um desconhecido, em plena luz do dia e no centro de Durango. O assassino pôs-se imediatamente em fuga, desaparecendo entre a multidão. Segundo a polícia

espanhola, o atentado foi perpetrado pela organização separatista basca ETA, a quem se atribui mais quatro mortes em Espanha desde a ruptura da sua autoproclamada trégua na luta armada ocorrida a 14 de Dezembro último. A grande maioria dos partidos políticos e organizações sociais espanholas condenaram de imediato mais este atentado, o mesmo fazendo o presidente do governo autónomo basco, Juan José Ibarretxe.

Crónica Internacional

• Albano Nunes

O périplo europeu de Clinton

Embora em fim de mandato, nem por isso o périplo de Bill Clinton pela Europa – Lisboa, Berlim, Moscovo, Kiev – pode deixar de merecer (ulterior) reflexão atenta e aprofundada. Porque do Presidente da superpotência se trata. Porque os interlocutores foram de peso e os temas, a começar pelo projecto norte-americano de dinamitar o tratado de interdição dos sistemas antimíssil, de grande alcance. Porque se vai o homem mas fica o sistema e as suas desmesuradas ambições imperiais.

Claro que não é inocente um certo tratamento mediático dado em Portugal a esta viagem, em que a imagem de um «grande Presidente», simpático, «sedutor», desconfiado, se sobrepõe ao exame crítico de orientações e práticas responsáveis por muitos dos mais dramáticos problemas do mundo contemporâneo. Nem é casual que uma pesada cortina de silêncio tenha descido sobre as

A identidade de interesses e políticas não pode fazer esquecer as divergências

vozes discordantes, e se tenha erguido um muro quase inexpugnável à divulgação da manifestação frente à Embaixada dos EUA em Lisboa, contra a política militarista e agressiva do imperialismo norte-americano. O que é sintomático do inquietante empobrecimento da democracia que temos. E tanto mais inquietante quanto a nível de Estado, para além da referência crítica à pena de morte, quase tudo o mais foram elogios aos EUA, afirmações de identidade de «valores» e promessas de empenhamento em alianças e



políticas que amarram Portugal à estratégia imperialista global e às disputas das grandes potências.

Tal como foi constantemente proclamado durante o périplo de Clinton, é verdade que há identidade fundamental de «valores», de interesses e nas políticas das grandes potências dos dois lados do Atlântico. Identidade que se manifesta no fortalecimento da NATO como instrumento de «defesa» comum, nas linhas de militarização e intervencionismo elaboradas em conjunto, em idênticas políticas económicas e sociais de classe, na convergência de «modelos» de desenvolvimento que o Conselho de Lisboa da União Europeia consagrou. Na sequência de Florença, a Cimeira dos «modernizadores» (!!!) de Berlim insere-se nos esforços para assegurar uma plataforma ideológica comum à globalização imperialista e formular respostas comuns (do «direito de ingerência» à «globalização de rosto humano») para as suas explosivas consequências sociopolíticas.

Mas a identidade fundamental de interesses e políticas não pode fazer esquecer as divergências, rivalidades e contradições que se manifestam em numerosas matérias de âmbito político, económico e militar. O fiasco de Seattle não foi um acontecimento menor. Agora mesmo, a Cimeira UE/EUA teve de remeter para mais tarde a solução de problemas relativos à «guerra económica». Há desconfianças sérias em torno das questões militares, desde a pretensão dos EUA em avançar para o seu sistema de defesa antimíssil – até Schröder disse que podia suscitar uma nova corrida aos armamentos – ao próprio processo de militarização da UE, cujo controlo os EUA receiam que lhes escape.

É verdade que Clinton apoiou o processo em curso de integração e alargamento da UE, que aliás considera paralelo ao reforço da NATO, e que lhe foi atribuído em Aix-la-Chapelle o Prémio Carlos Magno. «Bill, com o teu empenho, tornas-te um verdadeiro europeu», Schröder dicit. Não é porém fácil discernir nestes processos onde acabam coincidências de fundo e começam as cedências às posições hegemónicas dos EUA e tentativas de apaziguamento das suas ambições imperiais. É questão a seguir de perto. Na certeza porém de que, como sempre, o desenlace dependerá do desenvolvimento da luta de massas, da acção e cooperação internacional solidária das forças sociais e políticas que lutam pelo progresso social, a paz e o socialismo. E da capacidade dos comunistas e outras forças revolucionárias para aproveitar as situações favoráveis que se venham a apresentar para imprimir aos acontecimentos um rumo alternativo de rotura com as políticas dominantes e com o próprio sistema.

Editorial

UMA CERTA MANEIRA DE CANTAR

Assinalamos nesta edição do «Avante!» o centésimo aniversário do nascimento de José Gomes Ferreira, incontestavelmente uma das mais destacadas figuras da literatura portuguesa do século XX.

«Poeta militante» foi a expressão que escolheu para a edição da sua obra poética completa; militante comunista, foi a condição pela qual optou poucos meses antes de completar 80 anos de idade – duas militâncias que são apenas uma: a do Militante que colocou o seu talento, a sua sensibilidade, a sua inteligência ao serviço de todos os homens que sofrem, sonham, amam e, porque não desistem do futuro, resistem e lutam.

A adesão de José Gomes Ferreira ao PCP, há vinte anos, não foi um mero acto formal surgido na lógica sequência de uma vida marcada pela permanente presença dos ideais comunistas. É certo – e relevante –, como sublinha Urbano Tavares Rodrigues, que «muitos anos antes de aderir ao Partido Comunista já este singular escritor, tão inspirado como artesão do seu ofício, dizia aos quatro ventos o seu desejo de

condições de admissão no Partido e do seu funcionamento, onde existe a maior liberdade possível. O Partido é de facto democrático e trabalha para o povo, pelo povo e com o povo.»

Atentemos na designação que, utilizada como labéu e constituindo um autêntico insulto a todas as pessoas idosas, procura generalizar a ideia de que o PCP é um «partido de velhos». Na verdade, se um partido com quase oitenta anos de vida não tivesse entre os seus militantes um elevado número de pessoas de idade, isso significaria que era um partido falhado, que parte assinalável dos seus militantes o havia abandonado por não se rever nele ou por considerar que ele não representava condignamente os seus interesses, anseios e aspirações. A existência, no PCP, de um número considerável de militantes idosos é, assim (e não só por isso, obviamente), não um dado negativo mas, pelo contrário, uma referência altamente positiva – um dado de que o PCP se orgulha e que só honra a sua história e a sua luta.

Acresce que, no panorama partidário nacional, o PCP – que vê o rejuvenescimento como um processo permanente – é, provavelmente, o partido com mais jovens, quer entre os seus militantes em geral, quer entre os militantes recém-inscritos, quer entre os seus quadros dirigentes. E é, seguramente, o partido onde a fraternidade, a camaradagem e a solidariedade intergeracionais assumem a mais elevada expressão e o mais valioso conteúdo humano.

José Gomes Ferreira – para quem «os homens em multidão são melhores do que são» – observou na entrevista ao «Jornal»: «Sempre me agradaram os comícios – mas os que mais me impressionavam eram os do PCP, onde os homens me pareciam mais fraternos e entusiastas.»

Talvez resida nestas realidades uma das principais razões que estão na origem da permanente, da inesgotável capacidade de atracção do PCP – capacidade de atracção de jovens e de outros que, não o sendo pelo bilhete de identidade, o são pela persistência no sonho e na luta por uma sociedade nova, livre, fraterna, solidária, liberta de todas as formas de opressão e exploração.

Foi, por isso, a este Partido que o Poeta aderiu. E a outro não poderia ter sido: o projecto de um partido modela a sua prática, o seu funcionamento, a sua forma de agir e é factor decisivo na opção militante.

Quem, em consciência e com lucidez, se posicionar do lado dos explorados e contra os exploradores, do lado da liberdade e contra a opressão, do lado da justiça e contra a injustiça, do lado da solidariedade e contra o egoísmo... quem, em consciência e com lucidez, faça esta opção e decida lutar por ela, é no PCP que encontrará o espaço de intervenção adequado. E tal opção marca o conteúdo da intervenção de quem a faz, é um patamar novo na aquisição dessa forma superior de cultura que é a consciência de classe, dá força colectiva e fraterna à luta pelo futuro – é, afinal, «uma certa maneira de cantar».

“Foi a este Partido que o Poeta aderiu. E a outro não poderia ter sido”

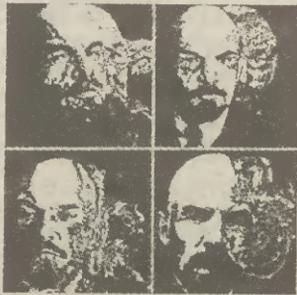
mudança, de igualdade entre os homens». E é igualmente certo – e relevante – que aquela adesão ocorreu quando o «homem moral» que era o Poeta entendeu ser o momento certo.

Adesão ao Partido de um homem com 80 anos é, sempre é por si só, um facto com um significado muito especial, um acto criador de grande beleza e ternura. Sabe-se, no entanto, que uma das linhas de ataque ao PCP reside na «acusação» que lhe é feita de ser um «partido de velhos» – «acusação» com a qual os detractores procuram, simultaneamente, reduzir os militantes comunistas a um conjunto de pessoas de idade e disseminar a ideia de que o projecto do Partido está «ultrapassado», é «velho». Em contrapartida, segundo eles, a «modernidade» e a «actualidade» seriam qualidades exclusivas dos restantes partidos. Ora, mostram as práticas, os objectivos e os projectos dos vários partidos nacionais que a situação é, precisamente, a inversa. Não é difícil constatar, por um lado, a existência de um conjunto de partidos que defendem e se batem pela consolidação de um sistema económico e social velho de centenas de anos, cuja essência opressora e exploradora se mantém inalterável e que apenas adapta a sua fachada às suas necessidades de sobrevivência; e, por outro lado, a existência de um partido portador de um projecto de sociedade novo, moderno de facto, revolucionário. Foi a este Partido que José Gomes Ferreira assim se referiu, em entrevista concedida ao então semanário «Jornal»: «Hoje sou um militante do PCP. Devo dizer-lhes que antes me tinha informado das

Actual

A evocação do 130.º aniversário do nascimento de Lênine tem constituído ponto de partida para diversas referências à sua obra, mais ou menos a propósito, que, se representarem um estímulo para uma ida às fontes e para o conhecimento dos originais, terão um saldo indiscutivelmente positivo.

Percorram-se os 45 grossos tomos em que estão publicadas as suas obras (1) - em que a par de trabalhos que ainda hoje constituem referência obrigatória no domínio da política, da economia e da filosofia, se encontram muitas centenas de escritos de circunstância - e surpreenda-se o modo de pensar vivo, incessante, concreto,



que verdadeiramente singulariza Vladimir Ilitch e que o distingue em absoluto de quantos, ao longo dos anos, se afadigaram a apresentar citações suas fora do contexto com o propósito de justificarem as mais estranhas (e até aberrantes) posições e práticas políticas.

Um facto que a investigação histórica determinou já com suficiente rigor é que este processo foi iniciado logo após o desaparecimento de Lênine, em 1924, com a tentativa feita por Staline para se apresentar como intérprete do seu legado político e como beneficiário do seu imenso prestígio revolucionário. Além disso difundiu-se cada vez mais a compreensão de que a escolás-

tica estalinista (2) - deturpando, falsificando, rompendo com a riqueza do património teórico de Marx, Engels e Lênine e com o livre exame crítico e debate das ideias - representou um profundo retrocesso para a causa emancipadora dos comunistas e conduziu a desastres históricos de magnitude mundial.

Há sempre a possibilidade de permanecer amarrado a tabus e de não falar nestes assuntos, mesmo quando se impõe.

Mas não é exacto, para a nossa causa, que só a verdade é revolucionária?

(1) V. Lênine, Oeuvres, Paris/Moscovo, Editions Sociales/Editions du Progrès.

(2) Ver, por exemplo, J. Stalin, Cuestiones del Leninismo, Mexico, DF - 1941, Ediciones Sociales.

O Dr. Frankenstein agradece

• Aurélio Santos

Tal como o dr. Frankenstein das histórias de terror, o capitalismo moderno criou um monstro: a chamada «globalização». E tal como o monstro de Frankenstein a «globalização» começou a aterrorizar o mundo.

O caso é que a globalização, apresentada como motor para o desenvolvimento e o progresso no novo mundo pós-guerra fria e semente transgénica de uma forma superior de «economia de mercado», já deu frutos suficientes para se revelar portadora e promotora de gravíssimas taras sociais, fomentando a níveis nunca atingidos as perversões económicas do capitalismo.

O mundo está submetido às ordens e interesses de um punhado de grupos financeiros com domínio planetário. Segundo dados da ONU, 47 transnacionais controlam mais de 1/3 dos investimentos e vendas mundiais. Está em curso uma nova fase de internacionalização do processo produtivo através da corrosão e desmantelamento das economias nacionais, da desregulamentação dos mercados, da fragmentação social, da ofensiva contra os direitos dos trabalhadores. Este sistema pretende legitimar-se através de organizações supranacionais: FMI, OMC, Comissão Europeia, Banco Europeu, Banco Mundial, etc. Aos governos eleitos (em sistemas cada vez mais de uma democracia de fachada) cabe apenas neste quadro a função de agentes de relações públicas das decisões e interesses desses centros decisórios.

Foi nesta função que os governos europeus da Internacional Socialista, sempre prestimosa em dar uma maquilhagem ideológica «de esquerda» às políticas do capi-

tal, convocaram o «encontro de Berlim» da passada semana.

Em fins do século passado uma outra Conferência de Berlim consagrou a partilha do mundo entre impérios coloniais. Nesta nova conferência a IS rendeu vassalagem à globalização imperialista colorindo-a como «mapa cor-de-rosa». Para isso propôs-se «humanizar o capitalismo». Perante o descarrilamento da demagogia da «3.ª via» proclamada triunfalmente há um ano em Florença, os porta-vozes da IS aceitam agora com uma «4.ª via»: a modernização do capitalismo. Coube ao secretário-geral Guterres lançar os temas para a «governabilidade do século XXI»: mais «arquitectura social» e menos «engenharia económica», compensação das «lógicas de mercado» com um «maior equilíbrio social», «redução do abismo informático», e... combate à SIDA. Nada mais inócuo. E tudo acabou com uma «Declaração de Princípios» esvaziada de conteúdo e a sua oferta como tema de reflexão para a próxima reunião dos G-7 - precisamente os países que à sombra da «globalização» recolhem já 85% do rendimento mundial, enquanto 80% da população reparte os 15% restantes... E ainda por cima recomendaram a «reformulação dos organismos internacionais», designadamente a ONU - certamente para ficarem mais de acordo com o novo «conceito estratégico» da NATO como braço armado da globalização, imposto no ano passado pelos Estados Unidos.

Pode sentir-se grato o dr. Frankenstein por esta ajuda da IS. Mas não é a maquilhagem cor-de-rosa que mudará a natureza da sua monstruosa criatura.



A bilha do cidadão

• Leandro Martins

Ainda a tinta das palavras de Guterres não havia secado, após as promessas que fora distribuir à Assembleia da República, e logo surgia uma notícia capaz de deixar perplexo o cidadão pagante. A bilha do gás ia aumentar.

Mas Guterres não tinha afirmado a pés juntos que os combustíveis não aumentariam até final do ano?, ter-se-á perguntado o cidadão pouco informado disto de combustíveis de preço fixado ou de tabela livre. Mas então os aumentos são só para quem não tem carro?, perguntaria o cidadão pedestre. E logo cento e cinquenta paus?, indignar-se-á o cidadão utente de gás não canalizado. Mas isto não vai fazer aumentar a inflação no nosso bolso?, preocupa-se o cidadão trabalhador. E como é que vou fazer para esticar o gás até ao fim do mês?, aflige-se o cidadão reformado.



É que isto de cidadãos há-os de muitos modos e feitios e interesses. Haverá mesmo cidadãos em nada atingidos por estes aumentos, cidadãos não perguntadores, nem indignados, sequer preocupados ou aflitos, e o cidadão Guterres será um deles, no que está bem acompanhado pelos grandes empresários que Cavaco - outro cidadão - procura lançar às canelas do actual Primeiro-Ministro.

Os cidadãos trabalhadores por conta de outrem, com contrato efectivo ou sem ele, a prazo ou a recibo verde, no activo ou reformados - aqueles que, além do mais, são quem desconta o grosso dos impostos para o Estado -, é que são atingidos gravemente com mais este aumento, decorrente, segundo se diz, da subida do custo do petróleo, embora logo a seguir se anuncie a descida desse custo.

Está cada vez mais claro que o Engenheiro Guterres, viajante ilustre, cumpre algumas das suas promessas. Nomeadamente no que toca ao diálogo, tem-se desdobrado em conversa com os maiores conversadores. Não haverá país em que não encontre um interlocutor. Fala de baixo para cima - com Clinton, por exemplo - e de cima para baixo, embora nesta vertente se mostre muitas vezes surdo. Promete a todos e cumpre só para alguns. Os mais numerosos dos interessados - os trabalhadores, as mulheres, os jovens, os reformados - é que se preocupam por não verem cumpridas as promessas que Guterres distribuiu graciosamente. Mas não se pode ter tudo. E se alguns acusam o Governo de ter deixado aumentar um combustível tão essencial como o gás engarrafado, não prevenindo nem prevendo um tal aumento, esquecem que não se trata de um problema de combustível. O problema é a bilha.

Frases

“Enfim, somos um aliado fácil; nesta orla atlântica já não há ondás. Clinton pode regressar tranquilo à Casa Branca; Soares meteu o socialismo na gaveta, Guterres meteu a gaveta num cofre-forte.”

(César Príncipe, Jornal de Notícias, 4.6.00)

“Desde o momento em que perdeu o poder para o engenheiro Guterres, a direita pensa que anda a negociar uma solução alternativa. Engana-se. Porque, até hoje, só tem produzido “voodoo”.”

(Sérgio Figueiredo, Diário Económico, 5.6.00)

“O texto divulgado pela OIT lança um sério aviso aos incautos: para a esmagadora maioria da população mundial, velhice será sinónimo de pobreza. Moral da história: quem não trabalhar sempre - ainda que tenha trabalhado durante 40 ou 50 anos - não come. São os “amanhãs que cantam” do capitalismo democrático...”

(António Rego Chaves, Diário de Notícias, 6.6.00)

“A política ainda se faz de uma maneira antiquada, muito à base da intriga. Dantes, eram as famílias que detinham o poder. Hoje, o político e os próprios partidos funcionam como grandes famílias.”

(Agustina Bessa-Lúis, Focus, 5.6.00)

“Ninguém tem o direito de decidir o que se passa na cabeça dos outros, mas todos nós temos o direito de imaginar”

(Mário Cláudio, idem)

“Conspirai, companheiros e amigos [do PSD]. Já. É um dever.”

(Luís Fontoura, Diário Económico, 6.6.00)

“O tabaco é uma droga. O álcool também é uma droga. O que haveria que fazer para deixar de se consumir tabaco e álcool? Quem souber responder a esta pergunta - mas só quem lhe souber responder -, se poderá abalançar a tentar resolver pela via radical da abstinência o problema da droga.”

(António Amaro de Matos, idem)

“A distinção entre drogas legais e drogas ilegais é artificial: não tem qualquer sentido prático ou útil. Não é certamente o perigo que orientou o legislador: as primeiras matam mais do que as segundas.”

(idem, ibidem)

“(...) É-me intolerável ouvir que a Santa Mãe de Deus teria desviado as balas que visavam matar o Papa, quando não mexeu um dedo sequer para impedir o extermínio dos judeus e o tráfico ignóbil de milhões de negros. É impensável e, no entanto, odiosamente verdadeiro que a Igreja Católica foi desviada do seu caminho salvador, logo universal, da Ressurreição do Verbo de Jesus, inseparável da Páscoa, da passagem da servidão, da escravatura à libertação. Tudo isto para a substituir por uma Igreja das aparições marianas.”

(Jean Cardonnel, dominicano, em artigo saído no Le Monde e condensado pelo Público de 6.6.00)

Diagnóstico e propostas do PCP em Lisboa



Indústria para desenvolver

Em dez anos, houve graves alterações no tecido industrial, com consequências no volume e na qualidade do emprego e numa maior dependência do exterior.

Militantes, dirigentes e deputados comunistas fizeram, ao longo de quatro meses, o «Forum Indústria e Desenvolvimento no distrito de Lisboa», como contributo para fortalecer o aparelho produtivo, estimular a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida, valorizar o papel da classe operária e reforçar o Partido.

O Forum começou por ser um grupo de trabalho, constituído por decisão da direcção regional de Lisboa do PCP e do qual fazem parte quadros ligados à indústria e aos estudos económicos. Como ponto de partida, havia os números

do Instituto Nacional de Estatística sobre a região de Lisboa e Vale do Tejo, na qual se integra o distrito.

Era evidente a insuficiência dos dados disponíveis, em particular sobre o tipo de indústria transformadora existente, as suas fragilidades e vectores de potenciação, as condições laborais e de organização, os impactos das políticas económicas que traduzem, no essencial, os interesses do sector financeiro.

Os resultados do Forum vão ser divulgados aos trabalhadores do distrito

A DORL decidiu suscitar o diálogo com aqueles que mais directamente se encontram associados à indústria transformadora. A 29 de Fevereiro, realizou-se um primeiro debate, no centro de trabalho Vitória. Seguiram-se visitas de delegações do Partido a empresas de diferentes sectores e concelhos, que permitiram reunir com estruturas representativas dos trabalhadores e com administrações da Titan, Novembal, Fundação Dois Portos, Frismag, Salvador Caetano, Im-

pormol, Trefilaria, Centralcer, Autosil, Lusalite, bem como contactos informais nos locais de trabalho. Realizaram-se reuniões com a União dos Sindicatos de Lisboa e as delega-

ções sindicais de Amadora, Vila Franca de Xira, Torres Vedras, Oeiras e Cascais, com a associação patronal da Metalurgia e Electromecânica, com responsáveis do IEFP e do Centro de Formação Profissional da Venda Nova. A visita às Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento assinalou a primeira vez que uma delegação do PCP foi recebida num estabelecimento fabril das Forças Armadas.

Vai continuar.

O Forum teve na semana passada o seu encerramento. Na sessão de dia 30 de Maio, no Hotel Plaza, entrevistaram Carlos Carvalhas, Agostinho Lopes, Alexandre Teixeira (da DORL e do Comité Central), camaradas da Solvay, da Covina, da Sorefame/ADTranz e do sector têxtil, e os deputados António Filipe e Natália Filipe. Mas o trabalho vai continuar. Vão prosseguir as visitas a empresas e vai ser feita uma ampla divulgação dos resultados desta iniciativa aos trabalhadores do distrito.

Poderá haver quem se surpreenda, por ver, fora do tempo de campanha eleitoral, um carro de som com bandeiras e um grupo de militantes a distribuir folhetos à porta de empresas ou em terminais de transportes colectivos. Mas, para muitos trabalhadores, não é surpresa verem os comunistas estender-lhes a mão, a palavra e o compromisso para a acção, mesmo quando não é época de apelar aos votos.

Algumas medidas

Deve ser dada prioridade total à instalação de novas unidades produtivas nas zonas industriais onde grandes empresas são desactivadas, defende o PCP, de forma a contrariar as pressões imobiliárias e a adulteração da ocupação dos terrenos.

No curto prazo, esta proposta tem em vista Lisboa ocidental, mas o princípio alarga-se a todo o distrito, uma vez que um espaço urbano equilibrado requer uma larga e diversificada capacidade de emprego industrial, satisfazendo as exigências ambientais e facilitando a deslocação dos trabalhadores entre a habitação e as empresas.

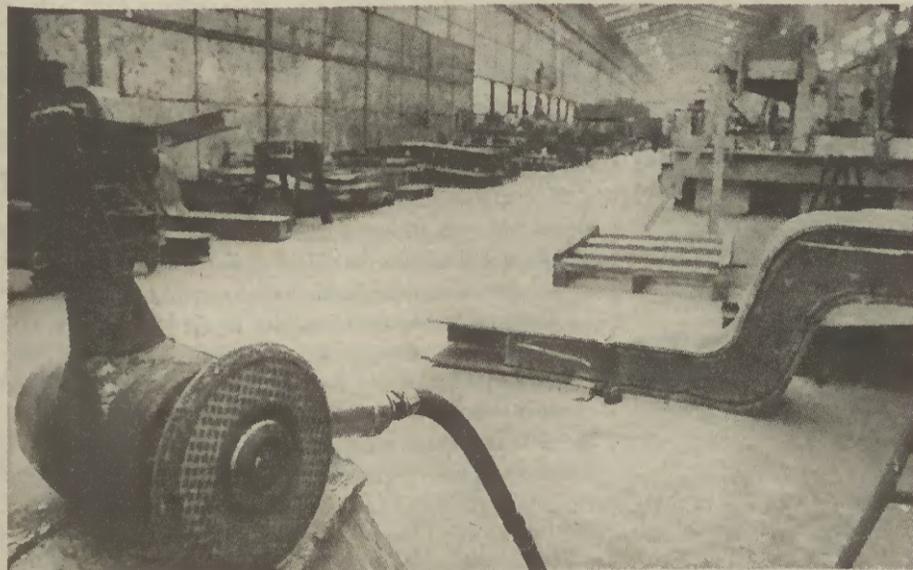
Os comunistas vão prosseguir a luta por uma firme defesa e expansão da produção nacional e por apoio efectivo ao desenvolvimento de sectores como a metalurgia e metalomecânica, a alimentação, bebidas e tabacos, a química e farmacêutica, a cerâmica, cimentos e vidro, as indústrias eléctricas e electrónicas, a têxtil e os estabelecimentos fabris das Forças Armadas.

A propósito destes, o Forum apontou o exemplo do Laboratório Militar, que tem condições técnicas para assumir o controlo analítico das águas de consumo humano e para produzir derivados de sangue e de plasma humano, tornando Portugal auto-suficiente nesta matéria. Mas os governos do PS e do PSD, ao invés de desenvolverem os EFFAs, têm procurado entregar a sua actividade a interesses privados.

Para debate

Entre outras ideias e propostas, o Forum decidiu lançar o debate público sobre as possibilidades de concretização de algumas outras medidas, tais como:

- criar e desenvolver pólos industriais articulados para a aeronáutica (como nas OGMA e na TAP e com participação da Força Aérea) e a produção de equipamento e alfaias agrícolas (partindo das unidades existentes na região Oeste);
- desenvolver um pólo industrial com base nas telecomunicações e electrónica;
- desenvolver linhas de produção de equipamentos produtivos;
- estimular uma activa política de criação e defesa do emprego nas principais áreas industriais dos grandes centros urbanos.



Os problemas da indústria têm responsáveis e soluções

A indústria foi submetida ao ataque do capital financeiro e das multinacionais

Dominar para liquidar

A balança comercial portuguesa, registando um défice de 2200 milhões de contos em 1999, confirma a evolução desastrosa da indústria transformadora.

O PCP responsabiliza os governos do PS e de Guterres por terem acentuado as principais vertentes e consequências da política que permitiu o domínio da indústria por parte do capital financeiro nacional e multinacional. O documento-base do «Forum Indústria e Desenvolvimento» aponta vários sectores de actividade onde os investimentos estrangeiros serviram para liquidar a indústria nacional, arrecadar lucros chorudos e alargar o mercado para os seus produtos.

Foi o que se passou com a entrega à ABB (agora **ADtranz**) da metalomecânica pesada e do material circulante ferroviário. A Mague foi encerrada, a Metalsines foi vendida, na ex-Sorefame tem sido desmantelada capacidade técnica e produtiva, ao mesmo tempo que está em preparação um negócio de especulação imobiliária com terrenos de fábricas (Alverca e Venda Nova).

Multinacionais da indústria e comércio farmacêuti-

co compraram empresas e deslocaram a produção, reduzindo o emprego em quase 40 por cento (de 1991 a 1999). Metade dos menos de dez mil postos de trabalho restantes corresponde a delegados de informação médica. A quota das multinacionais atinge os 95 por cento do mercado, que somou 400 milhões de contos em 1998.

Na **química**, com a privatização de sectores-chave e a penetração em força das multinacionais, vários milhares de postos de trabalho foram liquidados entre 1991 e 1997. A produção de sulfureto de carbono, fibras de vidro, ácido sulfúrico, zinco metálico, produtos resinosos e essências vegetais (nas químicas de base), de cosméticos, sabões, detergentes, produtos de limpeza e higiene corporal, óleos, margarinas, pneus e artefactos (nos produtos elaborados) encerraram ou foram substancialmente reduzidas.

Em duas décadas, a indústria têxtil passou de 24 mil

trabalhadores para cerca de 8 mil; encerraram mais de cem empresas e a razia continua, fruto da política e também de gestão deficiente, procurando lucro fácil e mantendo atraso tecnológico e dependência de marcas estrangeiras.

A produção da **Siderurgia Nacional** Produtos Longos passou a ser condicionada pelos grupos espanhóis, e a Trefilaria de Sacavém importa aço da Turquia e da Moldávia, porque a actual SN Longos não o fornece.

A **Nestlé** adquiriu posições importantes em empresas nacionais, para deslocar de seguida a produção para outros países, mantendo as marcas portuguesas. A **ERU** fechou a fábrica na Abóboda e também deslocou a produção para fora do País.

A **Ford Lusitana** é lucrativa, mas a fábrica da Azambuja fecha este mês, e a multinacional investe noutros países da UE.

Presença nociva

Na indústria transformadora do distrito, a presença do

capital multinacional tem-se saldado por resultados prejudiciais ao País. O documento de 30 de Maio aponta três características:

- fraca incorporação de produções nacionais nos produtos finais;

- projectos produtivos que são, tendencialmente, a prazo

(mais curto do que longo), com dispersão do processo produtivo por vários países e recorrendo frequentemente à ameaça de desinvestimento (e desvio da produção para o estrangeiro);

- transferência dos lucros para os países de origem, não raras vezes na totalidade, beneficiando de mecanismos instituídos e do silêncio oficial.

Para os comunistas, esta situação é resultado das opções da política de direita, tomadas pelo PS, pelo PSD e pelo CDS-PP. Tais opções reflectem uma atitude de abdicação nacional, de desprezo pelo aparelho produtivo industrial e de adopção de um modelo económico capitalista, que serve os interesses e a vontade política do grande capital financeiro.

A produção nacional é substituída por importações das multinacionais

Decidido o fim da Epac e da Silopor

O administrador liquidatário da EPAC SA confirmou aos sindicatos a decisão do Governo de liquidar a Epac Comercial e a Silopor, revelou o CESP/CGTP. Não foi adiantado qualquer calendário, até porque a comissão liquidatária não está nomeada na totalidade.

Foi dito aos representantes dos trabalhadores que é admitida a venda da parte da Epac Comercial relativa à comercialização dos factores de produção, como uma hipótese de garantir alguns postos de trabalho. Mas só se houver comprador. Quanto à Silopor, «é observado situar-se a sua infra-estrutura de silos em terrenos cedidos em direito de utilização pelo "domínio público marítimo", logo não privatizável, excepto na parte da exploração», diz a direcção do CESP.

O sindicato aponta ainda que os trabalhadores «mais uma vez, pagam a factura», enquanto «os responsáveis político-partidários, governantes e gestores que conduziram as empresas para esta catástrofe têm, por cento, o futuro bem assegurado».

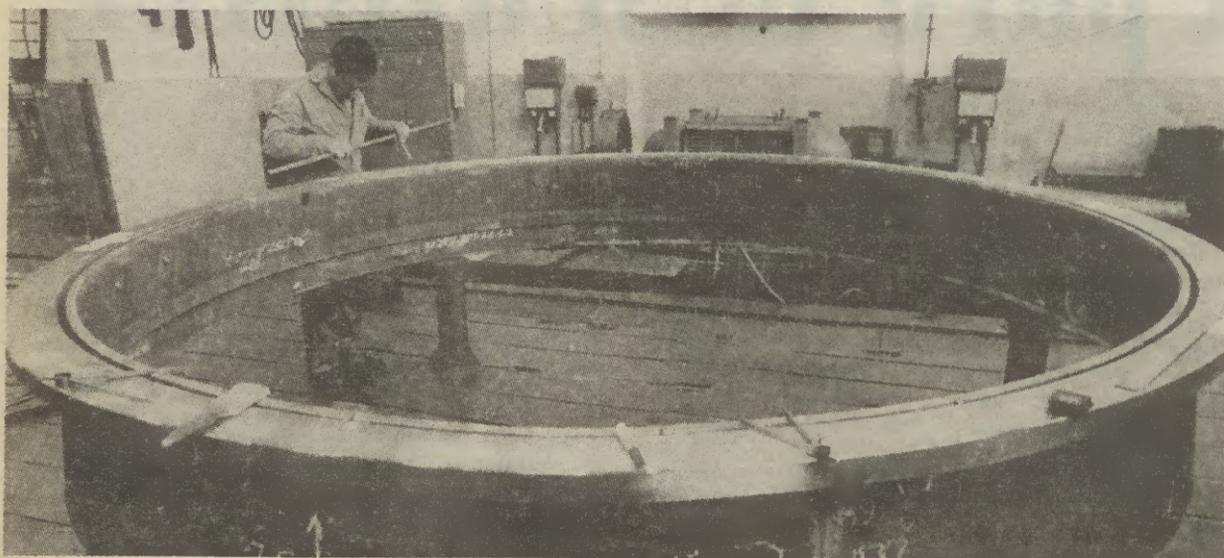
Feira Nova chamou GNR

Na sexta-feira à tarde, frente ao «Feira Nova» da Póvoa de Santo Adrião, decorria uma acção de denúncia de graves violações dos direitos dos trabalhadores, tanto naquela loja como em toda a cadeia de supermercados do grupo Jerónimo Martins. Os responsáveis do estabelecimento solicitaram a intervenção da Guarda Nacional Republicana, procurando afastar os delegados e dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal. Mas a GNR **apenas verificou a legalidade da acção** e confirmou que os activistas do CESP/CGTP estavam no uso dos direitos conferidos pela lei.

«Espera-se, agora, que clamem pela intervenção da Inspeção do Trabalho, para se certificar do não cumprimento, pelo Feira Nova, das leis laborais», ironiza a direcção do sindicato, num comunicado em que reafirma que vai prosseguir a luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores e anuncia próximas acções junto ao Modelo, no Montijo, e ao Pingo Doce, em Massamá.

Entre os problemas denunciados pelo sindicato, na cadeia Feira Nova e na loja da Póvoa, sobressaem abusos na definição dos horários, os baixos salários e subsídios, a atribuição de categorias (e remunerações) que não correspondem às funções desempenhadas, o não pagamento de trabalho suplementar, o elevado número de trabalhadores com vínculos precários.

No grupo Jerónimo Martins Retalho, que integra o Feira Nova, o Pingo Doce e o Recheio, «os problemas tendem a agravar-se, em todas as lojas e armazéns», alerta o sindicato, denunciando a manutenção de mais de metade dos trabalhadores em regimes precários, com grande peso de trabalho parcial. Os horários são «diariamente alterados, violando todas as normas e direitos» e «muito» do trabalho suplementar não é remunerado.



Ao capital estrangeiro interessa sobretudo conquistar mercado

Traços e tendências

Os comunistas reafirmam o importante papel da indústria transformadora no distrito de Lisboa, com um valor **estratégico** para o emprego e o desenvolvimento económico, constituindo um alicerce fundamental da independência e soberania nacionais. O actual quadro negro, retratado nas informações e opiniões recolhidas desde o início do ano, é real; mas a indústria mantém, mesmo assim, um grande peso na economia do distrito.

O documento apresentado a 30 de Maio mostra, contudo, uma evolução preocupante na natureza da indústria, sobretudo nos últimos dez anos. Tendencialmente, a indústria transformadora produz um baixo valor acrescentado, depende do estrangeiro, pratica a subcontratação e tem poucos quadros com for-

mação média e superior. Muito do emprego industrial é de baixa qualidade, penoso e com ritmos de trabalho de intensidade excessiva.

Muitas actividades produtivas têm sido extintas, designadamente nos sectores da química, têxtil, metalurgia e electromecânica. Aumentando o desemprego (quase 50 mil postos de trabalho destruídos), esta extinção provocou o desaproveitamento de mão-de-obra altamente qualificada, que herdara a formação de gerações e gerações de operários, e retrocessos qualitativos em significativas áreas da engenharia portuguesa.

As empresas têm-se defrontado com uma sufocante política de crédito e o capital financeiro tem actuado como predador da indústria nacional.

Num cenário em que o grande capital defende a redução do peso do Estado na economia, os números mostram que, afinal, **Portugal é o país da União Europeia que menos ajudas estatais dá à sua indústria**: 188 euros por assalariado, contra uma média comunitária de 1113 euros (1955 em Itália, 1458 na Irlanda, 1131 em França, 1434 na Alemanha, 691 em Espanha e 997 na Grécia, dados do triénio 1996-98).

As dificuldades reais servem, frequentemente, como argumento dos representantes patronais para procurarem manter a actual situação, de muito baixa remuneração da força de trabalho. Milhares de trabalhadores auferem remunerações líquidas da ordem dos 70 contos, que são ainda menores quando se

trata de mulheres. O quadro agrava-se com a crescente precariedade dos vínculos laborais, o trabalho clandestino, o aluguer de mão-de-obra.

Mas a análise dos resultados líquidos declarados em 1997 prova que, apesar daquelas dificuldades, **os patrões da indústria portuguesa têm nos lucros margem suficiente para melhorar substancialmente os salários** dos trabalhadores. O facto de sectores inteiros apresentarem resultados negativos retira credibilidade aos números declarados. Mas, mesmo contando os seis sectores «deficitários», cada um dos 217 862 trabalhadores deu de lucro 584 contos. Há cinco sectores onde o lucro por trabalhador ultrapassou os mil contos.

1.º Congresso da FESHAT

Nalguns casos, a situação dos trabalhadores é pior que noutros sectores de actividade, verificando-se que o salário médio é inferior à média nacional em 30 por cento e a precariedade de emprego chega a atingir os 90 por cento em muitos estabelecimentos.

A denúncia foi feita no 1.º Congresso da Federação dos Sindicatos de Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal, que decorreu a 26 e 27 de Maio, na Foz do Arelho, e «revelou uma dinâmica imparável e um grau de empenhamento que, seguramente, conduzirá ao reforço da mobilização dos trabalhadores em defesa dos seus direitos e interesses», refere um comunicado da direcção da federação.

Entre os problemas elencados no congresso pelos 190 delegados, representantes dos onze sindicatos filiados, figuram os baixos salários, a precariedade, o desrespeito do descanso semanal e de vários outros direitos legais e contratuais, os longos horários e a organização do tempo de trabalho, a falta de higiene, segurança e saúde no trabalho, o mau funcionamento da Inspeção do Trabalho e dos tribunais, a elevada carga fiscal que atinge os trabalhadores, as preocupações face à Segurança Social, a deficiente formação profissional e a necessidade de fixação de profissionais no sector.



O risco é inerente à profissão de enfermeiro, defendem os sindicatos (foto de arquivo)

Reacção «forte e imediata»

Enfermeiros a 85%

A greve de segunda-feira foi a melhor resposta às palavras da ministra da Saúde, que afirmou gostar de «reações fortes e imediatas».

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, ao indicar uma adesão global de 85 por cento dos profissionais à paralisação de dia 5, no período entre as 8 horas e a meia-noite, reafirmou a disponibilidade da comissão negociadora sindical para voltar à mesa das negociações em qualquer momento. «A crer nas palavras da ministra da Saúde, nada falta» para que sindicatos e Ministério retomem as reuniões «e acordem sobre o princípio de compensações iguais para todos os enfermeiros», dizia a direcção do SEP, num comunicado que

divulgou à imprensa ao fim da noite de segunda-feira.

No entanto, os sindicatos (SEP e Sindicato dos Enfermeiros da RA da Madeira), precavendo-se contra a possibilidade de o Ministério não dar qualquer sinal de aproximação (que seria a marcação de uma reunião para prosseguir o processo negociador), marcaram para hoje de manhã uma conferência de imprensa em que iriam anunciar o desenvolvimento da luta.

Os enfermeiros e os sindicatos contestam a decisão da ministra de estabelecer «graus» de risco, insalubridade

de e penosidade, consoante os serviços onde trabalham. «A profissão de enfermagem tem especificidades que decorrem do contacto diário com a dor, o sofrimento e a morte de outros», refere o SEP, num documento que divulgou nas vésperas da greve.

Para o sindicato, há risco, insalubridade e penosidade «em todos os locais de trabalho», pelo que as compensações devem ser iguais para todos os enfermeiros. A injustiça foi salientada no próprio dia da greve, em que o coordenador do SEP convidou os jornalistas para o acompanharem numa visita aos profissionais do serviço de doenças infecciosas do Hospital Egas Moniz, a quem o Governo atribuiu «alto» grau de risco, mas que consideram injusta a discriminação para com os restantes colegas.

Hoje podem ser anunciadas novas acções de luta

Vitória na Portugal Telecom

A Lista A (unitária) venceu folgadoamente as eleições de 29 de Maio para a Comissão de Trabalhadores da Portugal Telecom, para o triénio até 2003.

Os resultados provisórios, divulgados sexta-feira pela comissão eleitoral (que refere a morosidade do apuramento final, devido ao âmbito nacional da votação), registam um total de 3957 votos e 10 mandatos para a lista A, enquanto a Lista B obteve 695 votos e um mandato na CT nacional.

Na subCT da Tenente Valadim, no Porto, a Lista B obteve 82 votos e 2 mandatos, enquanto a Lista A somou 86 votos e 3 mandatos. Nas res-

tantes 56 subCTs, foram eleitos todos os candidatos efectivos da Lista A.

Infantários

As organizações representativas dos trabalhadores da PT e a comissão de pais com crianças no infantário de Lisboa da empresa condenaram, no Dia Mundial da Criança, a intenção da administração de encerrar os infantários de Lisboa e do Porto. «A não ser por profunda submissão aos grandes interesses económicos e financeiros ou por especulação imobiliária, não há outras razões que justifiquem a arbitrariedade e ile-

galidade que a administração se propõe concretizar no próximo dia 31 de Agosto» e que significará o «despejo» de 193 crianças, denunciaram, na nota em que convocaram uma conferência para a porta do infantário de Lisboa, na Rua Andrade Corvo.

Os promotores do protesto recordam que o usufruto dos infantários foi conquistado há mais de 30 anos, que um terço da administração da PT (designadamente o presidente, Murteira Nabo) tem a confiança política do Governo, que este tem voto de qualidade para controlar as grandes decisões da PT e que a empresa teve quase cem milhões de contos de lucros em 1999.

Concentração da Petrolgal e GDP

Cerca de duas centenas de trabalhadores da Petrolgal e da Gás de Portugal concentraram-se terça-feira junto à residência oficial do primeiro-ministro para protestar contra a reestruturação das empresas e o seu desmantelamento.

Os trabalhadores pretendiam ser recebidos pelo primeiro-ministro, mas só conseguiram ser ouvidos pelo assessor de António Guterres para os assuntos sociais, que garantiu ainda para amanhã uma reunião com o secretário de Estado Adjunto do ministro da Economia, Vítor Ramalho.

Num panfleto distribuído durante a concentração, a Federação Intersindical da Metalurgia, Metalomecânica, Minas, Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás refere que o desmantelamento das empresas é um primeiro passo para «entregar o controlo do sector energético aos italianos da ENI». Para a Fequimetal/CGTP, a reestruturação vai ainda levar à eliminação de postos de trabalho.

Hugo Bastos explicou à Lusa que a revolta se instalou na empresa devido às decisões que foram tomadas pela admi-

nistração da Petrolgal, como a extinção de um conjunto vasto de serviços, da área administrativa e técnico-administrativa, e o fraccionamento da empresa. Aquele membro da Comissão de Trabalhadores da Petrolgal disse que só a extinção dos serviços vai atingir mais de 250 trabalhadores. Numa tentativa de parar este processo de «reestruturação», os trabalhadores querem também ter audiências com os vários partidos políticos, com os ministros da Economia e do Trabalho e com o Provedor de Justiça.

• José Manuel Oliveira

Desmembramento falhado

A vida tem vindo a demonstrar que o modelo de caminho-de-ferro escolhido pelo Governo não corresponde aos interesses do País, dos utentes e dos trabalhadores ferroviários.

Com este modelo de caminho-de-ferro, o comboio chega a menos pontos do País. Nos pontos intermédios entre os grandes centros, há menos comboios a servirem a população local. Com a divisão da CP em diversas empresas, Portugal ficou com um sistema ferroviário mais desorganizado, onde aumentaram os conflitos entre os seus vários intervenientes. Apesar de serem, sistematicamente, anunciados investimentos, a realidade é que os grandes projectos se encontram praticamente paralisados, continuando o País sem um Plano Nacional Ferroviário.

Esta política arrasta consigo a



diminuição da componente social do caminho-de-ferro. A privatização do atravessamento Norte-Sul (travessia da Ponte 25 de Abril à qual a CP foi impedida de concorrer) levou ao aumento brutal dos preços. Os bilhetes e passes sociais nessa linha são muito mais caros que os praticados em linhas idênticas exploradas pela CP, empresa pública.

O Governo continua com uma política de asfixiamento do sector, ao não cumprir as suas obrigações sociais, reduzindo as indemnizações compensatórias a que está obrigado. Continua actual a reivindicação de uma nova política para um caminho-de-ferro integrado num comando único, embora com autonomia funcional e contabilística dos seus diversos sectores.

É urgente que o País disponha de um Plano Nacional Ferroviário, que tenha em conta o desenvolvimento económico, que leve o caminho-de-ferro à mais locais, em especial aos do interior, como forma de combater a desertificação.

Ataques aos direitos

Como temos denunciado, esta política de desmembramento do sector conduz também a um forte ataque aos trabalhadores.

Aumentou a precariedade no trabalho, ao mesmo tempo que foram reduzidos os postos de trabalho.

Importantes sectores de actividade, como a construção e conservação de infra-estruturas, foram sendo entregues à iniciativa privada, que assim foram substituindo trabalhadores com

vínculos laborais efectivos e com direitos adquiridos, por trabalhadores sem direitos e com vínculos laborais precários.

Na realidade, nas novas empresas do sector cresce o trabalho precário. Na EMEF são já cerca de 200 trabalhadores contratados a prazo, que estão a ocupar postos de trabalho permanentes. Aumentaram os empreiteiros e subempreiteiros nesta empresa. E, como está demonstrado, não é por se aumentar a precariedade no trabalho que a situação da empresa melhora. A precariedade aumenta e os prejuízos da empresa também.

Na REFER aumenta o número de empreiteiros. Estão a confirmar-se os receios do Movimento Sindical Unitário e das comissões de trabalhadores do sector, que sempre consideraram que, com a política de desmembramento, esta empresa iria ser uma plataforma de gestão de investimento, sendo a construção e conservação de linhas e de outras infra-estruturas, entregues a empreiteiros, muitas vezes com serviços de qualidade duvidosa.

O grande exemplo é o que se passa na Linha do Norte, onde todos reconhecem falhas de concepção e execução dos projectos, mas onde não há vontade política para apontar responsáveis. Na CP também aumenta a precariedade no emprego. Só, por exemplo, na estação de S.^{ta} Apolónia e na Gare do Oriente, há dezenas de trabalhadores com contratos a termo, embora ocupando postos de trabalho permanentes. Já se chega ao ponto de despedir trabalhadores com contratos precários, para os substituir por outros na mesma situação.

90 por cento precários

Mas o caso mais gritante verifica-se na linha privada de caminho-de-ferro, a FERTAGUS. Aqui, em 144 trabalhadores, cerca de 90% têm contratos a prazo, embora esta empresa tenha a concessão por 30 anos e estes trabalhadores estejam a desempenhar tarefas de carácter permanente. No contrato de concessão a empresa comprometeu-se a respeitar as leis do País, mas, pelos vistos, só no papel. Todas estas situações são do conhecimento do Ministério do Trabalho, mas a vontade de intervir por parte dos organismos responsáveis parece ser pouca ou nenhuma. Os direitos adquiridos têm sido alvo de sistemáticos ataques. Tem havido uma forte pressão para desvalorizar o direito à contratação colectiva. As empresas entretanto criadas nem sequer se dignam responder às propostas do Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário, para se encetarem processos de negociação colectiva.

Quanto aos salários e horários de trabalho, continuamos na cauda da Europa. Apesar das diversas promessas do Governo, os ferroviários portugueses são os mais mal pagos da Europa e com os horários de trabalho mais extensos. Os ferroviários e os utentes têm o direito de exigir uma política para o sector que tenha em conta os reais interesses do desenvolvimento do País e aprofunde a sua componente social ao mesmo tempo que respeite os direitos dos trabalhadores e responda às suas principais reivindicações.

A rica biodiversidade, de fauna e flora, a beleza paisagística e o património histórico potenciam um turismo com mercado assegurado

● Carlos Brito
texto

Carlos Carvalhas no Baixo Guadiana

Que melhor para chamar a atenção dos graves problemas, potencialidades e aspirações do Baixo Guadiana do que navegar no próprio grande rio do Sul? Foi o que fez, no passado sábado, o Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, a convite e na companhia do Presidente da Câmara Municipal de Mértola, Paulo Neto, de outros militantes de Mértola e de Alcoutim e de representantes da comunicação social.

A viagem fluvial entre Alcoutim e Mértola, foi feita a bordo do *Vendaval*, uma antiga traineira que a autarquia mertolense adaptou a embarcação de passageiros e que todos os fins-de-semana sulca o Guadiana com excursões de turismo.

O embarque efectuou-se em Alcoutim, onde o rio caudaloso abrigava numerosos iates e outros barcos de recreio, à vela e a motor, atracadas nas duas margens ou fundeados ao largo, sendo neste belo cenário que, à partida, Carlos Carvalhas fez a primeira declaração aos jornalistas.

Disse que pretendia «chamar a atenção da comunicação social e dos poderes públicos para a importância do rio Guadiana como factor de desenvolvimento de toda a região».

Lembrou que «apesar das promessas oficiais, depois da última grande cheia, nada foi feito no sentido da regularização do rio».

Após a última grande cheia, nada foi feito para regularizar o rio

Referiu, entre outros problemas, «a grande rarefacção da população que pode estar reduzida, em 2011, a não mais que 5 habitantes por quilómetro quadrado».

Salientou tratar-se de «uma região de terras pobres, mas de riquíssima biodiversidade, de fauna e flora» e explicou que este facto «associado à beleza paisagística e ao património histórico constituem importantes potencialidades para um tipo de turismo que tem mercado assegurado».

Apontou como medidas urgentes «o desassoreamento, a dragagem e a regularização do rio de forma a garantir a sua navegabilidade até Mértola».

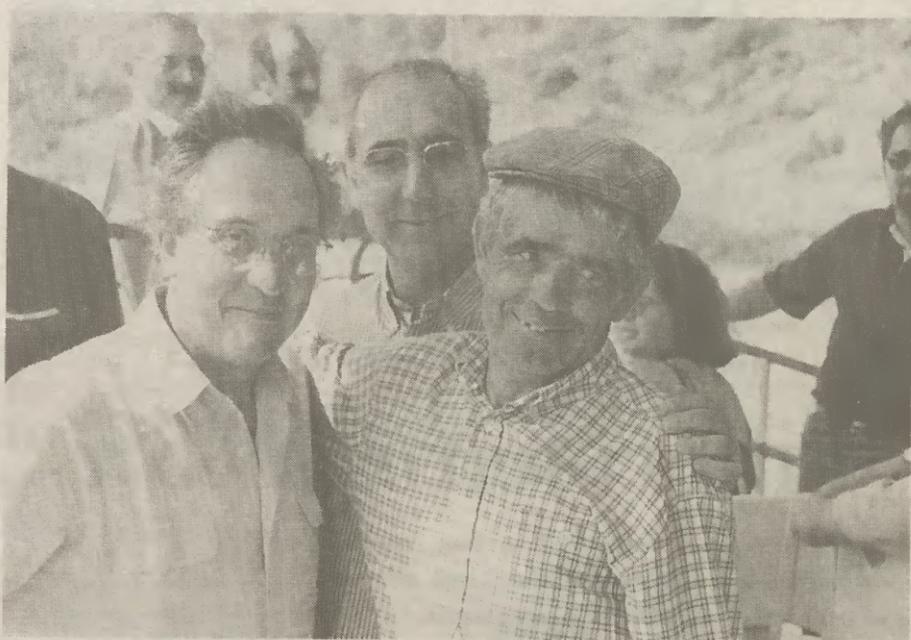
Ao falar do Alqueva e dos seus impactos positivos e negativos no Baixo Guadiana, Carlos Carvalhas voltou a insistir na necessidade de regularização do rio e referiu a garantia de caudais mínimos e a importância do Açude de Pedrogão para atenuar os efeitos das descargas da água utilizada pela central eléctrica.

Também abordou a necessidade das acessibilidades terrestres, tais como «o IC27, e novas ligações com Espanha, como a Ponte Alcoutim-Sanlúcar e a passagem rodoviária sobre a barragem do Chança».

O ciclo do minério e a navegabilidade

Entretanto, o *Vendaval* avançava rio acima. Passou-se o antigo porto mineiro espanhol de La Laja, com os paredões ainda negros das descargas do minério, e chegou-se ao que resta do antigo porto mineiro português do Pomarão, que foi ainda mais importante. Era o terminal terrestre da via férrea que trazia o minério da Mina de S. Domingos e era aqui embarcado para Inglaterra ou para o Barreiro.

O Presidente da Câmara de Mértola, Paulo Neto, explicou



Pescadores do Guadiana queixam-se de ter sido votados ao abandono

que por «navegabilidade do Guadiana se deve entender a possibilidade dos iates e outros barcos de recreio de um certo calado poderem chegar, sem riscos, a Mértola, como acontecia antigamente. O que é necessário fazer: é desassorear, dragar e balizar

o rio. Tudo isso já foi prometido muitas vezes e é essencial para que o surto de desenvolvimento do turismo em Mértola continue». Apontou a seguir «a importância de melhorar os acessos ao rio e a necessidade de um cais móvel na povoação piscatória

da Penha de Águia», reivindicando também sustentada por outro viajante, o pescador Eugénio, que referiu o abandono a que as comunidades de pescadores do Guadiana foram votadas e as dificuldades que têm actualmente na venda do pescado.

O património de Mértola

A bordo do *Vendaval*, Carlos Carvalhas navegou também no que os antigos barqueiros chamavam o rio de Mértola, cujas margens estão agora englobadas no Parque Natural do Guadiana. A riquíssima fauna alada monopolizou as atenções. Eram milhafres, rolas, rabilongos, melharucos. Note-se que já antes de chegarmos ao Pomarão, à passagem na foz do Vascão, se tinham avistado algumas garças cinzentas.

Em pleno Parque Natural, uma águia de Bonelli premiou com a sua elegante passagem esta comitiva de defensores do Guadiana. Foi uma especialista, a Arq.^a Rosário Oliveira, da Associação de Defesa do Património de Mértola, que a reconheceu, claro. Depois observou a propósito da viagem:

«Sempre que se navega no Guadiana vêem-se coisas diferentes. Com um Abril de grande pluviosidade a água está aqui menos degradada do que nos últimos anos. Mas

como na próxima semana vai reunir o Conselho Nacional da Água, é importante lembrar que o Plano Bacia do Guadiana está com dois anos de atraso. Esperam-se medidas.»

Entretanto, o navegar do *Vendaval* tornou-se cada vez mais difícil, em busca do canal, ora pelo meio do rio, ora todo chegado à margem direita, ora à esquerda, na viva exemplificação da necessidade das dragagens.

Foi neste serpentear, num leito fluvial cada vez mais estreito e mais rochoso, que surgiu Mértola espectacular, como uma pirâmide, que arranca do rio: primeiro, a base escura, com as históricas muralhas; depois, o cone de branco casario crescendo para o céu; e, finalmente, o castelo no topo.

É imperioso que esta chegada a Mértola se torne um itinerário, mais fácil e mais seguro, para o desenvolvimento do turismo fluvial do Guadiana.

Eleições em Paul

Uma vitória sem honra

As eleições realizadas no domingo passado para a Freguesia de Paul deram a maioria absoluta à lista do PSD, com 775 votos e sete eleitos. O PS teve 109 votos e um eleito e a CDU, segunda força, com 196 votos e um eleito, perdeu metade dos votos obtidos em 1997 e a maioria relativa que detinha na freguesia.

Para estes resultados, denuncia a Comissão Concelhia da Covilhã do PCP, «foi determinante a interferência abusiva, antidemocrática e ilegal da maioria PSD da Câmara Municipal», cujo plano de assalto à Junta de Freguesia de Paul se iniciou com a queda da Junta democraticamente eleita e a nomeação, à mar-

gem da lei, de uma Comissão Administrativa e, ainda, o clima de intimidação sobre o eleitorado da CDU, como há muito não se vivia na Vila de Paul.

De facto, a Câmara Municipal, depois de ao longo de dois anos desrespeitar sistematicamente os compromissos assumidos com o Presidente da Junta, mobilizou para Paul meios humanos, financeiros, máquinas e equipas técnicas de outras freguesias, gastando várias dezenas de milhar de contos numa propaganda sem precedentes, onde não faltou a deslocação de membros do executivo camarário em acções de porta-a-porta e inaugurações em último dia de campanha.

O PCP considera que «há limites institucionais, éticos e democráticos» no exercício dos cargos públicos, sendo que o desrespeito de tais regras prefigura «abuso de poder» e «interferência ilegítima» inadmissíveis.

Também «a utilização e instrumentalização» da Igreja e do seu património como meio de campanha eleitoral a favor dos candidatos da lista de «Independentes»/PSD, é «condenável» a todos os títulos, já que as crenças religiosas não devem ser «objecto de manobras político-partidárias».

Por seu lado, os candidatos da CDU, apesar das condições adversas, souberam levar a cabo «uma campanha de grande dignidade e elevação».

ral integraram-se dezenas de colegas e amigos, vereadores da CML, dirigentes do Sindicato, da USL e da CGTP.

Luiz dos Santos Coelho

Faleceu o camarada Luiz dos Santos Coelho, com 83 anos de idade e há 20 membro do Partido. Destacado militante na freguesia da Falagueira, desempenhava ainda importantes tarefas na organização, particularmente de recolha de quotização e distribuição do «Avante!».



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Joaquim Gonçalves Pereira

Faleceu no dia 3 de Junho, após intervenção cirúrgica complicada, o camarada Joaquim Gonçalves Pereira, de 46 anos, cantoneiro de limpeza e natural de Vouzela. Membro da célula da Câmara Municipal de Lisboa, tinha sido eleito para a Direcção da Cidade de Lisboa do PCP na 3.^a Assembleia, realizada no passado dia 8 de Abril. Era dirigente do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, actividade a que se dedicava de corpo e alma. Pertencia também à direcção da Colectividade «Os Unidos» de Carnide e era grande activista no Bairro Padre Cruz, onde morava. Lutador incansável em defesa dos trabalhadores do Município de Lisboa, no seu fune-

4.^a Assembleia de Mirandela

Apostar no desenvolvimento

A Organização Concelhia de Mirandela do PCP reuniu, no passado domingo, no Auditório Municipal, a sua 4.^a Assembleia.

Caracterizando o concelho como o principal pólo de desenvolvimento da «Terra Quente», nas áreas económica, social, cultural e ambiental, os participantes da Assembleia consideraram que a privilegiada situação geográfica de Mirandela confere-lhe no distrito e na região uma efectiva centralidade.

Por outro lado, as características climatéricas específicas do concelho permitem-lhe a cultura de produtos agrícolas de alta qualidade, como sejam o azeite, o mel, o fumeiro, os frutos secos, os produtos hortícolas e outros, que o tornam um concelho

com capacidades únicas no país e na Europa, sendo o equilíbrio ecológico e recursos paisagísticos igualmente motivo potenciador da área turística.

Porém, na opinião dos comunistas de Mirandela, nem todas estas capacidades têm sido aproveitadas e rentabilizadas, razão por que a 4.^a Assembleia da Organização Concelhia exige do poder central uma «aposta clara e inequívoca» no concelho como pólo de desenvolvimento para a região, a manutenção e intensificação da capacidade das estruturas públicas existentes, nomeadamente na área da saúde, educação, cultura, agricultura e serviços, e uma melhor distribuição dos recursos do III Quadro Comunitário de Apoio. Do poder autárquico,

exige que ele se volte mais para o meio rural, dotando-o de todas as infra-estruturas básicas necessárias.

A 4.^a Assembleia de Mirandela quer, ainda, a preservação e valorização de todos os recursos económicos, sociais e ambientais, dando especial atenção à despoluição das ribeiras de Carvalhais, Mourel e rio Tua; a instalação da rede de gás natural na cidade e no concelho; um claro apoio à manutenção do Hospital Distrital de Mirandela e o repúdio da sua passagem ao estatuto de Centro de Saúde de 3.^a geração e, finalmente, a viabilização da EPAC, como estrutura de grande importância para o concelho, sobretudo para os agricultores, e que se encontra em fase de liquidação.

AMADORA

Governo «corta fitas» mas não resolve os problemas

O concelho da Amadora recebeu no dia 28 de Maio a visita do Primeiro-Ministro António Guterres que, acompanhado do ministro Jorge Coelho, ali se deslocou para «cortar a fita» das estações da Damaia e da Reboleira, lançadas no mandato da CDU e inauguradas há muitos meses.

Em nota à comunicação social, a Concelhia da Amadora do PCP considera que, em vez de ter já em vista as autárquicas de 2001, o Primeiro-Ministro devia ter aproveitado a visita para informar sobre o paradeiro dos 15 milhões de contos que, em 1997, Jorge Coelho prometeu investir no concelho e para quando a construção do Tribunal da Comarca da Amadora, dos novos centros de saúde na Reboleira, Buraca/Alfragide e São Brás, do novo hospital de cuidados continuados, das esquadras da Damaia e São Brás ou da abertura de um centro de apoio a toxicod dependentes. Problemas que, apesar das muitas promessas do Governo, continuam por resolver.

PONTINHA

Bairro Mário Madeira debatido em Assembleia

Na sequência de um encontro com os moradores do Bairro Mário Madeira, em que participaram os deputados comunistas Bernardino Soares e Natália Filipe, os eleitos da CDU requereram uma reunião extraordinária da Assembleia de Freguesia, que se realizou a 26 de Maio, para discutir a situação do bairro.

Na Assembleia, um documento em forma de moção colocou alguns dos problemas que a população quer ver rapidamente resolvidos e que dizem respeito às escrituras - que devem ser efectuadas até final do ano em curso, devendo o preço das casas respeitar o Edital da ADL de Março de 1987; às obras nos prédios e infra-estruturas, cuja responsabilidade financeira deverá caber ao Governo Civil de Lisboa; e à legalização urbanística do bairro. A moção foi aprovada por maioria com os votos contra do Partido Socialista.

EMIGRAÇÃO

Acordo sobre deportações esconde conivência com EUA

Quando da visita de Bill Clinton a Portugal, o ministro Jaime Gama enalteceu, entre outros aspectos, «a colaboração quanto à transferência de deportados» dos EUA para Portugal. Dadas as recentes manifestações da comunidade portuguesa naquele país contra as deportações, era um assunto que, na opinião da Organização do PCP na Emigração, o ministro dos Negócios Estrangeiros teria de referir. Contudo, tendo em conta as suas declarações, o acordo assinado não passa de uma medida burocrática que visa calar a opinião pública e esconder a conivência entre os dois governos sobre a matéria, impondo-se uma mudança clara da atitude do Governo português, que assegure a firme defesa dos interesses nacionais e recuse a sistemática deportação de cidadãos por parte das autoridades norte-americanas. Prática que, além de violar os direitos humanos, não resolve os problemas de recuperação e integração social.

A dignidade passou por aqui

O director da fábrica cimenteira ameaçou toda a gente. Aos sindicalistas e ao piquete de greve com processos-crime, aos grevistas, particularmente aqueles que trabalham na área estratégica da sala de comando da produção, com o corte dos prémios e regalias. «Faça o que entender. Se os tirar farei uma nova greve para os conquistar. Luto por melhores salários e também pela minha dignidade que vocês pisam todos os dias», disse-lhe um operador de comando.



Jerónimo de Sousa
Membro da Comissão Política

A greve de dois dias teve uma adesão de 100%. Aconteceu há poucos dias e não foi na Cintura Industrial de Lisboa. Foi ali, no centro do país, em Souselas.

Numa empresa privada de Transportes do sul os jovens motoristas contratados a prazo decidiram aderir à greve. Estavam conscientes do possível ajuste de contas quando se tratar da renovação do contrato a termo. Mas fizeram greve.

ralhetes e avisos a este sindicalismo de classe e de luta aconselhando-o a o pôr os olhos nesta Europa e neste sindicalismo de concertação. Feito o frete e ganho o dia, deram a entrada a Guterres que, exercitando um argumento gasto por Cavaco Silva, dimensionou a conflitualidade social a Lisboa e mesmo aí a algumas áreas da Administração e empresas do Sector Público.

//Guterres sabe que a luta social radica na natureza da sua política//

Na greve da Administração Pública em Maio passado, a Câmara Municipal de Leiria fechou as portas pela primeira vez. Acharam aqueles trabalhadores administrativos que 2,5% era uma afronta.

Valem como exemplos e por certo que poderiam ser multiplicados em muitas empresas e sectores onde homens e mulheres incluam nos seus objectivos a afirmação da sua dignidade.

Acudindo ao Governo, em dificuldade perante a dimensão das lutas, não tardaram a surgir as vozes e os escritos dalguns ex, que abdicaram das grandes causas e da transformação social, a minimizar o processo grevista, a passar

Estas vistas curtas do 1.º Ministro não foram fruto da ignorância nem da ausência prolongada do país e dos seus problemas. Guterres recusa a realidade social com a consciência plena que na raiz do descontentamento, da indignação e da luta de milhares de trabalhadores (mesmo de muitos que votaram PS há meses), está a natureza da sua política, nas suas medidas concretas que atingem com mais dureza os trabalhadores e outras classes e camadas mais vulneráveis.

Descontentamento cresce

Sem dúvida que a inaceitável contenção e desvalorização dos salários, seguida da decisão do brutal aumento dos preços dos combustíveis e da subida das taxas de juro fez transbordar o descontentamento e impulsionou muita gente para o protesto e para a luta.

Sendo isso há no entanto um sentimento de fundo mais vasto só perceptível na vida quotidiana em milhares de

empresas e locais de trabalho em que o trabalho e os trabalhadores são desvalorizados, tratados como coisas, como números ou como custos descartáveis, em que a precariedade é levada até às últimas consequências como orientação política geral e prática corrente para esconder o desemprego e eliminar o emprego com direitos, em que os salários se transformam no bode expiatório dos «interesses do mercado».

Aquela manifestação de 23 de Março convocada pela CGTP-IN, ampliada nas comemorações do 1.º de Maio, pela sua dimensão, combatividade, grau de participação de mulheres e jovens, poderia e deveria ter constituído uma sinal de alarme e de aviso ao Governo PS. Mas não! Para o Executivo de Guterres não é nada que não se possa resolver com a acusação clássica ao PCP de desestabilização social, umas quantas inaugurações de coisas já inauguradas, mais umas promessas recauchutadas.

Mal aconselhado porventura, subestimou este PCP que não abdica de se identificar com os trabalhadores, com as suas justas e legítimas reivindicações e aspirações, e persiste no estímulo à acção na defesa dos seus interesses e direitos.

Como interpretará o Governo as recentes e reforçadas vitórias das listas unitárias que integram os comunistas para as Comissões de Trabalhadores seja na indústria seja nos serviços, ali na PT, no METRO, na RTP, na CIM-POR, nas Alfândegas?

Os defensores da ideologia dominante e do «pensamento único» irritam-se por serem tantos a recusar cair no pântano do conformismo, por serem muitos os que por caminhos apertados e bem difíceis persistem em lutar num quadro de correlação de forças tão desigual.

Como dizia aquele operário cimenteiro, nem que seja por uma questão de dignidade nesta luta de classes sempre actual.

E quando o voto e a luta social se aliar à opção política e eleitoral as coisas hão-de mudar. Persistamos no tempo que for preciso.



Alexandre Babo homenageado

Por iniciativa do Sector da Cultura Literária do Sector Intelectual da ORL, realizou-se na passada quinta-feira, no Salão do CT Vitória, um jantar-convívio com o escritor Alexandre Babo. Estiveram presentes, para além da companheira e de outros familiares do homenageado, dezenas de seus amigos e camaradas, entre os quais o General Vasco Gonçalves, Augusto Sobral, Mário Carvalho, Augusto Abelaira, Orlando da Costa, Artur e Helena Ramos, Modesto Navarro, Joaquim Lagoeiro, Luísa Ramos, Maria Artur Botequilha, Luís e Ivone Ralha, Cunha e Serra. Não podendo estar presente no jantar, José Saramago não quis deixar de por lá passar uns breves instantes e dar um abraço a Alexandre Babo. Outros camaradas e amigos enviaram saudações ao escritor.

Urbano Tavares Rodrigues, Elvira Nereu, José Casanova, Fernando Miguel Bernardes, Correia Tavares, Rogério Fernandes, Blasco Hugo Fernandes e José Peixoto, em breves intervenções, sublinharam aspectos da actividade de Alexandre Babo nos seus 83 anos de vida, 57 dos quais como militante do PCP – uma actividade lúcida, corajosa, solidária, fraterna, sempre pautada pelos ideais da liberdade, da justiça social, da verdade – enquanto escritor, advogado, militante comunista.

Agradecendo a iniciativa, Alexandre Babo proferiu a seguinte intervenção:

Escritor militante

«Eu sou actualmente escritor. Nunca fui político profissional mas apenas militante. Continuo a ser militante contra a injustiça e a favor da liberdade. E nesta liberdade incluo a independência económica.

Isto é importante, porque o político não pode e não deve dizer tudo, mas o escritor pode e deve. Porque ele não está prisioneiro do presente, mas igualmente ligado ao passado e ao futuro.

Fui durante 57 anos muito incómodo, porque nunca deixei de pensar por mim e foi muitas vezes difícil e doloroso calar-me contra a minha razão. Mas no tempo do fascismo era diferente.

Fui sempre livre dentro do Partido e continuarei a ser.

Eu tenho até morrer e não aceitar nenhuma decisão, importante para mim, se a não reflectir e a não pensar.

«Os anos fazem rugas na pele, mas não fazem rugas na razão e na consciência» - diz um amigo muito querido.

Uma coisa que nunca aceitei, antes ou depois de entrar para o Partido, é a deformação da verdade histórica, as facadas na história, sejam elas contra os nomes ou as fotografias.

E agora vejo por aí - em larga escala - descarada ou subtilmente toda a história recente disfarçada, caiada, misturada ao invés.

É o caso da revolução russa de 1917, da URSS e, sobretudo, de Staline.

Este foi esquecido do que fez de bem, o que foi muito, pelo que fez de mal, que também foi muito.

Ele e os outros mudaram o Império Russo, antes mergulhado na Idade Média; e lutaram heroicamente - o que sempre devemos ser gratos - contra os nazis.

Esquecem estes factos com os dias sangrentos que se seguiram à Revolução.

Ora todos sabemos os crimes brancos, a invasão do território russo por todas as forças militares da Europa e dos Estados Unidos.

E a Revolução alterou a situação que viveram os russo e os povos dominados pelos czares, em que vendiam as terras com tantas «almas», escravos, como se fossem alfaias agrícolas.

Todos e ele transformaram o maior país da Europa, actualizando o tempo político, económico, social, científico e cultural, e a ser uma das maiores potências do mundo.

A Revolução Francesa, que agora lembram, foi a mais sangrenta das revoluções da terra.

E foi a Revolução Francesa que ditou os Direitos do Homem.

Não foi maculada e ignorada pelo dois de Setembro e pelo Terror.

O Muro de Berlim foi manipulado pelos *media* actuais e pelos historiadores que querem que os acontecimentos se situem à sua maneira.

E toda a história recente, desde a Guerra de Espanha, até ao milhão de mortos comunistas na Indonésia, até tudo, até à fúria com que pretendem que o Salazar não foi o dominador do fascismo português, porque imitou e não criou o fascismo nacional, e apenas pincelou, como um pacóvio cruel, a democracia orgânica.

E o holocausto foi só de judeus...

Eu que vivi já 83 anos não esqueço o que foi o avanço da Humanidade e o retrocesso da vida.»

«Cordão humano» rejeita co-incineração no Outão

O «Movimento de Cidadãos pela Arrábida» realizou na terça-feira um «Cordão Humano», em Setúbal, de protesto pela opção do Governo da fábrica da Sécil, no Outão, para a co-incineração de resíduos industriais perigosos.

A Comissão Concelhia de Sesimbra do PCP, que participou activamente na iniciativa, em nota à comunicação social denuncia o apoio que o presidente da Câmara Municipal de Sesimbra deu à decisão do Governo, assim subordinando os interesses dos munícipes aos interesses partidários.

Por sua vez, na sua reunião de 28 de Maio, a Assembleia Municipal de Sesimbra deliberou no sentido de apelar ao bom senso do Governo e à mobilização das populações para travar este processo.

Em Odivelas, Álvaro Cunhal denuncia ofensiva global do imperialismo

PCP mais necessário que nunca

No âmbito da preparação do 16.º Congresso, a Organização Concelhia de Odivelas do PCP promoveu, no dia 30 de Maio, com a participação de Álvaro Cunhal, um jantar-convívio que juntou mais de três centenas de camaradas, amigos e independentes e decorreu num ambiente de grande fraternidade e camaradagem.

Álvaro Cunhal, numa intervenção frequentemente interrompida por aplausos e «vivas» ao PCP, fez um breve historial das condições concretas do desenvolvimento do movimento operário português e da sua maturidade, assim como da influência da Revolução de Outubro de 1917 na formação do Partido Comunista que cedo enfrentou, com o golpe de 1926, a clandestinidade. Porém, ao longo de 48 anos, disse, o PCP soube enfrentar o fascismo, assumindo sempre as suas responsabilidades, ligando-se à classe operária, aos trabalhadores e às massas, afirmando a sua identidade na luta pela liberdade e pela democracia, pelo fim do fascismo e do colonialismo, pela afirmação do projecto de transformação da sociedade, pelo socialismo.

Álvaro Cunhal sublinhou as várias etapas da história do

Partido na clandestinidade, decisivo para a sua afirmação e implantação a nível nacional.

Queremos continuar comunistas

A lei da Reorganização

contra-revolucionários que depois de verificaram, sublinhando o papel do Partido na procura das soluções políticas e das alianças necessárias em cada momento.

Passando para a situação actual, o dirigente comunista,



Alegria e camaradagem marcaram o jantar em Odivelas

Partido, a reorganização com Bento Gonçalves, o isolamento do PCP durante 9 anos da Internacional Comunista, a criação e impulsionamento de grandes movimentos unitários (como o MUNAF, o MUD) e a importância do 4.º Congresso do PCP, um dos pontos mais altos da vida do

Industrial (1945), de que resalta claramente o papel do Estado no processo de criação dos grupos monopolistas, foi outro aspecto abordado por Álvaro Cunhal que se debruçou, a seguir, sobre a Revolução de Abril, as tentativas de Spínola de impedir a legalização de partidos e os golpes

demonstrando que este governo PS prossegue a política de direita de anteriores governos, considerou que com tal governo não é possível uma solução em que entre o PCP. Quanto aos conselhos «para que deixemos de ser comunistas», afirmou: «muito obrigado, Guterres, mas queremos continuar a ser comunistas».

Por fim, Álvaro Cunhal, referindo a poderosa ofensiva global do imperialismo, em que o governo PS está completamente integrado, considera que, embora num quadro difícil, há que ver as alianças a curto e médio prazo e manter o projecto de construção de uma sociedade nova, naturalmente com soluções diferenciadas, baseadas na prática e na teoria revolucionária, que não é dogmática mas dialéctica.

Apontando, depois a necessidade de um movimento sindical e de um Partido Comunista fortes, afirmou que talvez se esteja num momento da história em que os Partidos Comunistas e revolucionários «são mais necessários do que nunca».

Álvaro Cunhal no Canidelo

«A freguesia é grande, o grupo é pequeno, mas coeso! Sem esta coesão e espírito de luta não teria sido possível chegar até ao actual momento e ter realizado este trabalho» - foram palavras da camarada Álvaro Cunhal que, há vários dias, a convite da Comissão de Freguesia de Canidelo do PCP, participou na comemoração do 1.º aniversário do Centro de Trabalho e na inauguração da biblioteca.

A biblioteca já contém cerca de 250 livros, colocados à disposição da população, tendo como principal objectivo o incentivo aos jovens da freguesia para a lei-



tura. Após o Porto de Honra, entrou-se na parte mais esperada, o debate, com a presença de cerca de 200 pessoas com participação activa. Fizeram parte da mesa, além do camarada Álvaro Cunhal,

Carla Correia, responsável pela Comissão de Freguesia do PCP, Castro Henrique, independente, eleito da CDU na Freguesia, e Honório Novo, deputado do PCP na Assembleia da República.

Ovar

Greve nas Indústrias Eléctricas

Os trabalhadores da Yazaki Saltano e da Philips, descontentes com as inúmeras injustiças de que são vítimas, aderiram massivamente à greve convocada pelo Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro. Um descontentamento que, na opinião da Comissão Concelhia de Ovar do PCP, é também visível na manifestação realizada por centenas de jovens operários da Yazaki Saltano ao longo de algumas ruas de Ovar, e que não pode ser dissociado do mal-estar gerado pela subida de preços de bens essenciais e das taxas de juros.

Quanto às reivindicações - aumento salarial de 5000\$00, cumprimento do acordo assinado com o SIEC em 99 (pagamento de diuturnidades de expectativa) ou, ainda, no caso da Yazaki Sal-

tano, fim da discriminação salarial que vigora na empresa através da penalização do prémio salarial para todos os trabalhadores que tem de recorrer a faltas justificadas por assistência a filhos menores, amamentação etc. -, a Comissão Concelhia de Ovar do PCP regista a sua justiça, não deixando de as transmitir ao Grupo Parlamentar do PCP.

Saudando os trabalhadores, a Concelhia de Ovar, exorta à sua unidade no sentido de prosseguir a luta e alcançarem melhorias significativas nas suas condições de vida.

Furos no Furadouro

Entretanto, dada a proximidade da época balnear, a eleita do PCP na Assembleia de Fre-

guesia de Ovar, Manuela Mourão, apresentou um requerimento à Assembleia, levantando algumas questões ligadas a estacionamento e circulação automóvel.

Começando por referir que os pinheiros plantados nos dois parques de estacionamento há pouco construídos na zona norte da praia estão, na sua esmagadora maioria, secos, Manuela Mourão pergunta se já foi tomada alguma medida com vista à recuperação daquelas árvores e por que motivo elas chegaram àquele estado.

Quanto à circulação automóvel, apesar da sinalização ainda não estar terminada e ser difícil nesta altura fazer quaisquer modificações, a eleita da CDU, considerando que os

carros que queiram estacionar no parque mais perto da praia vão ter que realizar um grande desvio por dentro do Furadouro, levanta a hipótese de alargar o troço que liga a última rotunda (no prolongamento da Av. das Descobertas) ou, ainda, de ligar os dois parques de estacionamento.

Por fim, Manuela Mourão pergunta ao presidente da Assembleia de Freguesia qual o futuro do edifício semiconstruído na zona de reconversão na parte norte da Praia do Furadouro - embargada pelo Ministério do Ambiente - e, caso não haja solução à vista, se a Câmara ou a Junta têm alguma ideia para minimizar o impacto daquela obra (painéis ou outros artefactos).

Dia Mundial do Ambiente A co-incineração na ordem do dia

O Dia Mundial do Ambiente foi este ano assinalado com iniciativas que em vários locais se cruzaram com as lutas contra a co-incineração. Momentos de sensibilização e luta que em alguns pontos confluíram em acções únicas.

Terça-feira passada, em Setúbal, um cordão humano ligou a Misericórdia à Av. Luísa Tody, numa acção de protesto contra a co-incineração na cimenteira do Outão. Uma iniciativa do movimento de Cidadãos pela Arrábida que pretendeu também assumir-se como resposta à entrevista do ministro do Ambiente à RTP, uma semana antes, durante a qual reafirmou a determinação do governo em prosseguir com o processo de co-incineração, que deverá hoje ser apreciado pelo Conselho de Ministros.

Dia 2, Coimbra voltou a mobilizar-se contra a co-incineração em Souselas, num movimento que levou mesmo ao encerramento de parte do comércio. Deputados e dirigentes de todos os partidos com assento parlamentar juntaram-se a responsáveis de várias organizações ambientalistas e cívicas, nas críticas à co-incineração e à posição assumida pelo ministro do Ambiente.

Os vários intervenientes nas manifestações de Coimbra e Souselas responsabilizaram o governo pela actual situação dos resíduos tóxicos em Portugal e defenderam a necessidade de ouvir as populações e diversas opi-

niões da comunidade científica. Joaquim Matias, do PCP, sublinhou uma ideia insistentemente referida. «Estamos a discutir um grave problema nacional. Ninguém sabe que resíduos são produzidos.» Na verdade, e segundo Gabriel Silva, da Quercus, a lista de empresas que produzem resíduos perigosos, pedida há já um ano ao governo, ainda não foi fornecida a esta organização ambientalista. Carvalho da Silva, coordenador nacional da CGTP-

IN, lembrou que «a verdade científica é permanentemente reestruturada».

Uma luta que vai prosseguir e que passa também pelas escolas. Este ano, em Coimbra, o Dia Mundial do Ambiente foi assinalado com uma «jornada de sensibilização junto das escolas», com o objectivo de mobilizar os jovens, através de actividades diversas, para as questões do ambiente, em particular o processo da co-incineração.

O projecto de «Os Verdes»

O Partido Ecologista «Os Verdes» vai apresentar a 15 de Junho um projecto de lei que amplia o mandato da

Comissão Científica Independente, incumbindo-a de inventariar as melhores soluções para tratar cada tipo de resíduo industrial.

O novo relatório terá de ser sujeito a consulta pública, devendo depois ser revisto o decreto-lei que define o processo de co-incineração. Do novo diploma deverá obrigatoriamente constar a exclusão do tratamento térmico de resíduos industriais para que existam, na UE, tecnologias preferíveis do ponto de vista da saúde pública e do ambiente. O tipo de tratamento a dar aos resíduos industriais e perigosos deve ser revisto de dois em dois anos.

O governo fica obrigado a publicar, até 31 de Outubro deste ano, um inventário dos resíduos industriais produzidos e armazenados no país. Da responsabilidade do governo fica igualmente a publicação da listagem dos locais contaminados com resíduos industriais, bem como as medidas de emergência entretanto tomadas para a sua identificação, vedação e descontaminação.

Até Março do próximo ano, caberá ao governo proceder à revisão do Plano Estratégico de Gestão dos Resíduos Industriais e até Outubro deverão ser apresentadas à Assembleia da República as medidas já tomadas para estes resíduos.

Um projecto de lei que de forma alguma visa adiar um problema mas sim tratar a questão dos resíduos industriais como um assunto global e nacional.

● Sérgio Ribeiro

Sobre pobreza e outras coisas

No *Vitória*, na semana passada, o nosso Partido realizou mais um debate sobre problemas reais e presentes na sociedade portuguesa, no espaço «europeu» de que somos parte, no tempo do mundo que vivemos.

Sobre a pobreza.

Convidados que estudam «a matéria», «prata da casa», uma sala cheia. Intervenções iniciais que ajudaram a introduzir um debate. Que foi vivo, com a pedagogia que deve ser o cerne da política que também é – e sempre deve ser – de massas. Que deu «pano para mangas» e muito «trabalho para casa».

Arrumo algumas ideias:

- a pobreza tem a ver com a não satisfação de necessidades sociais mínimas;
- como estas variam no tempo e, num mesmo tempo, são diferentes no espaço-mundo, a pobreza é diferente

● como a estatística da pobreza é por país, no Luxemburgo é-se pobre abaixo de 11.219 PPC (60% do rendimento mediano luxemburguês em «paridades de poder de compra») e em Portugal é-se pobre abaixo de 3.790 PPC (60% do rendimento mediano português), o que quer dizer que se a pobreza dos portugueses fosse medida a partir do nível de pobreza dos luxemburgueses não haveria apenas (!) 24% de pobres em Portugal porque seriam pobres todos esses mais os que tivessem rendimentos entre 3.790 PPC e o 3 vezes superior de 11.219 PPC;

● há quem diga que sempre houve pobres, que a pobreza é uma fatalidade e... dê esmolas, mas além da afirmação ser mais que discutível, os pobres de hoje são-no porque vivemos em capitalismo e resultam da exploração capitalista, pelo que há que lutar *contra o capitalismo* para atacar as causas da pobreza e, como vivemos neste modo de produção, lutar *contra a pobreza no capitalismo* que vivemos;

● do «desemprego europeu», utilizado como arma estratégica do capitalismo, resultou a precariedade do emprego e apareceu a «nova pobreza» e a designação sociológico-económica da *exclusão social*, com a chamada Nova Economia (que terá Guterres como um dos «padrinhos»), há o risco da criação dos *info-excluídos*;

● quem o diz não somos só nós, os feros marxistas-leninistas, é também a Comissão da UE que até faz comunicação sobre esse grave risco, ainda mais grave



hoje da que era ontem, não é a mesma aqui e noutros lugares;

- há que ligar o estudo da pobreza ao conceito marxista *pauperização*, pois só assim se pode entender *esta(s)* pobreza(s) que vivemos hoje, no capitalismo actual que alastra a quase todo o mundo;
- quando tudo se procura medir, a «medida estatística» da pobreza contraria as falsas representações da realidade que nos são dadas pelas médias;
- um país pode estar a crescer mais que os outros, a média de Portugal acima da média «europeia», estar o nível de vida da população aparentemente a convergir porque Portugal parte de níveis mais baixos, mas a «medida estatística» da pobreza revela que os nossos ricos estão cada vez mais «europeus» e os nossos pobres cada vez mais portugueses;
- há, segundo o *Eurostat*, 18% de pobres na «Europa» que foi medida estatisticamente (população com rendimento abaixo de 60% da mediana em cada País), mas em Portugal são 24% os pobres «estatísticos» e na Dinamarca são só 11%;

porque a coesão económica e social tem andado para trás, como também reconhece esse documento a que a comunicação social, evidentemente, não presta atenção e não divulga;

● tal documento exige parecer do Parlamento Europeu e o seu relator é a camarada Ilda Figueiredo pelo que temos de «juntar as pontas todas» e dar força à sua posição, por exemplo, sublinhando o que se retira de um documento de trabalho que elaborou e deveria estar incluído em todas as nossas acções sobre «esta matéria»: «importa (...) verificar como é que se podem compatibilizar as políticas contra a exclusão com as políticas económico-sociais e debater as alterações que é preciso introduzir nas actuais orientações» («*Construir uma Europa inclusiva*»).

Haveria muito mais (tanto!) para dizer. Fica em aberto, com a permanente preocupação de não perder de vista a necessidade de aprofundar o conceito marxista de *pauperização*. Como dizia o «outro» (Lénine, claro!): aprender, aprender sempre!



Contra a política imperial dos EUA

Numerosos manifestantes concentraram-se, dia 31 de Maio, frente à embaixada dos Estados Unidos, para protestar contra a política externa norte-americana e a violação dos direitos humanos no próprio país, com a aplicação sistemática da pena de morte, contrapondo-lhe

a exigência de paz, desarmamento e respeito pelos direitos humanos. A iniciativa foi convocada pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação, pela Associação Portugal-Cuba e muitas outras organizações nacionais, e contou com o apoio do PCP e da JCP.

As armas do presidente Clinton

• João Amaral

Clinton foi a Moscovo falar com o Presidente da Federação Russa, com o objectivo de o levar a aceitar o NMD, o Sistema de Defesa Nacional Antimíssil que os EUA têm em projecto. Nem o «robalo ao sal» que comeu no Guincho, nem o banho de 3.ª via que levou na Alemanha, foram argumentos suficientes para Clinton convencer os russos. Se os EUA avançarem com o NMD, vão fazê-lo contra a Federação Russa, e até contra a opinião de uma parte dos países europeus.

Sobre a versão Clinton da «guerra das estrelas», importa salientar três pontos. O primeiro é o de que a justificação pública, como já não pôde ser o Pacto de Varsóvia nem a ameaça russa ou chinesa, vão os EUA encontrá-la na

últimos anos de 3,6% do PIB, enquanto a dos países europeus da NATO foi de 2,2% do PIB (incluindo aqui a Grécia e a Turquia, que têm valores altíssimos). Em 1996, a despesa militar da Federação Russa foi de 3,7% do PIB e a da China de 1,1%.

Ora, recorrendo ao Relatório de Desenvolvimento Humano 1999, o PIB dos Estados Unidos foi em 1997 de 7.834 mil milhões de dólares, enquanto o da Federação Russa foi de 447 mil milhões e o da China de 902 mil milhões, isto é o PIB do EUA foi de 17,5 vezes o da Federação Russa e de 8,6 vezes o da China. Assim, a despesa militar dos Estados Unidos (282 mil milhões de contos) corresponde a 31% do PIB da China e a 63% do PIB da Federação Russa.

Ao «armar» o NMD só no seu território,



ameaça virtual de países como a Líbia, o Irão e a Coreia do Norte. Já foi dito que se esses países tiverem tecnologia para enviar mísseis a milhares de quilómetros com precisão, então serão capazes de ter também tecnologia para fintar os interceptores do NMD...

O segundo ponto refere-se à área protegida. O NMD destina-se exclusivamente à garantia do território dos EUA, excluindo todos os outros países da NATO, isto apesar de contar com alguns deles (como o Canadá, o Reino Unido e a Dinamarca, no território da Gronelândia) para instalar sistemas de rastreio e detecção. Os EUA vão colocar a Europa num dilema. Se não fizer nada de semelhante, assume-se como terreno vulnerável e aceita um auto-isolamento dos Estados Unidos, e a quebra da «solidariedade» em matéria de defesa. Se copiar o sistema americano, terá de aumentar o nível de despesa militar, e, em consequência, duros cortes nas despesas sociais.

A terceira nota entronca nesta questão dos custos e comparações de despesa militar. Quanto ao custo do sistema, os números referem-se a várias fases. Só para a 1.ª fase, o custo de aquisição é de perto de 3 mil milhões de contos. Mas a primeira fase refere-se só a 20 interceptores, e não envolve manutenção e funcionamento. Para se ter uma ideia do que pode ser o valor global, basta pensar que a fase dois envolve 100 interceptores, e que no programa estão previstas mais duas fases, até ao ano de 2010.

Estes números são esmagadores, quando se fazem comparações internacionais. De facto, a despesa militar dos Estados Unidos foi nos

os EUA querem desafiar a Europa a elevar brutalmente a despesa militar. A Federação Russa e a China já fizeram saber que entendem o NMD como dirigido contra si e que a única resposta possível, no quadro das suas limitações, é subirem a despesa militar para multiplicarem os seus arsenais, colocando-se em questão o conjunto de tratados sobre a matéria, a começar pelo Tratado ABM, de 1972. Como é óbvio, é a Europa que, no meio desta corrida, ficará fragilizada se não tomar ela própria a opção de se lançar na corrida armamentista.

A lógica armamentista dos EUA não tem nada de inocente. Se visa o seu próprio poderio militar, pretende também o efeito de estrangulamento financeiro da «concorrência». Entrou-se na esfera dos valores absolutamente inacessíveis.

Basta ver o que os EUA preparam para execução da Iniciativa de Capacidades de Defesa (DCI), que introduziu no léxico armamentista as famosas «capabilities», que mais não são do que os meios estratégicos e táticos de projecção de força, tal como são exigidos pelo novo Conceito Estratégico da NATO. Um dos programas que os EUA lançaram é o da aquisição de 134 unidades do C-17, até 2003. O custo global desta aquisição, que dota os EUA do mais moderno avião de transporte estratégico, aproxima-se dos 6 mil milhões de contos.

O ministro Castro Caldas, quando opinou sobre a desactualização da Lei da Programação Militar (aprovada há dois anos), fartou-se de falar em «capabilities». Está aqui explicado onde quer o sr. ministro meter o País.

PCP quer igualar oportunidades de acesso das crianças

Livros escolares gratuitos

Manuais escolares gratuitos até ao 9.º ano, defende o PCP. Um projecto nesse sentido, apreciado na semana transacta, é hoje votado. Para os comunistas, este é «mais um passo para a democratização do acesso e do sucesso educativos».

A enquadrar esta iniciativa legislativa, enquanto referencial teórico e constitucional, está desde logo o próprio texto da Lei fundamental. Foi este que a deputada Luísa Mesquita invocou para lembrar o seu artigo 74.º onde se afirma que «todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar».

Um direito que, todavia, como a vida mostra, é quase sempre negado. Basta ver o peso, entre tantos outros factores, que as despesas com a frequência da escolaridade obrigatória têm nos orçamentos familiares. Um custo, mesmo falando apenas dos manuais estritamente indispensáveis, que as famílias bem conhecem no início de cada novo ano lectivo. Isto sem falar, como observou a deputada PCP, dos gastos com todo o restante material didáctico (obrigatório ou facultativo), com as modalidades especiais e actividade de ocupação de tempos livres, ou com os transportes, alimentação e alojamento.

Educação para a vida

É pois esta realidade que justifica, na perspectiva do PCP, a apresentação do seu

Impõe-se incrementar o apoio social em todos os níveis da escolaridade obrigatória

projecto de lei, visando criar «condições de igualdade real de oportunidades de acesso e de sucesso educativo», independentemente da origem socioeconómica e sociocultural das crianças e dos jovens, da região onde nasceram ou onde vivem.

A que acresce – e esta foi outra razão por si apontada – a «importância estratégica que a educação assume no desenvolvimento harmonioso e equilibrado dos indivíduos».

Mas lembrado por Luísa Mesquita foi ainda o facto de este diploma, só por si, pese embora o significativo avanço que representa, não preencher a totalidade das respostas que urge dar no sentido da democratização do ensino.

Indispensável, frisou, é o incremento do apoio social

escolar em todos os níveis da escolaridade obrigatória e, bem assim, a criação de incentivos e de apoios financeiros familiares. Preconizada pelo PCP é ainda a garantia de transportes, alojamento e alimentação aos alunos que, vivendo afastados da escola ou por outros motivos, careçam desses benefícios sociais.

Sem resposta no decorrer do debate não ficaram, entretanto, os que dizem que a gratuitidade dos manuais escolares é uma solução injusta na medida em que abrange todas as crianças, independentemente das suas condições económicas.

A este argumento respondeu Luísa Mesquita afirmando que a «discriminação positiva resolve-se com eficácia, eficiência e vontade política no âmbito do sistema fiscal», em relação ao qual teceu duras críticas pela «escandalosa inoperacionalidade» no combate à evasão fiscal e pelos benefícios fiscais às aplicações financeiras e especulativas.

É nesta sede que a questão se resolve, fez notar, tomando decisões políticas que «inviabilizem privilégios e benesses injustificáveis», permitindo simultaneamente «uma mais justa e equitativa repartição da carga fiscal».

Serviços mínimos bancários

A eliminação da obrigatoriedade de ter na conta do banco um saldo médio anual igual a, pelo menos, sete por cento do salário mínimo nacional (SMN), constitui uma das propostas avançadas pelo PCP para que os portugueses de magros rendimentos possam de facto anuir ao recentemente criado sistema de acesso aos serviços mínimos bancários.

Esta é uma das condições

impostas no diploma governamental, sujeito à apreciação parlamentar (ratificação), na passada semana, por iniciativa da bancada comunista. A outra exigência prende-se com a imposição do pagamento anual de custos e encargos até um por cento do SMN. Para este caso o PCP defende que a responsabilidade por tais pagamentos seja imputada ao Estado.

Considerando-as injustas e

descabidas, tais exigências, na perspectiva do líder parlamentar comunista, significam, na prática, que o Governo «inviabiliza o que diz pretender fazer». Incompreensível, quando, na verdade, está em causa uma medida que pode «democratizar» o acesso, sobretudo ao grupo dos reformados beneficiários de pensões mínimas, a um «instrumento hoje banal para utilizações essenciais».

Por uma política em defesa dos pescadores e das pescas

Portugal deve bater-se pela obtenção de quotas de pescas no novo acordo a estabelecer entre a União Europeia e a Gronelândia. O apelo foi feito pelo Grupo Parlamentar do PCP, que exigiu do Governo posições firmes no sentido do «reforço das possibilidades de pesca no sector do cerco» e uma inversão na política de abate da frota nacional.

Desta forma – com propostas e posições políticas claras na defesa dos trabalhadores e do sector das pescas –, como sublinhou o deputado Honório Novo – quis a bancada comunista assinalar o Dia do Pescador. Foi no passado dia 31 de Maio, em intervenção no

período antes da ordem do dia, ocasião aproveitada para lançar um outro desafio ao Governo: seja capaz de garantir, no âmbito da renegociação da Política Comum de Pescas, a preservação das 12 milhas e o alargamento para as 24 milhas do mar territorial reservado em exclusivo para a frota nacional.

Recorde-se que o Dia do Pescador assinala a conquista do estabelecimento de um regime jurídico para o trabalho a bordo, criado a partir de uma iniciativa legislativa do PCP.

Embora seja considerado um importante passo na dignificação da vida dos pescadores, este enquadramento

legal está muito aquém do necessário. É que, como lembrou Honório Novo, nem sequer consagrou o salário mínimo ou o direito ao subsídio de Natal.

Daf que para a bancada comunista seja fundamental alargar o actual Fundo de Compensação Salarial – tendo para o efeito apresentado um projecto de lei que aguarda agendamento –, da mesma forma que do seu ponto de vista importa prorrogar (e com esse objectivo apresentou um projecto de resolução) o período previsto para os apoios a pescadores e armadores paralisados pela cessão do acordo de pescas com Marrocos.

Governo de costas para o País

Agravam-se os problemas sociais

O Governo age primordialmente a pensar nos grandes interesses privados e nos lucros e não nas pessoas e nos trabalhadores. Para o PCP, de quem partiu a acusação, os resultados de tal política estão à vista: agravamento das tensões sociais e degradação dos principais serviços públicos.

Em declaração política proferida numa das sessões plenárias da semana transacta, o deputado Lino de Carvalho explicou detalhadamente as razões que sustentam a afirmação de que estamos perante uma política económica errada da qual resultam pesadas consequências sociais. Pior ainda, uma política que não serve os interesses do País e dos trabalhadores e que hipoteca o futuro.

A testemunhá-lo, desde logo, como assinalou o parlamentar comunista, estão os aumentos num conjunto de produtos e serviços essenciais, que desmentem só por si certas projecções macroeconómicas do Executivo, como é o caso da inflação. Desde o aumento dos transportes ao gás doméstico, dos combustíveis às telecomunicações.

E também nos empréstimos à habitação, onde, provavelmente, mais é sentido o brutal aumento do seu custo, primeiro, com os sucessivos aumentos das taxas de juro, agora, com a redução da taxa de bonificação.

«O Governo decidiu começar a diminuir as despesas públicas aumentando o custo do crédito à habita-

ção para os mais desfavorecidos, enquanto o sistema financeiro continua a acumular milhões de contos de lucros como há muito tempo não tinha», comentou a propósito Lino de Carvalho, pondo assim em evidência a sensibilidade social apregoada por Guterres.

Política neoliberal

Mas é ainda na qualidade dos serviços públicos que se repercutem os efeitos da política do Governo PS, seja no plano dos caminhos-de-ferro, dos Correios ou do gás natural. Lino de Carvalho falou mesmo em situação de «abastardamento» como resultado do que disse ser «uma desvairada política de privatizações e progressiva renúncia pelo Estado das suas responsabilidades públicas».

E deu como exemplo o que se passa na EDP. E ilustrou-o com o episódio caricato do «apagão» e da cegonha para dizer que a culpa não foi desta, não senhor, mas sim da «progressiva degradação da gestão da rede eléctrica», do «desinvestimento em equipamentos e conservação da



O custo dos empréstimos à habitação subiu 20% num ano

rede e dos serviços». Tudo, acrescentou, como resultado directo do «processo de privatização e desmembramento de uma empresa que presta um serviço público estratégico».

Ainda a propósito da EDP, Lino de Carvalho desafiou o Governo a esclarecer se é verdade ou não

que tem em vista adquirir a rede eléctrica nacional àquela empresa por um valor na ordem dos 300 milhões de contos. A ser verdadeiro, tal negócio, que o deputado comunista classificou de obscuro, constituiria um escândalo de proporções incomensuráveis. «Como é que o Estado

encara a possibilidade de entregar centenas de milhões de contos a uma empresa já privatizada em 47,5 por cento para pagar um bem que já é do domínio público?» interrogou-se Lino de Carvalho, antes de reclamar do Governo o abandono da 4.ª fase de privatização da EDP.

Famílias esquecidas

O Grupo Parlamentar do PCP propôs a suspensão da portaria que esteve na base da decisão governamental de diminuir as bonificações à taxa de juro para o crédito à habitação. Em projecto de resolução entregue no Parlamento, os deputados comunistas consideram que aquela medida do Executivo PS, adoptada no preciso momento em que aumentam as taxas de juro activas, está a «prejudicar seriamente» milhares de portugueses que vêem o custo dos seus empréstimos agravados em cerca de 20 por cento.

Para a bancada do PCP, a haver lugar a alteração, deveria ser exactamente em sentido

contrário. Isto porque, sublinha, a redução da bonificação de 6,5 para 5,5 por cento ocorre, contraditoriamente, quando se verifica um aumento das taxas de juro, tendência que se vem mantendo há cerca de um ano.

Depois de terem recorrido ao empréstimo bancário para aquisição de habitação própria, muitos milhares de famílias, sobretudo as mais desfavorecidas e os casais jovens, devido ao agravamento dos seus encargos, estão agora confrontados com o risco de ruptura no seu orçamento. Paira sobre si a sombra de uma nova figura no nosso país: a falência económica das famílias.

Apoio aos despedidos da Grundig

A situação dramática em que se encontram os trabalhadores despedidos da Grundig justifica a presença do secretário de Estado do Emprego no Parlamento. Uma proposta nesse sentido foi feita pelo deputado comunista Vicente Merendas, em reunião da Comissão parlamentar de trabalho, tendo sido aceite por todos os grupos parlamentares.

Preconizada pelo deputado do PCP foi igualmente a criação de um regime de excepção, com vista a dar resposta do ponto de vista social à subsistência dos trabalhadores naquelas condições. Trata-se de um regime especial que confira maior duração ao período em que são concedidas as prestações de desemprego.

Os 107 trabalhadores despedidos há três anos, continuam a aguardar a decisão do Tribunal de Trabalho de Braga no processo judicial que interpuseram contra a empresa.

A situação destes trabalhadores é particularmente crítica, do ponto de vista social, uma vez que o subsídio de desemprego acabou ou está em vias disso. Entretanto, não podem receber as indemnizações em virtude de a impugnação judicial do despedimento não estar concluída.

Para Vicente Merendas está-se em presença de uma clara «tentativa de vergar os trabalhadores pela fome», visando levá-los a «levantar as indemnizações e a desistir da justiça a que têm direito».

Os 25 anos da Constituição

«A Constituição foi uma vitória da Revolução e das forças que a sustentavam, os militares de Abril e o povo português, unidos como os dedos

da mão.» Nestes termos, em nome da bancada comunista, definiu João Amaral, «contra todas as deturpações e provocações baratas», o sentido profundo desse momento histórico que foi a aprovação da Constituição da República de 1972.

Na passagem do 25.º aniversário dessa data, assinado faz hoje oito dias, foi de congratulação o essencial do discurso do parlamentar comunista por esse «trabalho

essencial para a consagração das bases legais da Revolução de Abril».

Para o qual, lembrou, contribuíram decisivamente na altura os deputados comunistas,

«indefectíveis lutadores pela liberdade e a democracia», a quem prestou homenagem. E de entre eles, os falecidos, cuja memória evocou, como José Magro, Francisco Miguel, Ângelo Veloso, Dinis Miranda, ou Maria Alda Nogueira,

«todos eles activos resistentes contra a ditadura, todos vítimas de duras torturas e muitos anos de prisão».

E se 25 anos depois a Constituição «já não é a matriz impulsionante de uma política de progresso», a verdade é que também «não passou para o campo contrário», como

fez notar João Amaral, lembrando a propósito que em muitos dos seus preceitos «ela abre o campo a legítimas soluções políticas de esquerda».



Docentes contratados

O Governo continua a não dar resposta cabal à situação de injustiça em que se encontram os professores contratados. Em causa está a atribuição do seu direito a assistência médica e social e ao subsídio de desemprego. Desrespeitando os compromissos por si assumidos, o Governo veio em diploma publicado em Abril configurar um quadro que, na opinião da deputada comunista Luísa Mesquita, é «muito insuficiente».

Foi para reparar esta injustiça - depois de ter apresentado em Janeiro um projecto de lei sobre a matéria, que veio a ser inviabilizado já em discussão na especialidade -, que a bancada do PCP chamou agora o diploma à ratificação, visando introduzir-lhe alterações que dão resposta à protecção na doença e no desemprego aos docentes contratados.

Criticado por Luísa Mesquita foi sobretudo o facto de o Governo «ignorar as especificidades da função docente», excluir os docentes do ensino superior universitário e politécnico e «definir prazos de garantia que condicionam, escandalosamente, o direito que se pretende consagrar».

Medicinas não convencionais

O projecto de lei do BE sobre a «regulamentação das medicinas não convencionais» passou no Parlamento com os votos dos seus dois deputados e do PEV e abstenção de todas as restantes bancadas. Definindo a posição do PCP, Natália Filipe, embora considerando tratar-se de uma matéria controversa, defendeu a necessidade de clarificar e regulamentar o quadro presente, sob pena de, não o fazendo, poderem colocar-se «problemas de saúde pública».

Daí a necessidade de aprofundar a discussão, para a qual manifestou a disponibilidade da sua bancada, nomeadamente quanto à questão de saber se se deve falar em medicinas ou em práticas terapêuticas, à regulação destas e à definição das áreas a reconhecer. Estes foram, aliás, alguns dos aspectos contidos no projecto do BE que suscitaram dúvidas e críticas do PCP.

Encontro Regional da Guarda da JCP alerta para instabilidade laboral na construção civil e nas fábricas e exige fim do trabalho infantil e reestruturação do sector têxtil

Pela defesa do interior

O que oferece o distrito da Guarda aos jovens? Os participantes do Encontro Regional da JCP dizem que é preciso mais investimento e melhores condições de vida.

«Não queremos ser impedidos de trabalhar na terra onde nascemos», declaram os participantes no Encontro Regional da Guarda da JCP, que se realizou no sábado. O que motiva esta afirmação é a falta de emprego que se verifica no distrito da Guarda. Por isso, defendem que é necessário promover a criação de postos de trabalho, mas «é preciso que seja estável e com direitos para que os jovens se sintam bem nas suas terras e para que a relação com elas não seja ultrapassada pela emigração».

A construção civil é uma das áreas com mais oferta de trabalho do distrito, mas é simultaneamente a forma de emprego mais instável tanto ao nível do vínculo laboral, como da segurança no trabalho.

«É urgente os trabalhadores conhecerem os seus direitos, bem como um controlo mais rigoroso por parte da Inspeção Geral do Trabalho no sentido de obrigar as empresas de construção civil

a respeitar os direitos dos empregados», exige a JCP.

Outra questão abordada pelos jovens é a situação que se vive em algumas empresas, nomeadamente nas fábricas de componentes automóveis, em que se verificam picos de produção ao longo do ano e em que são constantes os abusos na contratação a prazo.

Nestas firmas, muitos trabalhadores são despedidos durante um curto período de tempo, para se iniciar de novo um contrato precário sem direitos assegurados e assim evitar um contrato efectivo.

A reestruturação do sector têxtil foi apontada como uma medida urgente. «No entanto, nunca deve ser feita à custa do sacrifício dos direitos dos trabalhadores, mas sim com a modernização de equipamentos e com a procura de mercados nacionais e internacionais para o escoamento da produção», defendem os jovens comunistas.

A exploração da mão-de-obra infantil é também uma

realidade no distrito da Guarda. «As condições socioeconómicas das famílias levam muitas vezes ao afastamento prematuro da escola, para que haja um acréscimo no orçamento familiar», explica a JCP.

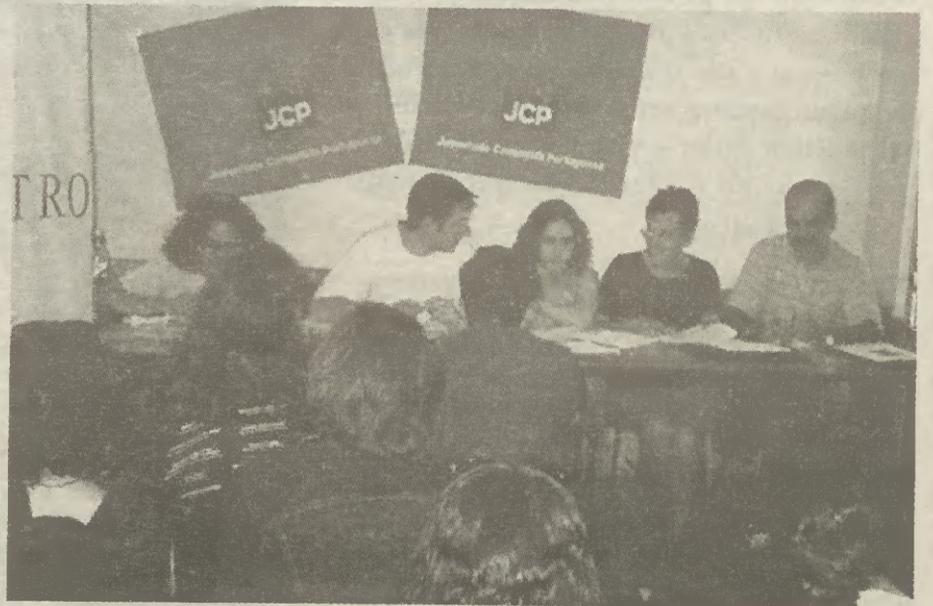
Reconhecendo que não é fácil contrariar esta situação, a organização considera que a solução está na criação de condições financeiras, novos valores e novas referências culturais que dêem lugar a comportamentos diferentes.

Ensino e saúde

Na área da educação, os participantes do encontro reconheceram a existência de carências estruturais e pedagógicas nas escolas secundárias do distrito, bem como uma grande falha na coordenação dos transportes escolares. As grandes batalhas são a suspensão da revisão curricular e a introdução da educação sexual.

No ensino superior, a JCP pede o alargamento do funcionamento das instituições para horário pós-laboral, visto que um terço dos 4500 alunos do superior que estudam no distrito serem trabalhadores-estudantes. Outra reivindicação é o reforço da acção social escolar.

Os participantes na iniciativa chamam a atenção para o



A interioridade é o inimigo número um dos jovens. A solução está na criação de infra-estruturas e equipamentos básicos, diz a JCP

aumento de toxicodependentes - referindo como uma das razões para tal a proximidade com Espanha, país onde a lei é mais permissiva ao consumo de drogas - e defendem a necessidade de elaborar campanhas de prevenção a aplicar regionalmente.

O alcoolismo é um problema classificado como «realmente grave, com forte incidência na região». A JCP lembra a constante falta de cumprimento da lei que proíbe a venda de bebidas alcoólicas a menores de 16 anos e exige acções de prevenção primária de consumo de álcool.

A desertificação e os jovens

O distrito da Guarda sofre de desertificação, à semelhança do que acontece em todo o interior. Entre 1981 e 1991 perdeu 17500 habitantes, na sua maioria jovens. E, se as sedes de concelho crescem, é à custa do esvaziamento das aldeias e da morte do mundo rural.

Os participantes no Encontro Regional da JCP apontam responsáveis por esta situação: os governos do PS e PSD, a sua política de direita e a falta de interesse do poder central em desenvolver verdadeiramente o interior do país.

A interioridade é o inimigo número um dos jovens do distrito. A solução está em incentivos económico-financeiros que dotem as regiões mais desfavorecidas de infra-estruturas e equipamentos básicos e na criação de vias de comunicação que possibilitem uma maior movimentação de pessoas e mercadorias dentro do próprio distrito.

Para os jovens comunistas, o turismo pode constituir uma mais-valia, com a proximidade da Serra da Estrela, do património arqueológico do Côa e da rota das aldeias históricas. No entanto, este tem de ser feito de uma forma sustentada, tendo em conta a preservação da natureza e a criação de condições para os turistas.

A JCP sublinha que deve ser motivado o trabalho que os jovens desenvolvem nas diversas formas de associativismo, como clubes desportivos, bombeiros e associações juvenis. E a forma de reconhecer o papel dinamizador dos mais novos passa pela criação de infra-estruturas e equipamentos nas associações e fora delas, de forma a potenciar as potencialidades desportivas, científicas e culturais dos jovens.

Dia da Criança É urgente combater o trabalho infantil

Na passagem de mais um Dia Mundial da Criança, a JCP veio a público exigir medidas de combate efectivo da exploração do trabalho infantil. Este é um problema

que afecta milhões de menores de todo o mundo, inclusivamente em Portugal, onde dezenas de milhares de crianças de norte a sul do país trabalham em sectores como

a restauração e a hotelaria, os têxteis, o calçado e a construção civil, áreas em que o patronato não hesita em utilizar a sua mão-de-obra, que se caracteriza por ser barata,

sem direitos e da qual se descarta facilmente.

«Estas crianças, precocemente afastadas do sistema de ensino e colocadas a trabalhar, vêem-se privadas de um desenvolvimento pessoal, social e cultural a que têm direito», afirma a JCP.

O combate ao flagelo deve ser feito desde logo ao nível das causas sociais e políticas, através do aumento dos salários e da criação de empregos. «Para que todo o trabalhador tenha condições para viver dignamente com a sua família», dizem os jovens comunistas.

Nesse sentido, a elevação do salário mínimo nacional é um factor determinante para evitar que o rendimento do trabalho ilegal de uma criança seja parte fundamental das condições de subsistência da família.

Outras medidas apontadas passam pela instituição de uma política de ensino de qualidade que motive as crianças, a criação de infra-estruturas nas áreas desportiva, cultural e recreativa, o reforço dos meios de fiscalização, a repressão à exploração do trabalho infantil e criminalização da sua utilização pelo patronato.



O aumento do salário mínimo é determinante para que o rendimento do trabalho da criança deixe de ser fundamental para a família

Terceira comemora Dia do Ambiente

Com um balanço final bastante positivo, a JCP da Ilha Terceira organizou nos dias 3 e 4 de Junho o Ambijovem 2000, uma iniciativa que pretendeu assinalar o Dia Mundial do Ambiente e que contou com a participação de cerca de três dezenas de jovens.

O acampamento e o passeio de bicicleta entre o centro de Angra do Heroísmo e a baía da Salga tiveram como principais objectivos alertar os jovens para a necessidade de proteger o ambiente, bem como para a importância da participação efectiva dos jovens na vida social e política.

Durante os dois dias de actividade, houve ainda tempo para uma gincana, passeios de kayake, jogos de

futebol e, naturalmente, convívio, troca de experiências e preocupações.

De salientar que o Dia do Ambiente foi comemorado na Ilha Terceira apenas pela JCP, não havendo nenhuma actividade promovida pelo Governo Regional - apesar deste ter criado recentemente uma Secretaria Regional do Ambiente -, pelas autarquias, ou por organizações de defesa do ambiente.

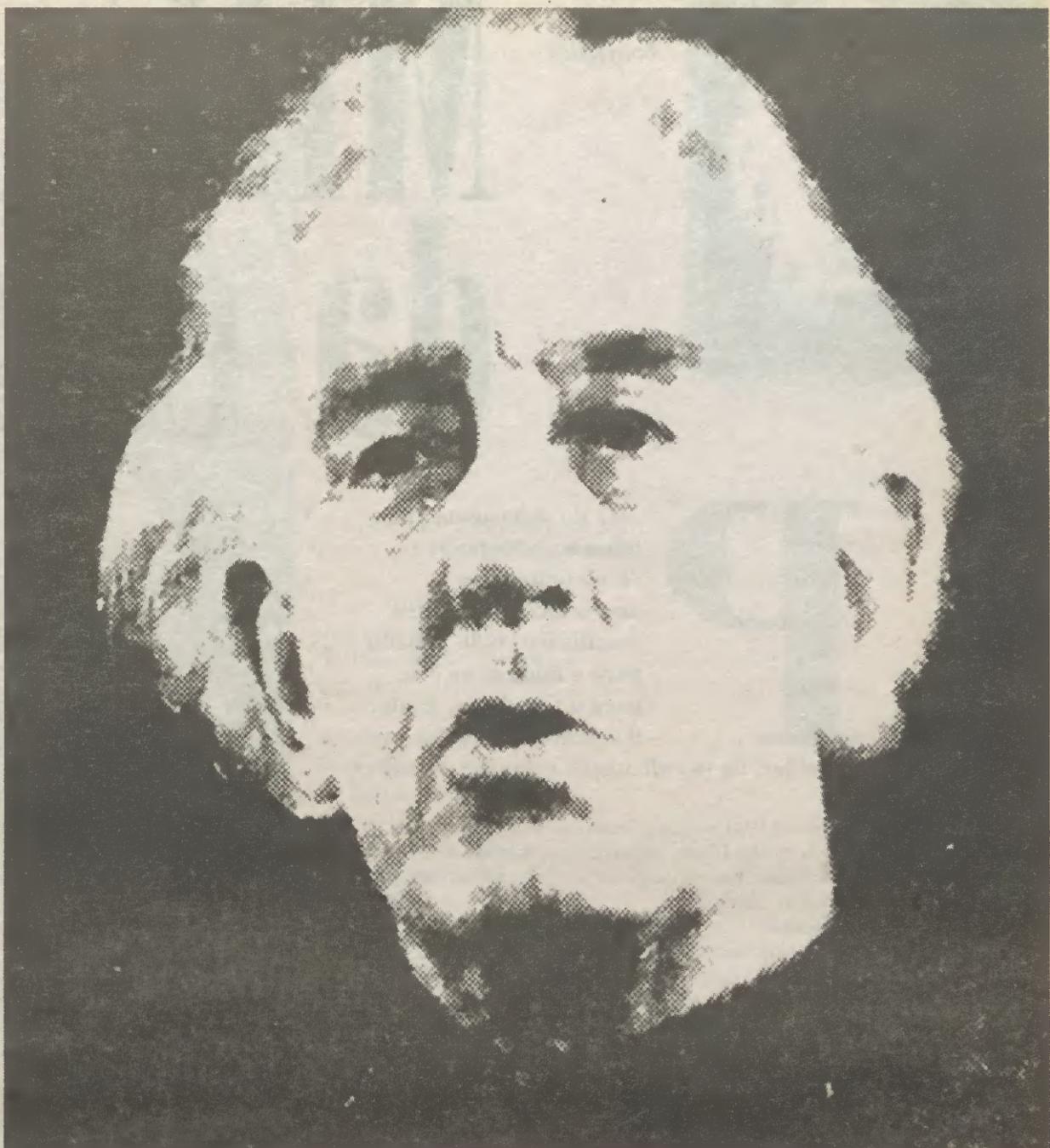
Apesar da JCP-Terceira ter solicitado apoio financeiro a diversas entidades, as despesas foram suportadas pela própria organização. A iniciativa contou com a colaboração da Cruz Vermelha, a PSP, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e o «Angra Iate Club».

O

Poeta faz cem anos. Quer dizer que ultrapassou a morte e que as suas palavras escritas ao longo de uma vida longa sobreviveram à morte do escritor e

continuam a acompanhar-nos, e que persiste a mensagem nas suas formas então achadas. Neste caso não se encontram muitos. Há especiais lugares na nossa memória e num deles encontram-se os poemas de José Gomes Ferreira, permanece o homem que ele foi, a sua estatura e mensagem que não foi apenas de palavras mas de actos assumidos.

Poeta militante foi expressão que ele próprio encontrou. Expressão feliz que o descreve, numa dualidade só aparente. E neste número do «Avante!», assinalando o centésimo aniversário do seu nascimento, deixamos para alguns dos seus pares escritores - todos eles embora militantes cívicos -, a palavra para celebrarem o artista, sublinhando o jornal do Partido que foi o dele, a vertente militante da sua vida. Mas será possível separarmos ambas as condições do ser de um homem como o fraternal Zé Gomes? Lembrando-o como poeta na hora da sua morte - que foi no dia 8 de Fevereiro de 1985 - Óscar Lopes escrevia no «Avante!» dessa semana: «José Gomes Ferreira é o testemunho mais íntimo de um drama histórico



Poeta militante

que abrange uma república liberal assediada pela reacção e geralmente insensível aos seus melhores defensores, que abrange mais de meio século de resistência ao fascismo (...) e, mais recentemente, o arranque e a defesa tenaz dos êxitos democráticos propiciados pelo 25 de Abril.» E mais adiante: «Os seus livros são indispensáveis à compreensão, por fora e por dentro, das três gerações dos portugueses mais conscientes deste século. E bem sabemos, camarada Gomes Ferreira: “a eternidade é tu continuares amanhã a minha luta”.»

Militante? Poeta?

Poeta militante é a expressão mais certa. Carlos Aboim Inglez, no discurso que então proferiu no funeral, recordou: «“Homem moral” e “poeta dos factos”, como tu de ti mesmo disseste um dia - foste! E por isso mesmo foste muito mais também, tanto que me é curta a voz para dizê-lo. Irmão de sangue gémeo do teu povo, respiração solidária sempre com a sua - tu foste voz alta das angústias, sofrimentos e trabalhos de sucessivas gerações de teus irmãos; tu foste cronista fiel dos nossos sonhos quotidianos, e de toda a vida; tu foste uma luminosa brasa ardendo inapagável na longa noite da resistência antifascista e antiobscurantista; tu foste um dos cabouqueiros tenazes da madrugada de Abril; tu foste um sábio e prático visionário do futuro.» Militante de sempre. Mesmo quando

ainda não dera o passo formal da sua inscrição no Partido, vindo aqui, à Soeiro Pereira Gomes, «numa tarde chuvosa» de há vinte anos, como se pode recordar no texto que então o «Avante!» publicou. Em entrevista a «O Jornal», conduzida pelos seus amigos Augusto Abelaira e Fernando Assis Pacheco, pouco tempo depois desse passo, José Gomes conta como se dirigiu a Aboim Inglez: «Venho cá perguntar-lhe se o Partido quer dar-me a honra de me receber nas suas fileiras», e como as portas se lhe depararam fraternalmente abertas. E, perguntaram-lhe os entrevistadores como explicava ele a sua adesão ao Partido Comunista, aos 80 anos de idade. A resposta diz tudo e ainda hoje diz muito:

«Explico isso muito facilmente. Primeiro: marcar a Revolução de Outubro, que foi de uma importância muito grande para mim. Segundo: a Revolução foi sempre para mim um sonho, um desejo ardente, jacobino, foi sempre a minha ideia fixa, o meu misticismo foi sempre o da Revolução. E isso sente-se um pouco em todas as minhas coisas escritas, embora muitas vezes de modo não explícito, mas quem quiser dar-se a esse trabalho... Trabalho, enfim, que não vale a pena fazer. Aconteceu comigo o que aconteceu com outros, até na URSS durante a Revolução de Outubro: fui conquistado pelo único partido da fraternidade, da liberdade popular, da justiça democrática e da ordem.»

José Gomes Ferreira *Camarada!*

Dia 29 de Fevereiro de 1980, pelas cinco e meia da tarde, chuvosa, caminaste pelas ruas com o passo firme da tua alma grande e vieste bater à porta da nossa Casa, na Soeiro Pereira Gomes. Na fala directa de quem pensou e se decidiu em consciência disseste enxutamente ao que vinhas: que te aceitássemos como membro do Partido Comunista Português. Aos 80 anos. Em coerência com toda uma vida, repensada e assumida. Dando resposta combativa a um presente que não é fácil. De olhos postos juvenis no futuro que faremos, que fazemos.

As tuas palavras, o teu acto, tinha aquele peso e asas que pões em tudo. Simples, como as coisas verdadeiras do coração. Como um acto lúcido que se cumpre na sua hora, por determinação de homem independente que sempre foste e serás. De homem solidário que és, de raiz - poeta, militante, companheiro dos homens que sofrem, sonham e lutam. E que, juntos como os dedos da mão, de mãos dadas, hão-de chegar ao fim da estrada e depois hão-de rasgar as estradas novas de Portugal livre, independente, socialista, para os homens novos que estão nascendo já.

Ficámos de te dar resposta. E, ressaltando embora a pública notícia, que não está nos nossos usos, mas que a luta aconselha nestes tempos de Promoção, de crescimento necessário, aqui estamos para te responder dizendo apenas, com respeito e alegria compartilhada decerto por todo o grande colectivo fraternal do nosso Partido - que te saudamos, camarada! Abril vencerá!

(Este foi o texto publicado pelo «Avante!» de 6 de Março de 1980, na semana seguinte à adesão do camarada às fileiras do Partido)



• Urbano Tavares Rodrigues

Militante da esperança

Poeta do sofrimento humano, mas poeta ao mesmo tempo anti-sentimental, lírico e antilírico, todo voltado para o homem da rua, para o *fait divers*, cantor da arraia miúda, das suas servidões, da sua alienação e das suas revoltas.

Nascido em 1900, no trânsito para o século XX, José Gomes Ferreira estudou Direito, entrou na carreira diplomática, foi cônsul na Dinamarca, mas era incapaz de se adaptar tanto à burocracia como ao mundanismo.

Organizando a vida com pequenos ganchos na publicidade, votou-se quase inteiramente à criação literária, iniciando em 1931, após uma breve fase vagamente saudosista, a publicação da sua obra renovadora, que não tardou a conquistar o aplauso de grandes críticos e escritores, como João Gaspar Simões, Óscar Lopes, Joaquim Namorado, Alexandre Pinheiro Torres, Carlos de Oliveira, António Ramos Rosa, Álvaro Salema e outros.

Figura maior do neo-realismo, no campo da poesia, durante várias décadas, José Gomes era no entanto um neo-realista *sui generis*, psicologista nas suas horas, muito marcado pelo dolorismo de Dostoiévsky e pelo remorso da condição burguesa, dos seus privilégios e egoísmos, que bebera em Raul Brandão. Sonhador inveterado, noctâmbulo, grande conversador, apaixonado pela sua cidade de Lisboa, a asa da fantasia que ele sustinha, querendo-se cronista do presente e arauto do futuro, vibrava todavia nos seus poemas, vinculados ao real mas constelados de onírico.

A sua obra em prosa tem tanta qualidade como a sua obra poética, é uma extensão natural dessa mesma sensibilidade que capta flagrantemente as vidas apagadas, os momentos irrisórios, as figuras calcadas pela existência, como capta o sopro da beleza, do amor, da solidariedade.

Na crónica — e os seus próprios poemas são tantas vezes poema e crónica — atinge José Gomes o ponto mais alto, ou a expressão mais incisiva, em **O Mundo dos Outros**. Quer nos seus «diários inventados» como **A Imitação dos Dias** quer nas suas histórias e invenções como **O Irreal Quotidiano** (título que bem reflecte o seu gosto do paradoxo e da provocação), ou nos belos contos evocativos e irónicos de **Tempo Escandinavo**, lemos o seu amor à vida e às pessoas a quem o sistema social roubou a vida. Porque muitos anos antes de aderir ao Partido Comunista já este singular escritor, tão inspirado como artesão do seu ofício, dizia aos quatro ventos o seu desejo de mudança, de igualdade entre os homens. Com os seus cabelos brancos esvoaçantes, os seus gestos largos, o que de criança travessa havia permanecido no seu sorriso, iluminando as suas próprias rugas, ele era bem o militante da esperança. Aliás, a partir de certa altura, já no final dos anos setenta, deu abertamente aos seus livros o título geal de **O Poeta Militante**.

Vergastou com os seus versos e prosas os algozes de antes de Abril e os manhosos, os oportunistas, os argentários que depois viu ascender ao poder pelas veredas que se lhes abriram. Que escreverias, meu José Gomes, se assistisses aos dias de hoje?! Este autor singular, encantado com as palavras, com as flores, com o encanto das mulheres, com a fraternidade dos trabalhadores, sonhador de olhos abertos, deixou-nos um texto fabuloso, **Aventuras de João Sem Medo**, mistura de história de fadas e conto voltairiano, por ele subtítuloado «panfleto mágico em forma de romance» e um romance-algoria, igualmente poético, em que nos fala dos tempos difíceis e obscuramente heróicos da resistência ao fascismo: **O Sabor das Trevas**.

Deixou-nos acima de tudo, em muitos volumes, a torrente da sua poesia onde à insurreição contra a injustiça social, à nítida denúncia das diversas alienações do humilhado povo português se une um cântico da Revolução que terá de ser avaliado no seu contexto de eufórica luta e não só como produto artístico, aliás admirável pela fluência e riqueza metafórica, pela força do sarcasmo, pela amplitude cultural, pela reflexão sobre a beleza. Ouçamos este poema cáustico e ao mesmo tempo carregado de ícones literários que José Gomes Ferreira escreveu após uma visita ao campo de concentração de Buchenwald, na então RDA.

VII

Nesta planície, a vil caricatura do deusinho do sol roufenho construiu um Templo de Suplícios não para que lhe adorassem o sangue untado num lenho, mas para que os outros, de caveiras sem pele, o vertessem por ele no Moloch dos carvões dos sacrifícios.

Exactamente neste plaino verde por onde tantas vezes passou Goethe vendo da sua casa de Ilm a conceber as visões e os pesadelos malditos da noite de Walpurgis que no século XX se corporizaram em fumo de esqueletos nos fornos com bocas aos gritos.

Enquanto Schiller, também na carruagem, tornava mais viril e cândida a paisagem com a sua beleza onde uma flor ardia para nos olhos das mulheres pintar o sol de escuro...

... E baixinho, com os seus lábios do coração de poeta, ia improvisando o hino à Alegria.

Nesta planície em que anos depois, felizmente de balde, o deusinho roufenho ergueu um Templo Cruel ao AntiFuturo. Buchenwald.

Notem o desprezo com que José Gomes fala de Hitler, o «deusinho do sol roufenho». O sol tinha um papel muito importante na mitologia nazi, no culto do fogo e do império. José Gomes Ferreira foi um dos amantes da cidade de Lisboa, dos seus cais, das suas colinas, da sua luz dourada, do seu rio de mil reflexos e mais ainda dos seus habitantes, funcionários roneiros, ardinas e engraxadores, frescas raparigas que transportam a Primavera, hercúleas varinas, pregões cheios de música, manifestações convulsas chamando os tiros da guarda ou da polícia. Trovador do movimento das ruas, das chicotadas da tirania, do gesto insurreccional. Eis um dos seus mais célebres poemas de profissão de fé, isto é, de esperança, e de combate:

(Junto a minha voz ao coro dos poetas mais novos. Recuso-me a ter mais de vinte anos.)

Não, não queremos cantar as canções azuis dos pássaros moribundos.

Preferimos andar aos gritos para que os homens nos entendam na escuridão das raízes.

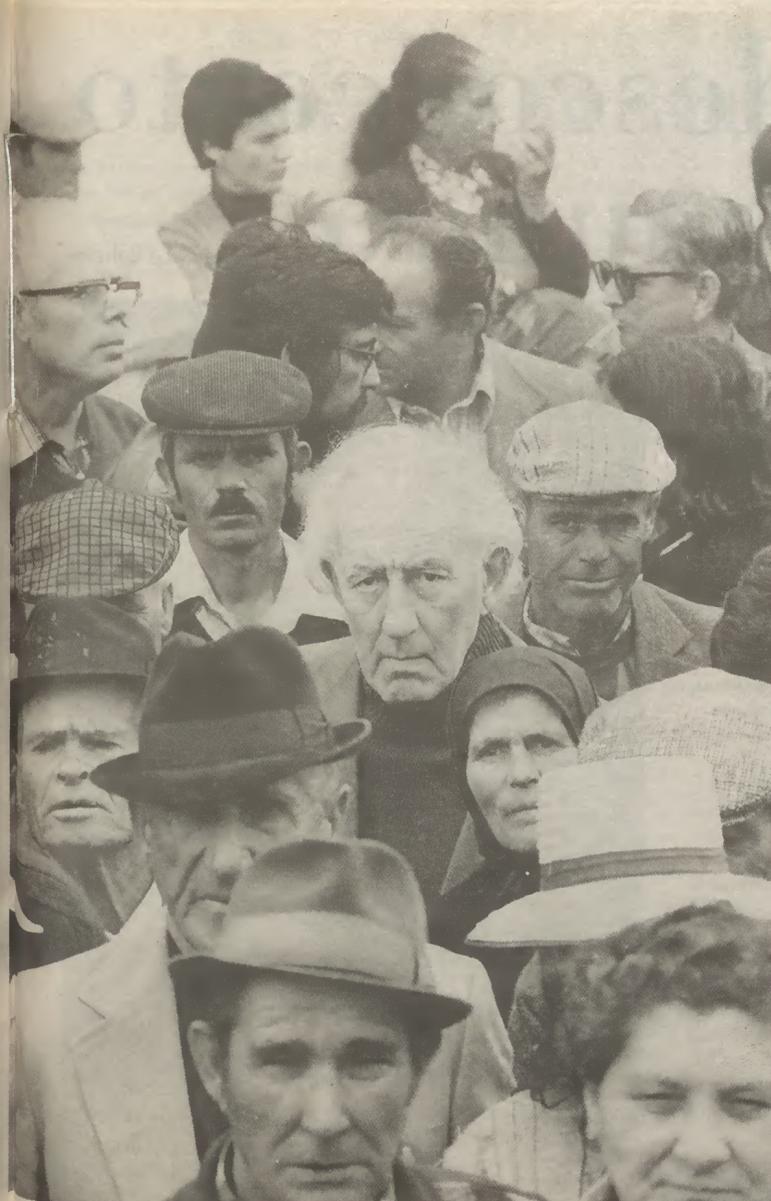
Aos gritos como os pescadores quando puxam as redes em tardes de fome pitoresca para quadros de exposição. Aos gritos como os fogueiros que se lançam vivos nas fomalhas para que os navios cheguem intactos aos destinos dos outros. Aos gritos como os escravos que arrastaram as pedras no Deserto para o grande monumento à Dor Humana do Egipto. Aos gritos como o idílio dum operário e duma operária a falarem de amor ao pé duma máquina de tempestade a soluçar cidades de fome na cólera dos ruídos...

Aos gritos, sim, aos gritos.

E não há maior orgulho do que o nosso destino de nascer em todas as bocas...

... Nós, os poetas viris que trazemos nos olhos as lágrimas dos outros.

(Nesta sinistra planura verde)



Este poema pertence ao volume POESIA I da série das suas obras editadas pela PORTUGÁLIA.

Há, é claro, uma retórica outra na anti-retórica de José Gomes Ferreira que se opõe à estética que ele considera «acomodada». Para bem entendermos este seu sentido de missão convém lembrarmos-nos de que outro grande lírico de combate seu contemporâneo, que sabia tudo da arte poética, Gabriel Celaya, escreveu estes versos:

«... Cuando se miran de frente los vertiginosos ojos claros de la muerte, se dicen las verdades: las barbaras, terribles, amorosas crueldades...»

Hajo mias las faltas. Sinto en mi a cuentos sufren y canto respirando. y canto y canto, y cantando más alto de mis penas personales, me ensancho.

Em ambos os países, Portugal e Espanha, dominados por ditaduras fascistas, surgiram, a par de alguns narradores fundamentais, líricos sensíveis que assumiam o calvário dos seus povos e entendiam dever fazer da poesia uma arma ou, pelo menos, uma mão sempre estendida à dor e ao destino cruel dos que até da sua dignidade eram espoliados. Profeta de um futuro que se frustrou, para vir a renascer um dia, já diferente, numa outra era, José Gomes Ferreira entou em versos conturbados, teimosos, ardentes de convicção, um hino à classe operária da civilização industrial, onde as suas domadas contradicções, o seu lirismo de raiz explodem em versos carregados do semantismo da máquina e do trabalho:

José Gomes Ferreira na homenagem a Catarina Eufémia. Baleizão — 20.5.1979



«À porta está um Anjo Mecânico com a espada da Devastação.

É um Anjo Frio que não baixou do céu deitado num relâmpago com asas de apoteose.

Nem desceu da lua agarrado aos cabelos da deusa do Sol Oculto.

O Homem desta vez não ergueu os braços para o fabricar das estrelas.

Fê-lo aqui na terra com o lodo das minas onde só há astros no suor do Carvão.

Forjou-o com os ossos deste mundo metálico onde se combate por todo o universo.

Criou-o à nossa imagem com músculos frios e sangue de petróleo

Vejam!

É um Anjo de Aço gelado no fogo de milhões de almas e está ali de pé, implacável, à espera, com o fumo das fábricas nos olhos e um motor no coração a pulsar pelos homens.»

Vejam!

Está ali de pé, imóvel, à espera, num frio de complicação de milhares [de roldanas...

Vejam!

(Mas nos seus cabelos de arame farpado prenderam-se as estrelas.)»

Revejo o José Gomes, sorridente, desgoleirado, nos cafés onde anos e anos abancou e cavaqueou de política, de literatura, das notícias do dia, com o Carlos de Oliveira, o Abelaira, o Gastão Cruz, o Alexandre Babo, às vezes o Herberto, outros que iam e vinham; e na Associação Portuguesa de Escritores (sucessora da SPE), de que foi o primeiro presidente, seguido pela sua grande amiga Maria Velho da Costa.

Revejo-o nas grandes manifestações, nos primeiros Primeiros de Maio, após a festa dos Cravos. E como o lembro em Pitzunda, na Geórgia, onde passámos cerca de dez dias de férias juntos, ele como sempre atento à vida, à música (ouvimos Bach e Haydn, à tarde, na basílica bizantina), atento às pessoas comezinhas e sempre excepcionais, provando iguarias e vinhos locais e búlgaros, passeando pelo parque — nadar no mar Negro não era com ele —, contando-me histórias, episódios, projectos da sua juventude, de um tempo que me fascinava. Era essa vilegiatura a paga de traduções em russo do seu **João sem Medo** e da minha **Dissolução**. Aprendi ali a conhecer ainda melhor um dos homens mais talentosos e mais singelos das nossas letras: Com a sua áspere, profunda, tenaz crença no homem e no seu destino histórico (era tão bom ouvi-lo), com o seu riso franco, sempre jovem sob as iluminadas madeixas brancas.



Zé Gomes

• Maria Velho da Costa

Há entre nós ambos, meu menino, uma tão grande diferença de idades que pouco conversados estamos: pergunta aos da fatia de gente e comoções entre nós se eu não podia ser tua avó – É que podia. Eu era lá capaz de crer que há bons e maus e também o contrário. Ou de entender a seco que um penedo é de pedra num parêntesis e pô-lo de seguida a dizer coisas de alma, a ilustrar o sol. Ou de rilhar como um lobo cachorro na galinha da vida parva e chocar-lhe de meiguice os ovos de prata. Eu era lá capaz desse pudor e desplante um ao outro garrotados, desse operariado das rosas, dessas odes de sacho e pianíssimo. Por isso me desalento e acosto a essa verdura de olhos que vêem o que só querem, fresquíssimo ou estragado – eu e este tempo passaremos primeiro ou tão após.

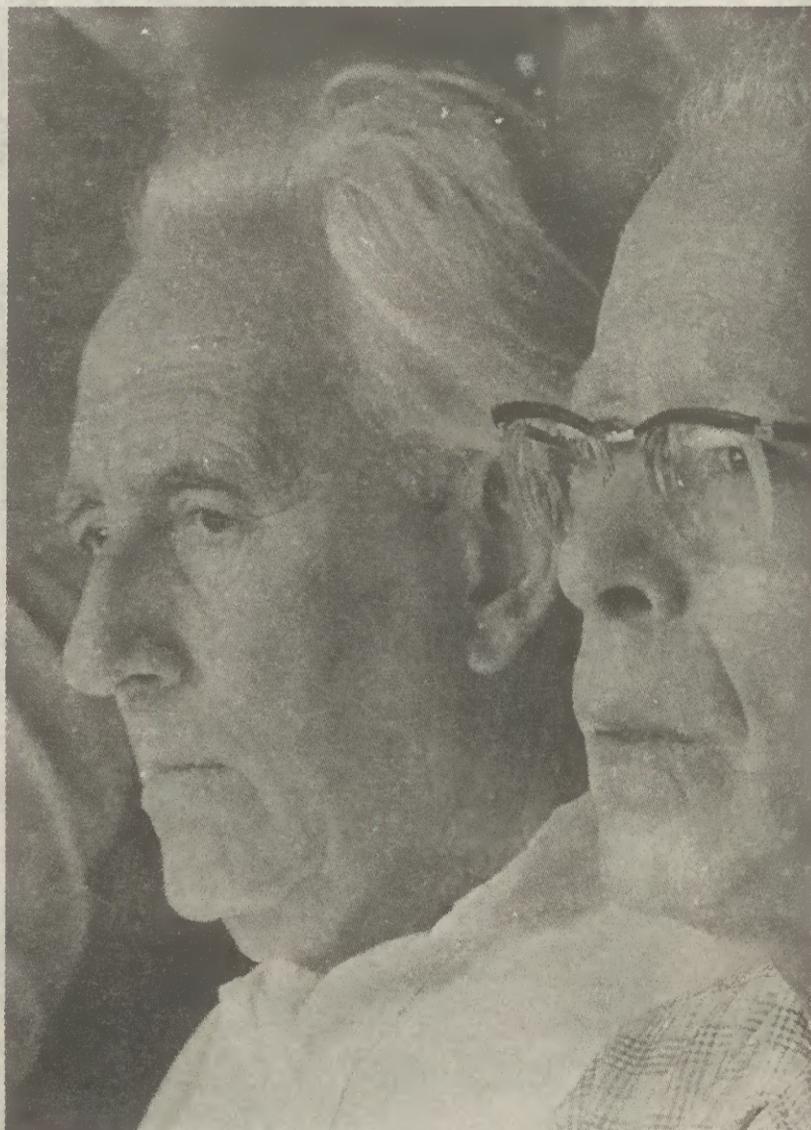
Fevereiro, 1976

(Extraído do livro *Cravo*, Ed. Moraes, Lisboa)

O desconcerto do mundo

• Luiz Francisco Rebello

José Gomes Ferreira nasceu com o dealbar do século, atravessou várias gerações – e conseguiu o prodígio de ter sempre a mesma idade de cada uma delas. E embora aos 31 anos houvesse proclamado que «viver sempre também cansa», quando se retirou do palco do mundo, mais de cinco décadas depois, não havia no poeta e no homem a menor sombra de cansaço. Pois não dizia ele também que se «recusava a ter mais de 20 anos»?! A militância da sua poesia e a da sua vida eram uma só, porque se fundiam uma na outra. Sinal dessa persistente juventude é o facto de, aos 77 anos, ter aberto um novo ciclo na sua obra com a escrita do que chamou «caprichos teatrais inspirados na Revolução Portuguesa de 1974». Mais, porém, que o dramaturgo ou o ficcionista, avultam na obra de José Gomes Ferreira o poeta e o cronista – distinção aliás apenas marcada pelo uso do verso ou da prosa, uma vez que as suas crónicas estão impregnadas de uma forte carga poética e a sua poesia está firmemente ancorada no tempo. Ambas falam do «desconcerto do mundo», o mundo exterior em que o homem luta pela liberdade, roubada ou ameaçada, o mundo interior em que o homem luta com os fantasmas da dúvida, do remorso, da culpa – e se afirma em toda a plenitude.



José Gomes Ferreira com Fernando Lopes-Graça, 14.9.80 – Desfile da APU na abertura da campanha eleitoral

O condão de nos ter todos à volta

• Orlando da Costa

Teve o condão de nos ter todos à volta.
Não por vocação nem ambição própria.
Presa difícil da glória, nunca terá sabido
sequer usar da poética impostura, para apenas
assumir a sua fatal figura
a descer devagar a Avenida, vindo sempre de longe
a soprar na surdina dos lábios de silêncio e saliva
o assobio fino do seu melhor verso desse dia
– que bom não saber como um poema acaba!

Arauto sem saber e militante por querer,
pensando, à mesa do café, ser sua a tragédia
de ser muitos e andar a fingir apenas um destino.
Teve a sorte e o arrojo de ter a testa alta
até à morte
e o castigo amigo de não conseguir esquivar-se
aos nossos ouvidos à volta, ouvindo
como só se ouve, tormentada e livre, a verde voz
de um pássaro ecológico de cabeça emplumada.



À volta do Zé Gomes – foto tirada por ocasião do 1.º Congresso dos Escritores Portugueses, realizado em Lisboa em 10 e 11 de Maio de 1975. Da esquerda para a direita – Egito Gonçalves, Casimiro de Brito, Orlando da Costa e Alberto Ferreira.

Como se vive no 12.º a pressão dos exames e o acesso ao superior

Entrar ou não entrar, eis a questão

Na semana em que foi revelado que Portugal tem o mais baixo índice de finalização do ensino secundário de 26 países europeus, fomos descobrir como vivem os alunos do 12.º ano à porta da época dos exames.

Carina Pereira faz 18 anos no próximo dia 19. Este ano teme a aproximação da data. Não por ter medo da maioria ou de não gostar das prendas, mas porque nesse dia começa o período de exames nacionais para o 12.º ano que se prolonga por duas semanas.

Estes exames marcam o fim do secundário e, para muitos a tentativa de iniciar uma nova fase do percurso académico: a entrada no ensino superior. Do resultado destes exames depende 30 por cento da nota de cada disciplina do 12.º ano e, ao mesmo tempo, 50 por cento da média com que cada aluno vai concorrer à universidade ou ao politécnico.

Se muitos ficam pelo longo caminho que é o secundário, a maioria dos que conseguem

chegar à meta tenta dar o salto para o outro mundo que é o ensino superior. Muitos deles fazem-no mesmo sem ter uma grande média ou sentir gosto em continuar a estudar. No fundo, é uma forma de adiar um dos grandes problemas da sua nova vida: a entrada no mercado de trabalho.

«Temos de combater médias, numerus clausus e vagas», diz João Rodrigues

É que, se com um «canudo» é difícil encontrar

um emprego na área de estudos com um salário e condições razoáveis, sem ele é praticamente impossível.

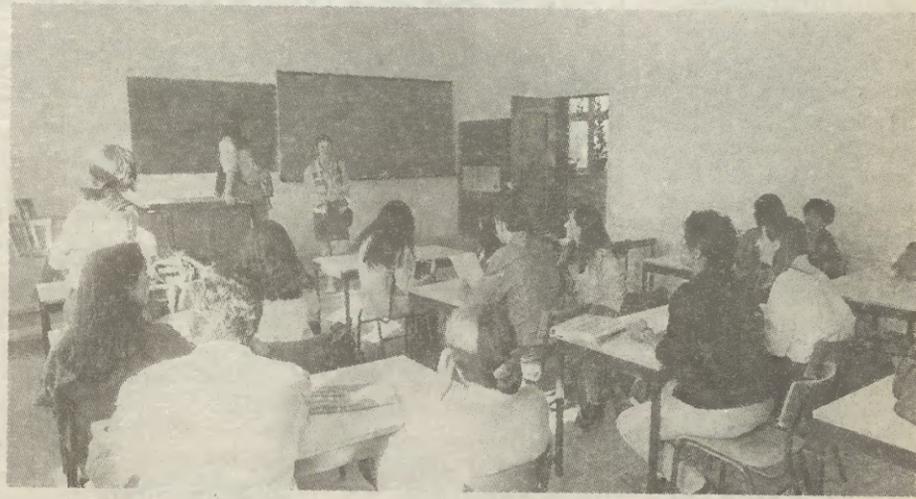
Mas esta é uma preocupação de todos ao escolher a sua licenciatura. Quantos jovens não gostariam de seguir História ou Filosofia, mas que desistem por não querer ensinar, acabando por escolher outro curso? Que talento não é desperdiçado por causa da falta de saídas profissionais?

Já para não referir todos aqueles que não conseguem descobrir uma vocação durante o secundário por falta de motivação e de qualidade do ensino?

O reduzido número de vagas no ensino público e as consequentes médias elevadas dos cursos são outra barreira que muitos estudantes não conseguem ultrapassar. Arquitectura, Medicina, Design e Farmácia são dos cursos com maiores médias, chegando-se ao ridículo de alunos com médias superiores a 18 valores não conseguirem entrar. E isto num dos países com uma das mais baixas taxas de licenciados da União Europeia.

Ultrapassar barreiras

As poucas condições que a sociedade e o sistema de ensino oferecem tem de ser compensado pelo esforço e força de vontade de cada um. «Temos de combater médias, numerus clausus e vagas», diz João Filipe Rodrigues, também aluno do 12.º ano e presidente da Associação de Estudantes



A falta de condições que o ensino oferece é compensado pelo esforço individual

da Escola Secundária Ferreira Dias, no Cacém.

«Há falta de perspectivas e nós muitas vezes desiludimos com o que encontramos. As oportunidades não são para todos, são só para alguns, para os que têm mais sorte e mais dinheiro», considera Dulce Neves, que também frequenta o último ano do secundário.

«A nossa vida está muito dificultada. Andamos um bocadinho, encontramos um obstáculo, andamos outro bocadinho e encontramos outro obstáculo. É por isso que há tanta gente a desistir

de estudar. Por mais que nós queiramos, se não temos ajudas nem condições, não vamos para a frente. Para ter boas notas precisamos de uma certa estabilidade. Depende das condições da escola e em casa, do dinheiro para comprar livros ou ter explicações», afirma Carina Pereira.

A pressão que os alunos sentem é enorme. «O 12.º é um ano terrível sobretudo no final. Primeiro, já estamos cansados. E depois de um ano de grande esforço, chegamos ao fim e percebemos que o manual ainda está

quase por dar, que ainda falta apresentar muitos trabalhos e fazer os exames nacionais. É uma pressão muito grande», sublinha Dulce.

O peso que os exames têm na nota final afasta qualquer possibilidade de a avaliação ser contínua. «A assiduidade, a participação, os trabalhos de casa, a capacidade de trabalhar em grupo, a oralidade, a motivação, tudo isto perde-se», afirma João, que lembra que esta pressão chega a originar o surgimento de competitividade entre colegas de turma.

Carina Pereira

«Sonho com Medicina desde pequena»

Carina Pereira tem 17 anos e estuda na Escola Secundária D. João de Castro, em Lisboa. Aluna da área Científico-Natural, a sua média de 10.º e 11.º anos é de 13 valores e a do 12.º é de 14.

Vai concorrer à licenciatura de Geologia, apesar de sonhar com Medicina «desde pequenina». Não vai concorrer devido à média. «Nem a sonhar! As médias cortam logo as pernas às pessoas.»

Escolheu Geologia, influenciada por um professor do 10.º ano, mas tenciona pedir transferência para Biologia no 2.º ano por este curso ter «mais saída».

«Neste momento sinto uma grande necessidade de entrar na universidade. Sempre disse que queria tirar um curso. Desde o 10.º ano que nos andam a dizer que agora é a sério, que estamos numa fase pré-universitária e agora estou a um passo. E é uma ansiedade!»

Vai fazer o exame de Geologia para concorrer ao ensino superior, apesar de não ter tido essa disciplina na escola. Sem orientação de um professor, segue os livros e recorda matérias dadas noutras disciplinas em anos

anteriores. «Aí entra a força de vontade», diz.

Carina pensa vir a leccionar e recorda que, por exemplo, não há aulas de Geologia na escola que frequenta por não haver professores. Gostava de ir para investigação, mas sabe que «cá em Portugal é difícil».



Dulce Neves

«Dar aulas deve ser fascinante»

Dulce Neves tem 17 anos, mora em Azeitão e estuda na Escola Secundária de Palmela na área de Humanidades. A sua média de 10.º e 11.º anos é de 17 valores e, até agora, a média do 12.º ano é de 18. Quer seguir Sociologia e tem todas as possibilidades de entrar.

Gostaria de seguir a via de ensino, «porque ensinar é uma forma de aprender». «Valorizo sobretudo a comunicação entre as pessoas e acho que dar aulas deve ser uma coisa fascinante. Há sempre um grande intercâmbio de conhecimentos entre o professor e os alunos», diz.

Nunca teve a disciplina de Sociologia, mas decidiu arriscar. Afinal, é a licenciatura com que mais se identifica. «Estou-me a seguir por aquilo que conheço, as ciências sociais é o que mais me fascina.»

Dulce contesta o sistema de avaliação e a forma de acesso ao ensino superior. «Nem todos podem entrar e aí já lhes são cortadas as asas. Depois há todas as dificuldades de um curso superior: os exames, as propinas... É mais tarde há o problema das saídas profissionais. É um conjunto de



barreiras que temos de ultrapassar e muitos vão ficando pelo caminho.»

Para Dulce, os professores procuram ajudar os alunos, nomeadamente dando aulas suplementares. «Eles também sentem pressão, porque têm um programa

extensíssimo para dar, perfeitamente irrealista», sublinha.

Para já, não pensa no mercado de trabalho. «Nesta altura, o que me preocupa é entrar na universidade, depois logo se vê. Mas penso nisso, obviamente. Sei que também posso trabalhar em departamentos de municípios, em projectos e instituições.»

O seu grande sonho é sentir-se realizada a nível pessoal e profissional. «É um dia ver que os ideais que eu defendo sejam concretizados.»

João Rodrigues

«Não podia frustrar as expectativas»

João Filipe Rodrigues tem 20 anos e frequenta o 12.º ano da área de Humanidades. É presidente da Associação de Estudantes da Escola Secundária Ferreira Dias, no Cacém, e este ano acabou por colocar os estudos num plano secundário.

«É uma associação muito activa, com grande tradição. Envolvi-me com um grande espírito de entrega e, por causa das lutas contra a revisão curricular, acabei por descurar o estudo.» Para o ano espera empenhar-se mais para ter uma boa média e entrar na faculdade.

O seu sonho também é tirar Sociologia e tornar-se professor. «Gostava muito de leccionar, mas ao mesmo tempo fazer trabalhos paralelos na área de sociologia. Na prática, isso quer dizer que os meus trabalhos não iam ter muita procura.» Diz não ser pessimista, mas realista. Não tem medo de andar de terra em terra a dar aulas, até parar na escola que frequenta.

No 10.º ano, quando tinha 15 anos, João optou pela área de Economia, mas no fim do primeiro período percebeu que se tinha

enganado e desistiu. «Toda a gente estava a escolher economia e eu fui atrás. Pensava que era uma questão de estudar...» No ano seguinte, inscreveu-se em Humanidades: «Escola nova, colegas novos, foi um pequeno choque. Esse ano



chumbei, mas gostei da área», recorda.

João diz que não vai ser fácil entrar no curso que quer. Se entrar para outro, não tenta pedir transferência. Coloca já à partida a hipótese de entrar numa universidade privada ou de concorrer para fora de Lisboa, devido à situação financeira da sua família.

Continuar a estudar é uma ambição pessoal. «Por vontade do meu pai já já trabalhar. Mas acho que isso me prejudica, porque me deixa com poucas saídas.»

Bruxelas analisa venda da Galp

A entrada da empresa italiana ENI no capital social da GALP está a ser estudada pela Comissão Europeia, que num prazo de um mês irá decidir se esta operação de concentração está ou não de acordo com as regras de concorrência vigentes na União Europeia. Concretamente, Bruxelas vai analisar se existe ou não o perigo de o novo grupo alcançar uma posição dominante no mercado. O negócio foi anunciado depois de o Conselho de Ministros ter decidido, em 16 de Março, alienar 15 por cento do capital social da GALP - Petróleos e Gás de Portugal, SA, na segunda fase de privatização da petrolífera. Uma sociedade a constituir pelas subsidiárias da ENI, AgipPetroli e Italgás, irá adquirir cerca de 11 por cento do capital, enquanto um outro lote de acções (cerca de quatro por cento) será vendido à Iberdrola, SA.

PGR assume cargo europeu

O procurador-geral da República (PGR), Cunha Rodrigues, confirmou que a sua intenção de vir a ocupar o lugar de juiz do Tribunal de Justiça das Comunidades, devendo tomar posse dia 7 de Outubro. Em declarações à Agência Lusa em Londres, Cunha Rodrigues salientou que deixará assim de exercer as funções de PGR após 16 anos. Relativamente ao cargo que irá exercer, referiu possuir alguma experiência na matéria, pois já esteve ligado ao Tribunal Europeu, à Comissão Europeia dos Direitos do Homem e a outros comités da comunidade europeia.

Serra Leoa recebe ajuda

A Comissão europeia anunciou na segunda-feira que irá conceder a concessão de uma ajuda humanitária suplementar de urgência para a Serra Leoa, no montante de 12 milhões de euros (cerca de 2,4 milhões de contos). Depois de uma consulta aos estados-membros, a Comissão iniciou o procedimento necessário ao desbloqueamento da ajuda suplementar, que será gerida pelo departamento humanitário europeu Echo e se destina às populações residentes do interior do país e aos refugiados. A verba é direccionada a serviços de saúde e alimentação para os cerca de 350 mil refugiados nos países vizinhos (Guiné, Libéria) e ao financiamento de programas específicos destinados a mulheres e crianças afectadas pelo conflito e a mutilados e feridos.

A Confederação Europeia de Sindicatos convocou os trabalhadores da União para exigir políticas de emprego aos chefes de Estado e de Governo dos Quinze

Euromanif na cimeira da Feira

A cimeira da União Europeia de Santa Maria da Feira ficará marcada por uma grande manifestação de trabalhadores de todos os países comunitários, convocada para o próximo dia 19 no Porto.

Esta acção de luta, promovida pela Confederação Europeia de Sindicatos (CES), conta em Portugal com o apoio activo da CGTP-IN, e realiza-se entre as avenidas da Boavista e dos Aliados, sob o lema «Por uma Europa de pleno emprego».

No final de uma reunião da Comissão Executiva da Inter-sindical, realizada na passada semana, Carvalho da Silva afirmou que a pressão social vai aumentar para que seja melhorada a qualidade do emprego. «Os trabalhadores portugueses estão a interiorizar duas ideias: a de que estão mal pagos e têm direito a viver melhor, e a de que Portugal, para ter futuro, precisa de romper com a baixa qualidade do emprego», disse o secretário-geral da Central, em declarações à Lusa.

O emprego de qualidade e justamente remunerado é aliás um dos pontos fundamentais da luta dos trabalhadores portugueses, que contestam igualmente os números oficiais de desempregados, afirmando que há muito «desemprego disfarçado e emprego precário».

O fraco rendimento dos trabalhadores portugueses (o mais baixo da UE) ficou mais uma vez patente num recente estudo da própria União Europeia que aponta salários médios líquidos mensais de um casal, com emprego no sector da indústria, na ordem

dos 146 contos mensais. Este valor representa menos de metade do que auferem os casais gregos, que ocupam o penúltimo lugar na tabela, com 299 contos mensais.

Patrões saíram a ganhar

A manifestação do Porto irá reflectir o sentimento de

desilusão em relação aos resultados da Cimeira do Emprego de 23 de Março, que ficou assinalada por uma grandiosa manifestação de protesto com mais de 50 mil pessoas.

Como afirma a CGTP-IN, na ocasião «foi assumido o objectivo do pleno emprego, houve afirmações genéricas sobre a formação e a qualificação dos trabalhadores, mas nenhuma medida concreta foi tomada, nem apontada nenhuma meta sustentada de criação

de emprego e redução do desemprego».

Por outro lado, a questão da «qualidade do emprego foi secundarizada e, mais uma vez, os patrões saíram a ganhar, pois viram aprovadas novas medidas privatizadoras e desregulamentadoras». Para os sindicatos é chegada a hora de mudar: «da Europa do euro exigimos passar à Europa do pleno emprego, à Europa social dos cidadãos. Basta que haja vontade política», lê-se no manifesto da CGTP-IN.

Alertando para a existência de 16 milhões de desempregados e 60 milhões de pobres nos quinze países da UE, a central sindical reclama políticas activas de emprego, o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho em pé de igualdade; os reconhecimentos dos direitos à informação e à consulta dos trabalhadores nas empresas; a luta contra a exclusão social e a inclusão no tratado da União dos direitos sociais fundamentais, incluindo os direitos sindicais.

Da Europa do euro, os trabalhadores querem passar à Europa social



O Porto será o cenário de mais uma grande manifestação de trabalhadores europeus pelo pleno emprego (foto do desfile de 23 de Março)

Solana convida Rússia para missões de paz

O alto representante da UE para a política externa, Javier Solana, defendeu antontem em Paris que a Rússia deverá poder associar-se, se o desejar, às operações de manutenção de paz decididas pela União Europeia no quadro da sua nova identidade de defesa.

Solana falava perante a assembleia parlamentar da

União da Europa Ocidental (UEO), na sua qualidade de secretário-geral desta organização, que vai ser absorvida até ao fim do ano pela União Europeia. Como argumento, lembrou que os russos se associaram já às operações multinacionais em cooperação com a NATO, na Bósnia ou no Kosovo.

Recorde-se a propósito

que a UE acaba de se dotar de órgãos de decisão político-militares e procura implementar até 2003 uma força de reacção rápida europeia. Javier Solana indicou que durante os seus encontros com o presidente russo, Vladimir Putin, tinha notado um «interesse profundo» pelos projectos dos Europeus em matéria de

defesa e de segurança. Interpelado por vários membros da assembleia da UEO, Solana assegurou que a União Europeia fazia valer, em todos os seus contactos com a Rússia, a sua preocupação face à situação na Tchetchénia, mas acrescentou que isso devia ser tratado com frontalidade com um diálogo regular com os russos.

A Assembleia da UEO, que termina hoje, quinta-feira, em Paris, examinou as condições de absorção pela UE da maior parte das suas funções, designadamente a transferência de um Instituto de estudo e de segurança, com sede em Paris, e de um centro satélite, instalado em Torrejón (Espanha).

Embargo levantado aos touros de lide

A Comissão Europeia decidiu levantar o embargo às exportações portuguesas de touros de lide depois de ter recebido das autoridades de Madrid e Paris garantias em como seriam respeitadas condições de defesa do consumidor.

Em Outubro de 1999, a Comissão Europeia já tinha concordado com o levantamento deste embargo, se fossem cumpridas disposições para garantir que a carne destes animais não seria utilizada para a alimentação

humana ou animal no Estado-membro de destino.

Para ontem estava previsto que a Comissão apresentasse no Comité Veterinário dos Quinze um relatório sobre a missão veterinária que se deslocou a Portugal em Março, para verificar a aplicação das medidas de luta contra a doença das vacas loucas.

O embargo comunitário à carne bovina portuguesa foi decretado em 1998, na sequência do aumento do número de casos da doença das vacas loucas (BSE).

Funcionários alemães decidem greve

Os sindicatos da Função Pública alemã, OTV e DAG, iniciaram na segunda-feira a votação de uma greve geral ilimitada no sector, respondendo ao fracasso das negociações com o governo.

Para convocar a paralisação era necessário que 75 por cento dos cerca de 360 mil filiados se pronunciassem favoravelmente, resultado que tudo indica será alcançado, embora não estivesse disponível à hora do fecho desta edição.

O sector público alemão, que emprega um total de 3,1 milhões de trabalha-

dores, rejeitou na passada semana a proposta do governo de aumentos salariais de 1,8 por cento neste ano e de 2,2 por cento no próximo, valores considerados muito próximos da inflação prevista para 2000, de 1,5 por cento, e de 1,8 por cento, no ano seguinte.

Para além de maiores aumentos, os sindicatos pretendem igualmente uma equiparação acelerada dos salários entre o lado ocidental e os cinco novos estados federados de leste, reivindicação que tem sido recusada pelo ministro da tutela.



O debate com Ilda Figueiredo versou as políticas europeias de juventude

Políticas de juventude

«Erasmus» beneficia estudantes abastados

Os estudantes das classes mais abastadas são os que mais beneficiam do programa comunitário Erasmus, em detrimento dos grupos mais desfavorecidos.

A afirmação foi feita pela eurodeputada comunista Ilda Figueiredo num debate sobre «Políticas de Juventude da União Europeia», organizado pela JPC na semana passada, em Lisboa. A eurodeputada defendeu o reforço das bolsas de estudo para os universitários que vão estudar para instituições estrangeiras no âmbito do Erasmus, visto que «a maioria esmagadora dos estudantes portugueses são obrigados a abdicar desta oportunidade face às dificuldades financeiras para suportar uma parte das despesas da frequência».

De facto, ou as famílias suportam grande parte das despesas, ou os jovens não concorrem ao programa ou não podem

ficar o tempo previsto. O problema é mais sentido pelos estudantes portugueses devido ao baixo rendimento familiar.

Esta opinião foi já apresentada por Ilda Figueiredo na última reunião da Comissão de Emprego e Assuntos Sociais realizada na semana passada, a qual aprovou um parecer lamentando que o Erasmus não tenha conseguido promover os grupos desfavorecidos e onde apela aos Estados para que participem a parte que o programa não suporta.

Livro Branco

Num debate em que os participantes concluíram que não há propriamente uma política euro-

peia dirigida à juventude mas sim programas que influenciam directa ou indirectamente os jovens, Miguel Madeira, membro da Comissão Política da JCP, afirmou que «é necessário que os jovens entre si fomentem análises, aprofundem causas e exijam o cumprimento de direitos».

Miguel Madeira referiu ainda o Livro Branco sobre Política de Juventude, que a Comissão Europeia irá apresentar no próximo ano e que estará em discussão em Portugal nos próximos dias 17 e 18 em Santa Maria da Feira.

«A consulta não deverá limitar-se a um encontro nacional. A JCP está a iniciar uma linha de trabalho que procura contribuir para que as organizações juvenis participem activamente na análise da situação concreta e na exigência de respostas aos problemas», disse o jovem comunista.

Países ACP assinam acordo

A cerimónia de assinatura do novo acordo de cooperação entre a União Europeia e os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) vai ter lugar no Benim, entre os dias 21 e 25 do corrente mês, ainda sob a presidência portuguesa.

Inicialmente, a assinatura do acordo esteve prevista para 8 de Junho nas ilhas Fiji, mas a falta de condições de segurança motivadas por um golpe de Estado ainda em curso naquele arquipélago do Pacífico obrigou à mudança de local e de data.

Os termos da cooperação UE/ACP foram definidos em Fevereiro último e prevêem que a Europa dos Quinze disponibi-

lize um total de 4,8 mil milhões de contos para os próximos cinco anos: 2,7 mil milhões de contos em créditos do IX Fundo Europeu de Desenvolvimento/FED e 340 milhões de contos em empréstimos do Banco Europeu de Investimento/BEI, aos quais se juntam 1,8 mil milhões de contos que não foram gastos durante a vigência do VIII FED.

Em 2004 será feito o balanço da utilização destes dinheiros e da capacidade de absorção dos mesmos pelos países beneficiários. A União Europeia fixará ainda nessa altura o prazo a partir do qual deixam de ter direito aos créditos intocados os beneficiários que se

revelarem incapazes de utilizar todos os fundos que lhe foram destinados.

O novo acordo de cooperação UE/ACP substitui a convenção Lomé IV, acordada entre as duas partes em 1990. O primeiro acordo multilateral de comércio e desenvolvimento entre a UE e o grupo de países ACP foi assinado na capital do Togo (Lomé), em 1970, com vigência para cinco anos. Seguiram-se, entre 1975 e 1990, os acordos Lomé II e III. O novo acordo de parceria, que tem a duração de 20 anos, em vez dos 10 previstos no anterior, deverá ainda ser ratificado pelos 15 Estados da UE e mais de 70 países ACP.

UE quer tributar não residentes

A presidência portuguesa da União Europeia apresentou uma nova proposta de compromisso para tentar avançar na questão do pacote fiscal - dossier que se arrasta desde 1989 e através do qual se pretende harmonizar as regras da tributação das poupanças dos cidadãos não residentes.

O projecto divulgado na segunda-feira será discutido numa reunião extraordinária dos ministros da Economia e Finanças dos Quinze, a realizar a 18 de Junho próximo,

um dia antes do início da cimeira dos chefes de Estado e de Governo em Santa Maria da Feira.

O objectivo definido é a fixação de um modelo de troca de informações de forma a permitir aplicar o princípio de que todos os cidadãos comunitários têm que pagar impostos sobre os rendimentos das suas poupanças, independentemente do país onde as coloquem.

Porém, Lisboa admite que durante um período transitório, de pelo menos cinco

anos, os Estados-membros possam optar entre a troca de informações e a retenção na fonte a uma taxa mínima de 20 por cento, devendo entregar essa receita ao país de origem do contribuinte.

O Luxemburgo e a Áustria continuam a opor-se ao intercâmbio de dados entre instituições bancárias e as administrações fiscais por temerem que este sistema ponha em perigo o sigilo bancário, com o qual têm atraído avultadas somas de capitais estrangeiros.

Vida e luta das mulheres

● Ilda Figueiredo

Está na ordem do dia o debate sobre a vida das mulheres em Portugal e no mundo, os ganhos legais e as discriminações que persistem a nível social, político e cultural.

No momento em que decorre a Conferência de Nova Iorque sobre «Pequim +5», onde se faz um balanço do seguimento dado à Plataforma de Acção de Pequim aprovada em 1995, na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, importa sublinhar algumas iniciativas e resoluções recentes e que, de algum modo, foram um contributo para a Conferência actual, que se espera que não aceite renegociar os ganhos adquiridos há cinco anos, mas que, pelo contrário, acelere a execução da Plataforma de Acção na União Europeia e no mundo.

Em Portugal, com a realização do VI Congresso do MDM, sob o lema «A força de ser mulher», e a aprovação de uma Carta dos Direitos da Mulher, deu-se mais um passo importante na vitalidade da luta emancipadora das mulheres pela igualdade.

vida das mulheres na UE melhoraram desde 1995, mas também se lamenta que a falta de indicadores definidos, de dados discriminados por género, padrões de avaliação de desempenho e um calendário preciso são obstáculos a uma avaliação correcta do progresso alcançado nos últimos cinco anos.

Assim, no campo do emprego, é feito um apelo para que os estados membros da UE tomem medidas de combate às disparidades entre homens e mulheres, designadamente através da reavaliação dos empregos e funções das mulheres, de forma a substituir todos os actuais sistemas que contenham discriminações veladas; a avaliar o impacto dos empregos a tempo parcial ou atípicos nas cotizações para a segurança social, nas reformas e no aumento da pobreza feminina; a implementar o direito a salário igual para trabalho igual, desenvolvendo um método neutro em termos de género para classificar empregos e funções e atribuindo poderes e responsabilidades às mulheres a nível dos parceiros sociais,

garantindo que mulheres e homens participem de forma igual nas negociações colectivas e no diálogo social, o que é, igualmente, imprescindível no campo político e em todas as áreas de decisão.

Na área da luta contra o tráfico de mulheres, o PE solicita aos estados membros que qualifiquem como crime o tráfico de mulheres e as práticas análogas à escravatura e garantam a aplicação da legislação em vigor; que instituem ou reforcem as unidades de polícia especializada no combate ao tráfico;



Reconhecendo o século XX como decisivo para as mulheres, com a conquista do direito ao voto e à educação, o avanço dos meios anticoncepcionais, os avanços tecnológicos, as revoluções socialistas e os seus ideais de igualdade e justiça social, sublinha que os modelos económicos neoliberais capitalistas agravam as desigualdades a todos os níveis, ameaçam as conquistas alcançadas pelas mulheres e impedem a concretização da igualdade do género.

Combater disparidades

No Parlamento Europeu, foram aprovadas duas resoluções: sobre o seguimento dado à Plataforma de Acção de Pequim e sobre a luta contra o tráfico de mulheres. Aí se reconhece que vários aspectos da

que melhorem os mecanismos de informação e de cooperação entre os países de origem e destino, ao nível da investigação e dos processos judiciais, tendo em vista detectar e desmantelar as redes que se dedicam ao tráfico e outras actividades criminosas, conferindo uma especial atenção ao branqueamento de capitais. Igualmente se salienta a necessidade de prestar gratuitamente às vítimas de tráfico que careçam de meios suficientes: alojamento em condições de segurança, assistência médica e psicológica, acesso a todos os serviços sociais e sanitários; ajuda financeira, ajuda à procura de emprego e formação profissional e reintegração segura e voluntária no seu país de origem ou integração no país de residência ou de destino final.

São aspectos importantes que importa cumprir, e que todas as mulheres e homens progressistas devem exigir, lutando pela sua concretização.

Erro técnico no Haiti

Os observadores da Organização dos Estados Americanos (OEA) afirmam ter havido «um erro» na contagem dos votos da primeira volta das eleições haitianas, do passado dia 21 de Maio, que todavia não põe em causa a vitória do partido do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide. Segundo a OEA, o Conselho Eleitoral Provisório cometeu «não uma fraude», mas «um erro técnico no cálculo matemático na contagem dos votos». Os resultados parciais dão ao partido de Aristides a maioria absoluta no Senado, com 17 dos 27 deputados que integram a câmara alta, e a possibilidade do controlo da câmara dos deputados com mais de duas dezenas de eleitos. A oposição, dispersa por várias formações, fala de «fraude maciça» e exige a anulação do escrutínio.

Tropas turcas na Grécia

Pela primeira vez em solo grego, tropas turcas e gregas participam em manobras conjuntas no âmbito de exercícios militares da NATO «Dynamic Mix», que terminam a 10 de Junho. A 19 de Maio, 12 caças F-16 turcos aterraram num aeroporto militar na Grécia central no início das manobras, facto que reflecte a aproximação que se vem registando entre os dois países desde há um ano, e que já se saldou na assinatura, em Janeiro, de nove acordos de cooperação bilateral. Apesar da distensão, os dois países continuam em desacordo sobre questões de soberania do mar Egeu, e a questão do Chipre - num impasse há 25 anos, desde a invasão do norte da ilha pela Turquia - continua a envenenar as suas relações. As manobras da «Dynamic Mix 2000», que reúnem 15 mil homens, 62 navios e 290 aviões de 14 países, decorrem no sul da Europa - Sardenha, Grécia e Turquia.

Miséria no Ruanda

Sessenta e nove por cento dos ruandeses vive com menos de um dólar (214 escudos) por dia, afirmou o presidente do Ruanda, general Paul Kagame, ao anunciar há dias no Parlamento um plano de luta contra a pobreza. Segundo Kagame, com o apoio de todos «a pobreza no país poder ser reduzida em 50 por cento em 2015». O plano prevê «uma taxa de crescimento do produto nacional bruto de 8 por cento por ano num período de pelo menos 10 anos, a fim de que o país aceda a um nível de desenvolvimento aceitável». O presidente sublinhou ainda que o governo não deve «poupar esforços para lutar contra a corrupção, desvios de fundos e estabelecer uma cultura de transparência na administração». No Ruanda, um dos países mais pobres do mundo, 91 por cento da população vive apenas da agricultura e da criação de gado.

Entre os países mais desenvolvidos, os Estados Unidos e o Japão são dos que têm menor representação feminina na política

Igualdade com nota negativa

Cinco anos depois dos compromissos assumidos na Conferência de Pequim, a igualdade entre os sexos continua a ser um objectivo por cumprir, afirma a ONU.

«Mulheres 2000: igualdade entre os sexos, desenvolvimento e paz no século XX», ou simplesmente «Pequim + 5», é o tema da sessão extraordinária da ONU a decorrer desde segunda-feira e até amanhã em Nova Iorque. O encontro visa analisar a aplicação de políticas destinadas a melhorar a situação da mulher, a que se comprometeram os 189 governos que há cinco anos participaram em Pequim na 4.ª Conferência mundial sobre a mulher.

28 por cento dos deputados na Argentina e em Cuba são mulheres

De acordo com um estudo da ONU divulgado a semana passada e citado pela Lusa, intitulado «O mundo da mulher no ano 2000: tendências e estatísticas», sobre a presença e participação das mulheres na vida pública - eleições, parlamentos, partidos políticos, ministérios e chefias de Estado - a situação continua longe de ser satisfatória, apesar de «alguns avanços assinaláveis», na opinião das Nações Unidas.

A nível de cargos directivos, num universo de 871 formações políticas analisadas em 80 países, em apenas 11 por cento uma mulher exercia o cargo de presidente ou de secretário-geral e em apenas 9 por cento o de porta-voz, em 1996. Quanto à presença feminina em parlamentos nacionais, passou de 9 por cento em 1987 para 11 por cento em 1999, mas na maioria dos países da África, Ásia e Oceânia a representação está abaixo dos 10 por cento.

De referir que nalguns países, como o Kuwait e os Emirados Árabes Unidos, existem mesmo limitações formais à participação das mulheres, enquanto noutros essas limitações são de ordem prática (as responsabi-

lidades tradicionalmente a cargo das mulheres não deixam tempo para a política!).

Nórdicos na linha da frente

Nos países em vias de desenvolvimento, a maior percentagem de mulheres deputadas situa-se na América Latina e nas Caraíbas, com uma média de 13 por cento em 1999, que se eleva para 28 por cento na Argentina e em Cuba. Estes valores deveriam fazer corar de vergonha tanto os Estados Unidos (com apenas 13 por cento de cargos legislativos ocupados por mulheres), como o Japão (apenas com cinco por cento) que, entre os países mais

desenvolvidos, estão entre os de menor representação feminina na política.

O recorde da participação feminina parlamentar cabe aos países nórdicos europeus e à Holanda: mais de um terço dos lugares são ocupados por mulheres, situação que na Suécia atingiu os 43 por cento em 1999.

O relatório da ONU recorda ainda que, em 1974, a Argentina se converteu no primeiro país a eleger uma mulher - Isabel Peron - para o cargo de Presidente da República, enquanto o Sri Lanka foi o primeiro a eleger uma mulher para primeiro-ministro em 1960, data a partir da qual o cargo foi desempenhado por mulheres em 22 Estados.



Mariam Salek, ministra da Cultura e Desporto da República Árabe Saharaui Democrática, é um dos poucos exemplos, a nível mundial, da participação das mulheres no governo

O governo (ainda) é dos homens

A participação feminina a nível de governo registou «evidentes progressos», segundo o estudo, mas o panorama continua confrangedor: em 1998, apenas cerca de oito por cento dos ministros a nível mundial eram mulheres, mais dois por cento do que em 1994.

Neste capítulo, a liderança cabe uma vez mais à Suécia, o único país que em 1999 tinha mais mulheres do que homens a ocupar cargos ministeriais.

Curiosamente, Barbados, República Dominicana e Equador destacam-se de um grupo de 16 estados como os únicos países que, em 1998, tinham 20 por cento de mulheres em postos ministeriais.

O relatório da ONU chama ainda a atenção para a tendência generalizada de atribuir às mulheres, nos casos em que são chamadas à governação, preferencialmente pastas de cariz social ou relacionadas com Direito e Justiça, continuando as de carácter económico ou político maioritariamente nas mãos masculinas.

Face a este panorama, o estudo conclui que o objectivo para o ano 2000 apontado pela Assembleia Geral da ONU em 1998 - que a distribuição de cargos públicos entre homens e mulheres fosse equitativa, nos países que integram as Nações Unidas -, «está muito longe de ter sido atingido».

A própria ONU não está isenta de críticas nesta matéria, uma vez em 1999 as mulheres ocupavam 21 por cento dos cargos de nível de maior responsabilidade, enquanto dos 21 subsecretários-gerais só dois eram mulheres.

Violência doméstica em todo o mundo

Cerca de 60 milhões de mulheres não constam das estatísticas sobre população mundial: são vítimas das suas próprias famílias, deliberadamente mortas, ou simplesmente ignoradas. A denúncia é feita num estudo realizado pelo «Innocenti Research Centre» da UNICEF, em Florença (Itália), levado à Conferência extraordinária da ONU sobre a mulher a decorrer em Nova Iorque.

Segundo o estudo, a violência doméstica continua a atravessar culturas, classes, níveis de educação, rendimentos, etnias e idades em todo o mundo, sendo classificada pela UNICEF como «uma das mais degradantes formas de negar direitos humanos, por ser cometida não por estranhos mas por membros da família e por pessoas em posições de confiança».

Analisando o impacto da violência na saúde física e emocional das mulheres e crianças, o documento aponta como seque-

las, entre outras, a perda da autoconfiança e as dificuldades acrescidas a um desenvolvimento normal, que pode levar, em situações extremas, ao suicídio por desespero.

O relatório refere ainda que até à data apenas 44 países adoptaram legislação específica sobre violência doméstica, dos quais 12 latino-americanos (Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, México, Nicarágua, Peru, Porto Rico e Uruguai), enquanto outros só agora começaram a legislar contra a violação conjugal, como o México, Namíbia, África do Sul e os Estados Unidos.

O documento propõe uma estratégia de combate às causas da violência e de apoio às vítimas e apela ao contributo de vários sectores da sociedade civil, incluindo religiosos, para intensificar a segurança das mulheres e crianças através da educação e da oportunidade de emprego.

Alemanha Congresso do DKP

De 2 a 4 de Junho, realizou-se na cidade de Duisburg, região do Ruhr, o 16.º Congresso do Partido Comunista Alemão (DKP). Os 207 delegados ao Congresso debateram e aprovaram um programa de acção para os próximos dois anos, com base num documento proposto pela direcção cessante, intitulado «O DKP, partido da classe operária e o seu lugar na sociedade de hoje». O Congresso elegeu a nova direcção, o presidente e dois vice-presidentes.

O PCP fez-se representar por Manuela Bernardino, do Comité Central e da Secção Internacional, e por Rui Paz, do organismo de direcção do PCP na Alemanha.

O DKP promoveu ainda um Fórum Internacional em que participaram as 33 delegações estrangeiras, divididas por 3 painéis simultâneos. «A alternativa para a UE», «A alternativa para a estratégia de globalização capitalista» e «A Nova Ordem e a luta dos

comunistas» foram os temas abordados, tendo o PCP participado neste último, dirigido por Heinz Stehr, presidente do DKP. Entrevieram neste painel os Partidos Comunistas da Boémia e Morávia, AKEL (Chipre), dos Trabalhadores da Finlândia, Tudeh do Irão, do Iraque, do Kurdistan, e da Grécia, para além do DKP, que caracterizaram e condenaram o carácter agressivo do capitalismo e a chamada «Nova Ordem», bem como o significado das guerras contra o Iraque e contra a Jugoslávia como expressão do objectivo de hegemonia mundial do imperialismo, o papel da NATO e a subversão do direito internacional. As intervenções valorizaram as manifestações e diferentes iniciativas anti-imperialistas e apontaram a necessidade de cooperação dos partidos comunistas e outras forças de esquerda, no plano mundial, para enfrentar a ofensiva do capitalismo.

O PCP na sua intervenção

sublinhou que «o fortalecimento dos laços de amizade, solidariedade e cooperação entre os comunistas é mais necessário do que nunca», e que «o reforço da solidariedade entre os comunistas e outras forças revolucionárias é hoje uma necessidade objectiva e uma tarefa inadiável».

Na saudação que entregou ao DKP, o PCP expressou a sua solidariedade à «luta em defesa dos interesses da classe operária, dos trabalhadores e do povo alemão e contra a política imperialista de grande potência das classes dominantes alemãs», e à acção dos comunistas alemães «que reconhecidamente se desenvolve num quadro complexo, contra o recrudescimento das actividades racistas, xenófobas e neonazis, e contra o militarismo», considerando que ela «constitui um importante contributo para a causa do progresso social e da paz na Europa e no mundo».

Agressão à Jugoslávia em Tribunal NATO condenada em Berlim

Tribunal Internacional considera Clinton, Schröder, Scharping e Fischer, entre outras 600 pessoas, «criminosos de guerra» pela agressão da NATO à Jugoslávia.

O Tribunal Europeu para julgar a agressão da NATO contra a República Federal da Jugoslávia reuniu-se no último fim-de-semana em Berlim, na Igreja de Santa Cruz. Centenas de pessoas vindas de vinte países assistiram aos trabalhos do Tribunal constituído por dez

NATO dramatizou e falseou a situação no Kosovo antes da agressão

juizes presididos pelo prestigiado especialista de direito internacional professor Norman Paech e qual, na proclamação da sentença, realçou que todos os acusados foram considerados culpados de violação grave do direito internacional, e que com base nas conclusões do Tribunal, o presidente dos EUA, William Clinton, o chanceler da Alemanha, Gerhard Schröder, o ministro da Defesa, Scharping e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Fischer, assim como mais 600 acusados podem ser designados publicamente por «criminosos de guerra».

O Tribunal constatou, com base na análise de especialistas, inclusive militares, que a NATO e os governos dos Estados membros daquela aliança militar dramatizaram e falsearam propositadamente a situação existente no Kosovo antes do início dos bombardeamentos (como por exemplo inventando o chamado «plano Ferradura») com a intenção de desencadear uma guerra que não teve os objectivos «humanitários» invocados pelos agressores.

Testemunhos dramáticos

Impressionantes foram os relatos das vítimas que vive-

ram alguns dos 37 465 ataques que os pilotos da NATO executaram em 78 dias, dirigidos na sua esmagadora maioria contra a população e alvos civis. O dr. Dejan Sumrak, chefe do hospital «Dragisa Misovic» em Belgrado, contou como a NATO, a 20 de Maio de 1999, atacou aquele centro de saúde devidamente assinalado como tal, tendo morrido quatro pacientes. Uma outra sobrevivente, Irena Dinic, que

acabara de ter uma criança, relatou as condições dramáticas em que conseguiu salvar-se com a sua filha de dois dias. Marjana Brudar testemunhou como a filha foi assassinada pelas bombas da NATO ao ir às compras no centro de Pristina. O lavrador Djordje Ivic, da aldeia Dolovo no Kosovo, que trabalhava com um tractor no campo, descreveu como o filho de 11 anos, a quinhentos metros de distância, ficou sem pernas devido ao rebentamento de uma bomba.

As crianças, particularmente, foram extremamente aterrorizadas pelas bombas de Clinton e da NATO. Há alguns meses, o programa Monitor (ARD) entrevistou crianças nas escolas de Belgrado que, desfeitas em lágrimas, afirmavam não quererem mais viver e que odiavam os EUA e o mundo inteiro por nenhum país ter corrido a ajudar a Jugoslávia quando elas, noites a fio, não conseguiam dormir e esperavam a chorar e a tremer pelas bombas da morte em Belgrado.

O almirante Schmähling expressou a opinião de que, apesar de em todas as guerras

se verificarem maiores ou menores infracções do Direito Internacional, nunca tinha acontecido uma agressão desta natureza, em que o objectivo prioritário foi aterrorizar a população civil. E acrescentou que o estilo agressivo dos responsáveis políticos acabou por contagiar os militares.

Julgamento em Nova Iorque

Como se afirma no ponto 6º da sentença, o Tribunal de Berlim «depois de ouvir numerosos testemunhos e apreciações dos especialistas concluiu que a guerra conduzida pelos acusados contra a Jugoslávia infringiu repetidamente e de uma maneira grave princípios humanitários», e que «a NATO agiu contra disposições fundamentais da Convenção de Genebra de 1949 e do Protocolo Adicional de 1977». A acusação ouviu um número suficiente de oficiais gerais e de funcionários superiores ministeriais que comprovaram a existência de um plano estratégico de destruição de alvos civis para obrigar a população a afastar-se do governo de Milosevic.

O «Neues Deutschland», na sua edição de sábado, e numa alusão ao encontro de chefes de governo europeus com Clinton em Berlim, intitulava na primeira página que «governar modernamente é governar sem recorrer à guerra».

As conclusões do Tribunal de Berlim estão a ser comunicadas ao antigo ministro da Justiça dos EUA, Ramsey Clark, iniciador do Tribunal Internacional de Nova Iorque, que no próximo sábado julgará particularmente a responsabilidade dos dirigentes americanos nos crimes de guerra cometidos contra a Jugoslávia.

Golpe de mestre do IRA

● Manoel de Lencastre

A situação na Irlanda do Norte já tinha entrado num beco sem saída. Os acordos de Sexta-Feira de Páscoa (1998) suspensos, o parlamento desactivado – o governo da província irlandesa do Ulster voltara a exercer-se em Whitehall. Mas o «New Labour» não podia deixar que as



fundas esperanças do povo da Irlanda do Norte se aprofundassem quando ele próprio alimentava a aspiração de poder dizer a toda a Grã-Bretanha: «Conseguimos, por fim, uma vitória: a paz no Ulster.» No impasse a que as coisas chegaram, já os reacçãoários mais odiosos pretendiam canalizar a política de Blair e Mandelson para inaceitáveis espaços: a anulação das reformas propostas para o funcionamento da Polícia e a suspensão da libertação dos presos.

Era preciso fazer alguma coisa para reconquistar a iniciativa depois da paralisação política que a suspensão do parlamento de Stormont provocara. Naturalmente, se o IRA declarasse que estava pronto a desarmar, tudo seria fácil. Mas Gerry Adams, o presidente do «Sinn Fein», declarou, tão claramente, a 24 de Abril: «A questão do desarmamento não deve ser-nos colocada. É o governo britânico que deve mostrar coragem e capacidade para abrir as portas do futuro e proporcionar um novo recomeço a todo o povo da Irlanda.» Mas, para que o governo de Blair fizesse alguma coisa sem perder a credibilidade, era necessário que alguém lhe desse a mão.

Velhas espingardas...

O governo da República da Irlanda (Dublin) e o próprio «Sinn Fein» tinham meios suficientes para persuadir o IRA a tomar uma decisão mais política do que militar. Chegara o momento, na verdade, de bater os unionistas-protestantes-orangistas no seu próprio campo. O IRA, talvez pela primeira vez, desferiu um golpe político de fundas consequências: declarou-se pronto a colocar sob inspecção neutral e credível alguns depósitos de armas e munições. Face a esta inédita e surpreendente declaração, os partidos protestantes e os seus elementos mais reacçãoários gritaram: «Isto é uma medida oportunista. Tudo o que vão mostrar consistirá em velhas espingardas sem valor militar real.» O governo de Blair encontrou uma porta de saída: «Pelo menos trata-se de um começo.» David Trimble, chefe do governo suspenso, um unionista moderado: «Talvez valha a pena aproveitar esta oportunidade.» Trimble, evidentemente, convocou o Congresso do Ulster Unionist Party para obter deste o voto de confiança requerido.

No início deste Congresso ouviram-se gritos: «Welcome to Vichy, France.» Era a voz dos que imaginavam estar a

política dos protestantes a ceder perante a iniciativa do IRA. Mas existiria, na verdade, uma alternativa? O voto foi renhido. No fim, em 431 membros individuais e 174 colectivos, emergiu uma ténue maioria de 53 votos a favor da política de Trimble, a de regressar ao governo em Stormont e aceitar a oferta do IRA.

O Executivo do Ulster, assim, assinara a ordem de reabertura por Peter Mandelson, voltou a reunir na terça-feira, 30 de Maio. Os dois ministros representantes do partido da linha dura dos protestantes, Peter Robinson e Nigel Dodds (Unionist Democratic Party) não



ocuparam os seus lugares e o reverendo Ian Paisley, dirigente máximo desse partido, já declarou que o UDP boicotará os trabalhos da Assembleia e os do governo de Trimble.

Protestantismo e capitalismo – irmãos

Não pode colocar-se em dúvida o alcance da decisão do IRA. É possível que os depósitos de armas que vão ser inspeccionados pelo antigo presidente da Finlândia, Martti Ahtisaari, e por Cyril Ramaphosa, do Congresso Nacional Africano, não passem de secundários, pequenos armazéns secretos, mas simbólicos, de armas antiquadas. Mas tudo na vida tem um princípio. Se os fanáticos protestantes querem vencer a sua tradicional desconfiança nos republicanos, nos patriotas, também estes têm de agir com cautelas máximas.

A insistência no argumento de que a polícia (Royal Ulster Constabulary) mantenha o estatuto que dela fez uma organização temida, brutal, cruel, ao serviço dos protestantes e sempre contra os católicos, demonstra que o unionismo não sabe nem pode viver sem a protecção policial tradicional. Os protestantes sabem que a sua causa é injusta, que repousa na exploração dos mais fracos e vulneráveis, na apropriação dos grandes recursos, das melhores terras, dos lugares de direcção na administração pública. Sabem que os filhos e as filhas da Irlanda livre apenas desejam a união da sua Pátria sem discriminações religiosas. O protestantismo unionista e anti-irlandês de raiz calvinista é um réptil perigoso que se tem servido da religião para, cinicamente, promover o capitalismo e nele viver, grandiosamente. Mas a longa estrada percorrida, particularmente desde a gloriosa revolta da Páscoa de 1916 em Dublin, e da lei do governo da Irlanda (23.12.1920) que separou o Ulster do resto do país, está juncada de cadáveres.

É por isso que os republicanos, amigos do seu país, gritam: «Não queremos a bandeira do Reino Unido a flutuar sobre o Parlamento do Ulster (Stormont).»



Carla del Ponte, procuradora do Tribunal Penal Internacional (TPI) para a ex-Jugoslávia, considera não haver motivos para investigar a NATO. «Embora a NATO tenha cometido alguns erros, estou convencida de que não apontou deliberadamente a alvos civis ou objectivos militares ilegais durante a campanha», disse sexta-feira passada, após apreciar uma série de queixas que incluíam a destruição de um comboio de passageiros, de uma coluna de refugiados perto de Djakovica e do edifício da televisão sérvia em Belgrado (este até assumidamente deliberado). Para Carla del Ponte, «não há nenhuma base legal para iniciar uma investigação a estas alegações ou a outros incidentes relacionados com os bombardeamentos da NATO». A manifesta parcialidade do TPI, que persiste na diabolização dos sérvios e no branqueamento da acção da NATO, afecta não só a sua credibilidade como a da ONU, vista cada vez mais como um mero instrumento dos EUA.

MDM Congresso em Aveiro

A força de ser mulher

Mais de 600 mulheres – entre congressistas e convidadas –, participaram no passado fim-de-semana, dias 3 e 4 de Junho, em Aveiro, no VI Congresso do Movimento Democrático de Mulheres -MDM. Sob o lema «A força de ser mulher - MDM um movimento para o novo milénio», gente de todo o País, com uma significativa presença de jovens, debateu, ao longo de dois dias, questões fundamentais para a vida e o quotidiano das mulheres.

O percurso das mulheres e a sua actual situação no mundo, o direito ao emprego e à educação, os direitos sexuais e reprodutivos, graves problemas como a pobreza e a exclusão social e a violência sobre as mulheres, os meios possíveis de conciliação entre a vida profissional e familiar, a necessidade da presença feminina nos centros de decisão e a situação e perspectivas do MDM – foram os temas apresentados para reflexão.

Um debate que se revelou muito enriquecedor e que nomeadamente levou à aprovação, de par do documento de fundo, de uma *Carta dos Direitos da Mulher*, com reivindicações concretas do MDM, na perspectiva de que «é tempo de agir pela mudança, defendendo e aprofundando os direitos alcançados, construindo no dia-a-dia uma sociedade que permita uma vivência em igualdade entre mulheres e homens».

Tentamos aqui dar uma breve e, naturalmente muito parcial, panorâmica dos temas apresentados para reflexão no grande encontro no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro.

As mais pobres de entre os pobres

A crítica às políticas neoliberais perpassa todo o documento do MDM, que as denuncia

como «políticas do grande capital – especialmente do financeiro – e correspondem aos seus interesses e às dificuldades que se lhe deparam na actual fase».

Políticas que atingem as mulheres de forma ainda mais sensível. Assim, as mulheres «são as mais penalizadas com a precariedade do emprego. Trabalham mais horas (correspondendo-lhes 53% da carga de trabalho nos países em vias de desenvolvimento e 51% nos países industrializados). A desigualdade da distribuição da riqueza é acentuada no que respeita à relação homem/mulher, agravando-se no caso das camponesas. Nos últimos 20 anos a percentagem destas, que vive abaixo do limiar da pobreza, cresceu 50%».

Um quadro ainda agravado por problemas específicos. Por exemplo, em cada ano morre cerca de um milhão de mulheres por causas ligadas à gravidez, ao parto e ao aborto clandestino. Por outro lado, «a gravidez na adolescência é parte do círculo vicioso da pobreza. Em cada ano um quinto dos partos são de mães menores de 20 anos».

Em síntese, «cerca de 70% dos pobres do mundo são mulheres, razão pela qual se fala em feminização da pobreza. A pobreza, a discriminação e a subordinação das mulheres são factores que mutuamente se potenciam e que agravam a situação efectiva de desigualdade entre os sexos e aumentam as injustiças de que as mulheres são vítimas».

Os desafios de hoje

«Transformar a condição da mulher na sociedade, formular propostas e tomar medidas que permitam alcançar a cidadania plena, com integral e efectivo exercício dos direitos políticos, económicos, sociais e culturais, é um dos grandes desafios do terceiro milénio.» Um desafio de que uma das componentes é a luta contra o sistema económico do capitalismo neoliberal.

Neste quadro, a luta emancipadora das

mulheres integra «a luta mais geral dos povos por um mundo mais justo e solidário». Mas, por outro lado, tem «autonomia pelas suas características específicas, decorrentes do estatuto de inferioridade da mulher na sociedade e pelas suas profundas conexões com a alteração das mentalidades».

Os exemplos desta dupla dimensão da luta das mulheres são múltiplos.

Na luta geral pelo direito ao emprego, por exemplo, ressalta, em relação ao trabalho feminino, que «tendem a manter-se padrões de segregação horizontal, vertical e transversal nas estruturas do emprego e o diferencial salarial entre mulheres e homens». Os dados estatísticos disponíveis indicam que, em 1997, as mulheres eram 63% dos trabalhadores a receber o salário mínimo nacional. Nos últimos anos, cerca de 2/3 do trabalho criado para mulheres é precário e, nos últimos dois anos, o aumento do emprego para mulheres tem sido obtido à custa da oferta de trabalho a tempo parcial.

Situações discriminatórias que se reflectem também na área da educação, onde se faz sentir a falta de «medidas objectivas que contrariem a tendência para orientar as raparigas na escolha de profissões tradicionais», enquanto «persistem estereótipos sexistas nas práticas quotidianas e na vida familiar que limitam o acesso à educação ou conduzem à sua rejeição».

Educação sexual, precisa-se!

«Vivemos no país da Europa que possui a taxa mais elevada de mães adolescentes, o flagelo da sida está a atingir, em Portugal, proporções preocupantes, o aborto clandestino mantém-se como um grande problema de saúde pública, para além de todas as consequências que se colocam mesmo ao nível da dignidade humana; não existe uma cobertura adequada de centros de planeamento e aconselhamento sexual, para jovens».

Um balanço, muito negativo, a exigir medidas.

Por isso, o MDM considera que «a educação sexual nas escolas terá de constituir, nos tempos mais próximos, uma das prioridades de intervenção e acção dos movimentos de mulheres, de jovens e de ONG's», com vista à sua implementação de facto.

O MDM sublinha, por outro lado, a urgência de criar condições «que garantam a todas as pessoas o direito a poder desfrutar e controlar a sua vida sexual e reprodutiva», o que passa pela despenalização do aborto, um adequado serviço de planeamento familiar, a aplicação das Leis de Protecção da Maternidade e Paternidade e a aplicação integral da Carta dos Direitos Sexuais e Reprodutivos.

Uma questão de poder

Vamos chegar às eleições autárquicas de 2001 «com uma presença feminina que se situa nos 3,9% como presidentes de Câmara, 13,95% dos eleitos nas Assembleias Municipais e 10,39% nas Câmaras Municipais».

Faça a este quadro, o MDM lembra que «aos partidos políticos cabe a responsabilidade de proporcionar uma equilibrada participação de mulheres e de homens nas suas listas e em lugares elegíveis, nos actos eleitorais que terão lugar nos próximos quatro anos».

Mas nem só de participação ao nível político se trata, pelo que o MDM considera igualmente que «às organizações sociais, culturais e desportivas cabe a responsabilidade de promoção da participação em igualdade de mulheres e homens na defesa dos seus direitos e interesses específicos».

Uma questão de fundo, pois, como o documento apresentado ao congresso de Aveiro defende, «uma equilibrada presença de mulheres, a todos os níveis da tomada de decisão no plano político», é parte integrante de «um modelo de democracia participada».

Carta dos direitos *É tempo de agir*

A FORÇA DE SER MULHER

6º CONGRESSO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE MULHERES
3,4 JUNHO 2000
CENTRO CULTURAL DOS CONGRESSOS AVEIRO



o movimento para o novo milénio

«No limiar do novo milénio reafirmamos que é tempo de agir pela mudança, defendendo e aprofundando os direitos alcançados, construindo no dia-a-dia uma sociedade que permita uma vivência em igualdade entre mulheres e homens.» É nesta perspectiva que o MDM avança com um conjunto de reivindicações em várias áreas, que aqui sintetizamos.

Trabalho e segurança social

Garantia do direito ao trabalho e emprego e a promoção da independência económica das mulheres; acesso ao emprego estável e combate ao desemprego; salário igual para trabalho igual; efectiva elevação do poder de compra; redução do horário semanal para 35 horas; possibilidade de as mulheres optarem pela reforma aos 62 anos; implementação de programas de luta contra a pobreza e a exclusão social; medidas para efectiva inserção profissional de deficientes e eliminação do trabalho infantil.

Vida familiar

Redução do horário semanal de trabalho, sem perda de regalias e adaptação da rede pública de apoios à infância e 3.ª idade; medidas de protecção às famílias monoparentais carenciadas; aplicação da legislação sobre uniões de facto, reforço e alargamento dos seus direitos e sua extensão a todas as uniões independentemente da orientação sexual; aplicação da lei da maternidade e paternidade; medidas e programas sociais de apoio às mães adolescentes; medidas e programas sociais de apoio às mulheres idosas; programas de sensibilização para a igualdade entre sexos; prevenção primária, atendimento e reinserção social para toxicodependentes.

Saúde Sexual e Reprodutiva

Um melhor Serviço Nacional de Saúde; reforço e alargamento dos serviços de planeamento familiar; implementação da lei de educação sexual; prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, em particular HIV/SIDA; informação e acesso à pílula de emergência; legalização da interrupção voluntária da gravidez, por razões de ordem económica e social; cobertura materno-infantil; aulas gratuitas para preparação para o parto e cuidados pré-natais; licença especial por nascimento de criança prematura; rastreio do cancro uterino e mamário; possibilidade de cirurgia reconstrutiva mamária, através do Serviço Nacional de Saúde, em caso de mastectomia.

Violência contra as mulheres

Campanha de educação e formação; alertar meios de comunicação social para o seu papel na informação e educação das pessoas; aplicação das leis que protegem as mulheres vítimas da violência; criação de centros de atendimento, casas de abrigo e serviços de apoio; apoio às mulheres vítimas de violência, em termos judiciais e de recursos; programas de acção contra pornografia, prostituição e agressões sexuais; defesa e integração de mulheres vítimas de prostituição; acções para eliminação do assédio sexual e outras formas de violência contra as mulheres em locais de trabalho.

Educação, cultura e desporto

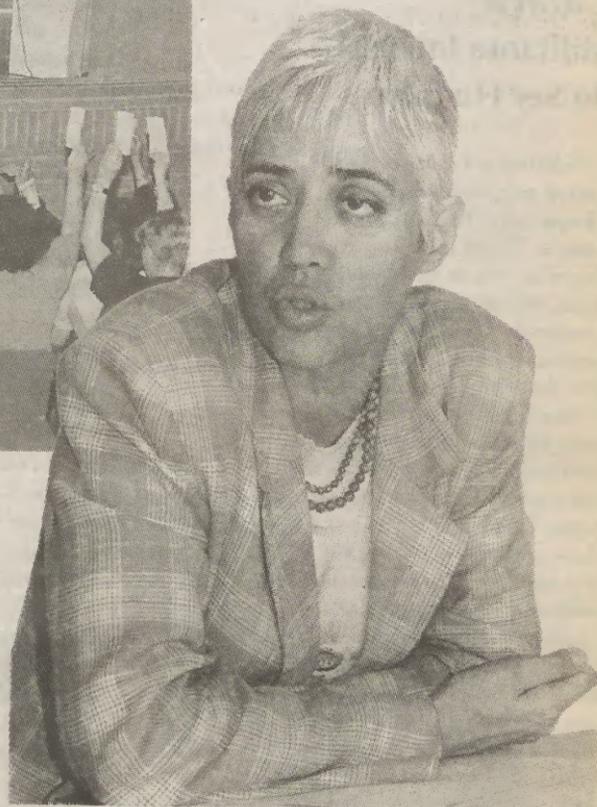
Promoção de uma educação não sexista; uma pedagogia da igualdade; educação de



Mais de 600 mulheres, entre delegadas e convidadas, participaram no Congresso

Questões fundamentais para a vida e o quotidiano das mulheres estiveram em debate no Congresso do MDM

Muitas presenças muita participação



• Entrevista com Rosa Xisto

No regresso deste Congresso do MDM, que gostarias mais de realçar destes dois dias de trabalho?

Antes do mais, penso que é de realçar a participação. Estiveram presentes no Congresso, entre convidadas e congressistas, mais de 600 mulheres vindas de todo o País – do norte, do sul, do centro.

E realço não só a sua presença mas, mais ainda, a participação, a intervenção.

Fizemos duas secções no sábado, em torno dos temas de reflexão que propusemos ao congresso. A primeira secção tinha o objectivo de aprofundar, de cimentar teoria para o movimento. A segunda secção tinha um objectivo mais prático – a partir dos mesmos temas, fazer propostas de caminhos, de soluções. E apareceram muitas propostas, muitas intervenções. Tudo isto denota do interesse das participantes nos trabalhos.

Surgiram algumas ideias interessantes?

Surgiu, sobretudo, o sublinhar da necessidade de o movimento estar mais visível e mais presente em defesa das questões do emprego, das questões da segurança, da exigência de infra-estruturas.

Na verdade o MDM tem estado muito presente, mas mais a nível local – que no fundo é a génese do movimento. E a este nível tem havido uma intervenção muito interessante e muito positiva.

Por exemplo, as mulheres, em Sines, participaram na luta contra a incineradora e neste momento estão envolvidas na luta pela inclusão da maternidade no hospital de Santiago do Cacém. Em Alhandra, é a luta contra a co-incinera-

ção que tem mobilizado ultimamente as mulheres.

A nível nacional, quais serão as áreas de intervenção do MDM?

No fundamental, as áreas de intervenção coincidem com aqueles que são os temas de sempre do MDM. Que eu polarizaria, neste momento, em duas questões.

Uma primeira está ligada aos direitos sexuais e reprodutivos. Porque, para nós, não é só a despenalização da IVG que está em causa. É também a efectivação do direito ao planeamento familiar.

Nessa área o congresso analisou alguns recuos já com este executivo, com o encerramento da valência de planeamento familiar em alguns centros de saúde.

Não só não houve resposta a esta reivindicação das mulheres que, desde o debate em torno do referendo sobre a IVG, têm vindo a exigir a inclusão, em todos os centros de saúde, de consultas de planeamento familiar, em horários acessíveis, como, pelo contrário, houve um retrocesso.

Outra questão de fundo – a efectivação da educação sexual nas escolas. Que é a outra componente dos direitos sexuais e reprodutivos.

No congresso aprovámos mesmo uma moção sobre a IVG.

E para além destas duas questões?

A outra vertente do nosso trabalho é a exigência de que as mulheres tenham acesso aos lugares de decisão. A todos os níveis.

No imediato, ao nível das próximas

eleições autárquicas, que foi um tema muito discutido. Mas também, naturalmente, nos outros órgãos de poder político.

Mas não nos ficamos por aqui – aliás os lugares de decisão não o são só a nível político.

Está igualmente em causa o desporto, área em que, segundo foi dito numa intervenção no congresso, nos últimos 10 anos se registou mesmo uma diminuição de 4% da presença de mulheres. Ou ainda a situação da mulher no movimento associativo

Um outro facto a salientar foi a apresentação e aprovação de uma carta dos direitos das mulheres. Uma necessidade que sentimos, não só porque houve alterações em termos dos direitos – alterações que são positivas e que reconhecemos como positivas – mas porque houve também retrocessos.

São questões que é necessário voltar a colocar em cima da mesa.

No quadro do MDM, enquanto organização, há algum elemento novo a realçar?

Uma das coisas que relevo deste congresso é a grande renovação que conseguimos fazer a nível dos órgãos dirigentes.

Uma renovação na ordem dos 40%, num Conselho Nacional que aumentou o seu número. Desses 40, 50% são jovens – de 19 e de 20 e poucos anos. Que trazem, como é evidente, novas exigências de direitos a serem defendidos no e pelo MDM, trazem outras visões. O que é muito importante para nós, para o trabalho a desenvolver no futuro.

adultos; programas para uma efectiva igualdade de oportunidades; cumprimento do Código da Publicidade; apoio à investigação sobre história e lutas do movimento feminino; uma política de desporto que corrija os desequilíbrios existentes no âmbito da participação das mulheres.

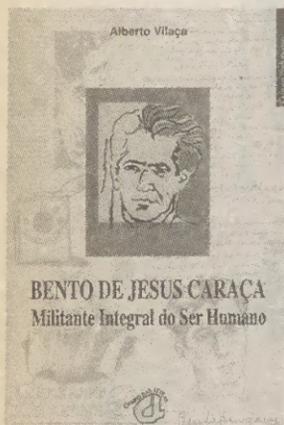
Acesso ao poder e aos centros de decisão

Criação de condições que permitam a participação em igualdade em todas as esferas da sociedade, no acesso ao poder e aos processos de decisão, nomeadamente através da adopção de medidas para compatibilizar vida familiar e profissional, para uma equitativa representatividade ao nível do Estado e administração pública, sensibilização dos partidos políticos, encorajar esforços de ONG's, sindicatos e sector privado, reconhecimento das associações de mulheres como protagonistas imprescindíveis na luta pela igualdade.

Plano internacional

Aplicação efectiva dos instrumentos de direito internacional; fim das políticas neoliberais; supressão do tráfico de mulheres e raparigas para comércio sexual; promover a criação de uma cultura de paz; fim dos embargos e bloqueios impostos pelas grandes potências; promoção de um consumo responsável e de um modelo de desenvolvimento que tenha em conta a importância e preservação de formas de vida e recursos naturais.

Livros



Bento de Jesus Caraça Militante Integral do Ser Humano

Publica a **Campo das Letras** este livro de **Alberto Vilaça**, sobre Bento de Jesus Caraça. Não se trata de uma biografia, nem de uma bibliografia, embora estas duas componentes necessárias ao estudo e ao conhecimento da vida e da obra deste intelectual comunista estejam representadas neste trabalho, apresentando contribuições pouco conhecidas mesmo de muitos para quem a figura de Bento Caraça não seja desconhecida. Escreve o autor, em **Observações preliminares**, que na sua concepção se encontra «uma recolha de textos - próprios e alheios». «Agrupados em três partes», esclarece: «uma com aqueles (alguns dos quais já publicados avulsamente); outra com inéditos de origens várias, mas, tais como os iniciais, referentes a Bento de Jesus Caraça; outra ainda com inéditos (ou mal conhecidos) deste último».

Cada uma dessas partes se revela de grande interesse. E, se o autor se escusa de fornecer uma nota biográfica, nem por isso, através dos textos, deixa de ficar bem marcada a personalidade deste **Militante Integral do Ser Humano**, como **Alberto Vilaça** lhe chama, em subtítulo do livro. Chamamos a atenção para o texto «Roteiro para algumas ideias fundamentais de Caraça», publicado em 1968, e para os seguintes desta primeira parte, em que mais uma vez - e não é de mais - se esclarece a militância partidária de Caraça. Diversas cartas de intelectuais e de personalidades políticas, dirigidas a Bento ou a ele se referindo, revelam a quem não saiba o quão profunda foi a marca deixada por este na vida cultural do País. A última parte, contendo textos inéditos, sobretudo cartas, mostra não apenas as relações de Caraça com as mais destacadas figuras da época como a sua intensa actividade cultural e cívica.

Sobre o autor deste livro, **Alberto Vilaça**, membro do PCP desde 1949 e actualmente fazendo parte do executivo da Direcção da Organização Regional de Coimbra e da Direcção do seu Sector Intelectual, muito haveria a dizer acerca da sua destacada participação no movimento antifascista e da sua actividade cultural e política, nomeadamente sobre a obra já extensa que vem produzindo e da qual já aqui recenseámos alguns importantes livros.



Crónicas da Idade Média

• Ruben de Carvalho

«Parlez-vous anglais?...» (II)

A história, constituição e evolução da esquerda americana ao longo do século apresenta naturais e profundas diferenças relativamente aos países europeus, eles próprios não homogêneos, mas apresentando pontos de contacto.

Recorrendo a uma tão útil quanto exacta definição, a esquerda europeia contemporânea adquire o essencial da sua configuração ao longo da segunda metade do século XIX mediante a confluência do movimento operário, sindical e mutualista, com a intelectualidade radical e socialista proveniente da raiz jacobina da Revolução Francesa para uma crescente adesão ao socialismo, com primeiras expressões nas jornadas de 1848, Comuna de Paris, etc.

Neste quadro assume inquestionável relevância a elaboração teórica de Marx, seja na componente teórica e filosófica, seja na análise do sistema capitalista, seja ainda na intervenção directa nas questões orgânicas e de intervenção especificamente política.

A influência marxista e particularmente o debate ideológico conduzido contra as teorias anarquistas traduziram-se num crescente fortalecimento da intervenção política, fazendo coincidir em praticamente todos os países europeus um poderoso movimento sindical com partidos socialistas cada vez mais relevantes nos panoramas políticos e eleitorais nacionais.

Ora, em diferenças quanto a este processo residem alguns dos traços característicos da situação norte-americana.

Movimento operário e socialismo utópico

O movimento operário afirma-se nos Estados Unidos, à semelhança da Europa, igualmente ao longo do século XIX⁽¹⁾. As ligações transatlânticas são aliás relevantes, a emigração leva para os EUA trabalhadores com ligações às organizações sindicais europeias e as grandes tendências (nomeadamente o anarquismo mais ou menos radical dos *Knights of Labour* e dos *wobblies* dos *Industrial Workers of the World*). Em 1877, os protestos atingem um carácter claramente insurreccional (dando aliás lugar ao que pode ser considerada a primeira greve geral da História)⁽²⁾ e uma década mais tarde, no 1.º de Maio de 1886, os incidentes de Haymarket, em Chicago, estabelecem a data mais profunda e definitivamente ligada ao movimento operário.

Entretanto, interessa referir que a presença ideológica do socialismo nos Estados Unidos adquirira traços peculiares.

Adoptando novamente uma qualificação de útil operacionalidade, é possível afirmar que, dentro da dicotomia tradicional *socialismo utópico* e *socialismo científico*, o primeiro teve expressões na América de projecção inteiramente diversa do sucedido na Europa.

Na verdade, a crítica dirigida nomeadamente por Marx às teorias de Fourier, Saint Simon e outros percursos socialistas teve neste lado do Atlântico essencialmente uma expressão teórica no sentido de valorizar uma acção política realista, não ultrapassando o peso dos utopismos no movimento operário europeu expressões de carácter mutualista e solidário que a breve prazo foram assimiladas pela componente reivindicativa e revolucionária.

O facto de os Estados Unidos serem um país não apenas geograficamente gigantesco como inteiramente aberto à colonização gerou uma situação substancialmente diferente.

Desde os primeiros anos, desde o próprio «Mayflower», que a colonização por europeus da América se traduziu num desejo de ali estabelecer organizações sociais diferentes das europeias, como sucedeu exactamente com a primeira vaga protestante que configurou a Nova Inglaterra, viria a suceder mais tarde com a comunidade judaica, etc. Na vastidão do território americano era, na verdade, possível criar quase que pequenos países com as suas próprias regras, a sua legislação e autoridades insuladas e de certa forma independentes.

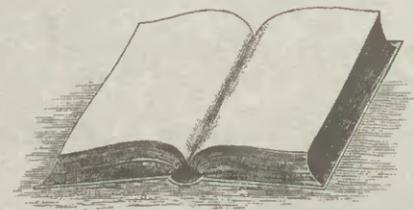
Os ideais do designado socialismo utópico não fugiram à confluência deste quadro de possibilidades e de experiências, constituindo um dos mais interessantes elementos da vida americana do século XIX o aparecimento de numerosas comunidades regidas pelos princípios de Fourier e Saint Simon, concretizados além-Atlântico de forma como jamais o foram na sua Europa natal⁽³⁾. Note-se aliás como esta tradição criou raízes persistentes na cultura americana como demonstra a manutenção de comunidades específicas (caso, por exemplo, dos judeus *hammisch* ou dos mormons) ou o aparecimento cíclico de outras (o movimento *hippie* na década de 60, movimentos ecologistas e milenaristas na actualidade, etc.).

É assim compreensível que o quadro ideológico e político do movimento operário norte-americano tenha evoluído de forma substancialmente mais fragmentada, à mercê de influências diversas, de situações profundamente diferentes (é claramente abismal a diferença entre uma colónia utópica da Califórnia e a situação nas minas de carvão de Harlan County, no Kentucky, ou nas siderurgias de Pittsburgh) e até das diferentes origens nacionais maioritariamente presentes em regiões ou áreas profissionais (a importância da emigração alemã na constituição do operariado metalúrgico norte-americano ou irlandesa nas minas de carvão não é, já se vê, alheio aos largos e reivindicativos sindicatos surgidos nesses sectores).

A organização partidária

Seria entretanto necessário esperar praticamente pela viragem do século para que o que era já um poderoso movimento operário gerasse um partido político: em Indianapolis, a 6 de Março de 1900 constituiu-se o Partido Social-Democrata (que apresenta Eugene Debs como candidato à presidência) e que um ano depois mudaria de nome para Partido Socialista.

É uma incontornável realidade que neste primeiro período tais organizações políticas da esquerda radical norte-americana apresentavam uma constituição de classe onde a total predominância operária claramente contrastava com as suas congéneres europeias. Se tal facto lhes concedia um vigor de classe e uma intervenção reivindicativa de grande fôlego, pagavam contudo o preço de deixar às alas mais à esquerda dos partidos tradicionais a protagonização mais directamente política. Sem desenvolver, convém aliás recordar a evolução verificada no posicionamento das duas grandes formações partidárias clássicas: enquanto até à Guerra da Secessão o Partido



Republicano protagonizou um radicalismo que atingiu aspectos revolucionários (nomeadamente no processo de Reconstrução nos estados sulistas derrotados), o peso do capital nortista no seu seio viria fazer-lo progressivamente deslizar para a direita, numa inversão de posições com o Partido Democrático, até ao final do século hegemonizado pela retrógrada e racista aristocracia agrária do Sul.

Este quadro só viria a sofrer alterações significativas com a crescente influência do leninismo no movimento operário europeu, especialmente a partir de 1905 e, claro, após 1917. Em todo o mundo, a Revolução soviética constitui um estímulo de gigantescas proporções para os movimentos operários e radicais, não fugindo os Estados Unidos à regra.

Por múltiplos motivos, nos EUA não foi contudo no movimento operário propriamente dito que esta vaga de fundo se fez sentir. A ausência de uma sólida perspectiva política conduzira, na realidade, a um crescente peso de concepções trade-unionistas no movimento sindical e a constituição, em 1881, da *American Federation of Labor - AFL*, assinalou uma viragem à direita face aos mais radicais *Knights of Labor* e à *IWW*. Samuel Gompers, o mais influente sindicalista da *AFL* aceitaria inclusivamente, em 1900, a tentativa da constituição de uma organização de entendimento com o patronato, a *National Civic Federation*, significativamente poucos meses antes de, com a fusão de várias siderurgias, se constituir o gigante metalúrgico *United States Steel*, a primeira empresa da História dos EUA com capitais superiores a um bilião de dólares.

O impacto da revolução de Petrogrado acabou a fazer-se sentir fortemente junto dos grupos intelectuais e artísticos urbanos da costa oriental, especialmente Nova Iorque, onde a influência cultural, literária, estética e ideológica europeia se encontrava particularmente presente.

Numa classificação hoje generalizada aceite pelos investigadores de sociologia política norte-americanos, este grupo, que, juntamente com elementos do sindicalismo radical da *IWW*, viria a ser determinante na constituição do Partido Comunista dos EUA e onde pontificavam homens como John Reed, Eugene O'Neill e Max Eastman, receberia a designação de *lyrical left*, traduzindo a sua profunda ligação aos movimentos culturais do modernismo, indissociáveis não apenas da Revolução russa como do ambiente por ela gerado na Europa dos anos 20.

O que justifica a ligação ao livro que, na semana passada, constituiu o início desta viagem, **Working-Class New York: Life and Labour Since World War Two!**

(conclui no próximo número)

⁽¹⁾ Vd. nomeadamente: BIMBA, Anthony. *History of the American Working Class*. International Publishers. New York, 1927; SYMES, Lillian e CLEMENT, Travers. *Rebel America*. Beacon Press. Boston, 1934; TAFT, William. *Organized Labor in American History*. New York, 1964.

⁽²⁾ Vd. FONER, Philip S. *The Great Labor Uprising of 1877*. Monad Press. New York, 1977; FONER, Philip S. (ed.) *The Autobiographies of the Haymarket Martyrs*. Monad Press. New York, 1969.

⁽³⁾ Vd. nomeadamente HINE, Robert V. *California's Utopian Colonies*. Yale University Press. New Haven, 1953.

⁽⁴⁾ Vd. DIGGINS, John Patrick. *The Rise and Fall of the American Left*. W.W. Norton & Comp. New York, 1973; COONEY, Terry A. *The Rise of the New York Intellectuals*. University of Wisconsin Press. Madison, 1986; FOSTER, William Z. *History of the Communist Party of the Uni-*

Desporto

• José Pascoal

Vem aí a fase final do Campeonato da Europa de futebol, vulgo Euro-2000, e os amantes do popular desporto aguardam o acontecimento com grande expectativa. Trata-se de uma festa anunciada, mas não garantida antecipadamente.

Bélgica e Holanda, os países organizadores, bem desejam que a sã convivência entre povos sejam imagem de marca do acontecimento, entre os dias 10 de Junho e 2 de Julho próximos, e que todos os que ali se deslocarem recordem também, no final, algo mais de bom e de bonito, dentro e fora dos estádios. Mas haverá mesmo festa? Em todos os jogos? Em todas as oito cidades belgas e holandesas que vão acolher o Euro-2000? Infelizmente, raras têm sido nos últimos anos as jornadas europeias de futebol que terminem sem incidentes, confrontos nos estádios e autênticas batalhas campais nas ruas. A festa espanhola da final da Liga dos Campeões, no Stade de France, em Paris, protagonizada pelo Real Madrid e Valência e pelos seus respectivos adeptos foi, de facto, bonita e nobre, mas não fez esquecer os dois mortos ingleses apoiantes do Leeds, esfaqueados em Istambul por adeptos do Galatasaray, nem os tumultos de Copenhaga, antes da final da Taça UEFA, tendo de novo como actores indesejados turcos e ingleses.

Mas o barril de pólvora não explodiu apenas na pacífica Dinamarca. Os estádios e cidades italianos também conheceram este ano palco de cenas de violência, muitas delas desencadeadas por grupos de extrema-direita, especialmente no campeão Lazio de Roma, enquanto na Alemanha



governos dos dois países anfitriões, mas de todos com representação no Euro-2000. Mas não só. A União Europeia já o tomou como seu e, por isso, para que o receio não deglute a alegria, está prevista a aplicação de um conjunto de medidas destinadas a controlar bandos de hooligans e toda a espécie de malfeitores, especialmente nos Estados vizinhos da Bélgica e da Holanda. Se necessário, contradizendo o próprio espírito do Tratado de Schengen.

Uma ameaça chamada hooliganismo

crece o medo de que os seus exércitos de hooligans se preparem para repetir tristes espectáculos como aquele de Lens, durante o último Campeonato do Mundo de futebol, que só por pouco não custou a vida a um polícia francês, o qual, mesmo assim, ficou inválido para o resto dos seus dias, em consequência da bárbara agressão de que foi vítima.

Alerta vermelho

Conhecidos, da polícia e não só, são também os hooligans belgas e holandeses, tal como os ingleses, turcos e italianos. Quem os conhece bem é Paul van Gageldonk, um holandês de 48 anos, estudioso do fenómeno, cujos trabalhos lhe têm custado ameaças de morte e até a imposição da clandestinidade ou a protecção da polícia de Amsterdão, onde reside. «Os meus alertas já estão todos no vermelho. Recio confrontos irracionais e violentos. E ninguém pode prever quando, onde e como. Tudo pode acontecer de um momento para o outro, em qualquer lugar», adverte Gageldonk, em artigo da revista alemã «Stern» de há duas semanas.

«Futebol sem fronteiras», como apregoam e pretendem os dirigentes da UEFA, ou tão simplesmente «violência sem fronteiras»? Haverá que esperar para ver. Até lá, sabe-se apenas que o problema já não é só dos organizadores e dos

Particularmente significativas são as decisões tomadas pelo ministro alemão do Interior, Otto Schilly, limitando excepcionalmente as condições de obtenção de passaporte bem como restringindo a liberdade de circulação - se necessário for com a reintrodução temporária do controlo de fronteiras - a todos aqueles que estão registados na polícia como hooligans ou como adeptos potencialmente violentos. E só na Alemanha eles são aproximadamente 7000, dos 2700 catalogados como da «pior categoria»! Serão eles capazes de estragar a festa aos mais de um milhão e 200 mil visitantes que se deslocarão à Bélgica e à Holanda no período do Euro-2000? Seguramente, ninguém saberá hoje responder a esta pergunta. Nem os próprios organizadores. De tal modo que, como já se sabe, os hospitais dos dois países têm já serviços de urgência e de plantão montados, para o que der e vier. Alguns deles até com salas separadas para tratamento de hooligans e desordeiros feridos! Dentro de quatro anos, será Portugal o palco de novo Campeonato da Europa. Todos desejam que nada de anormal ensombre a festa do futebol, mas, caso isso não se verifique, possam os portugueses aprender com os outros. Até lá, saibam e queiram os governos - o português e todos os outros - criar condições que contribuam para eliminação dos fenómenos de violência associados ao desporto. Desde logo, no plano do trabalho e em todos os domínios que possam contribuir para a integração dos jovens na sociedade e para a sua realização enquanto homens.

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Riscos

1

Diamantes, brilham
as nossas velhas lágrimas
ao sol.
Com elas, fazíamos o colar
para a alegria.

2

Na hora a haver
está o nosso cais.
Só por essa razão
o barco existe.

3

O cego pior
é o que fecha os olhos
o que não tem nenhuma
luz para dar.

4

Mil vezes me fuzilaram.
Ficaram as marcas nas paredes.
Meu corpo, esse, reinvento-o
em cada hora que passa.

5

Chega à janela, anda.
Cinco horas da manhã.
O primeiro autocarro
passa, cheio.
Vem à janela. Vê
se compreendes.

6

Acima, acima gajeiro
acima ao mastro real
vê se vês onde o dinheiro
não governe Portugal.

7

Não me perguntes, não,
como chegar ao futuro.
As nossas mãos
estão nas nossas mãos.
E vai ruindo o escuro.

8

Nós não temos nada
a esconder.
Merecemos as estrelas
que nos olham.

9

Há coisas mais importantes
que uma pedra de gelo
no uísque.
Vá, não te zangues.
Põe lá a tua pedra.

10

A besta ri
dos amanhã que cantam.
E lembrar-me eu
que foi por bestas
destas
que os amanhã cantaram
na boca de milhões de mortos.

11

Dias Coelho na véspera
daquela noite
comeu deliciado
uma fatia de bolo-rei.

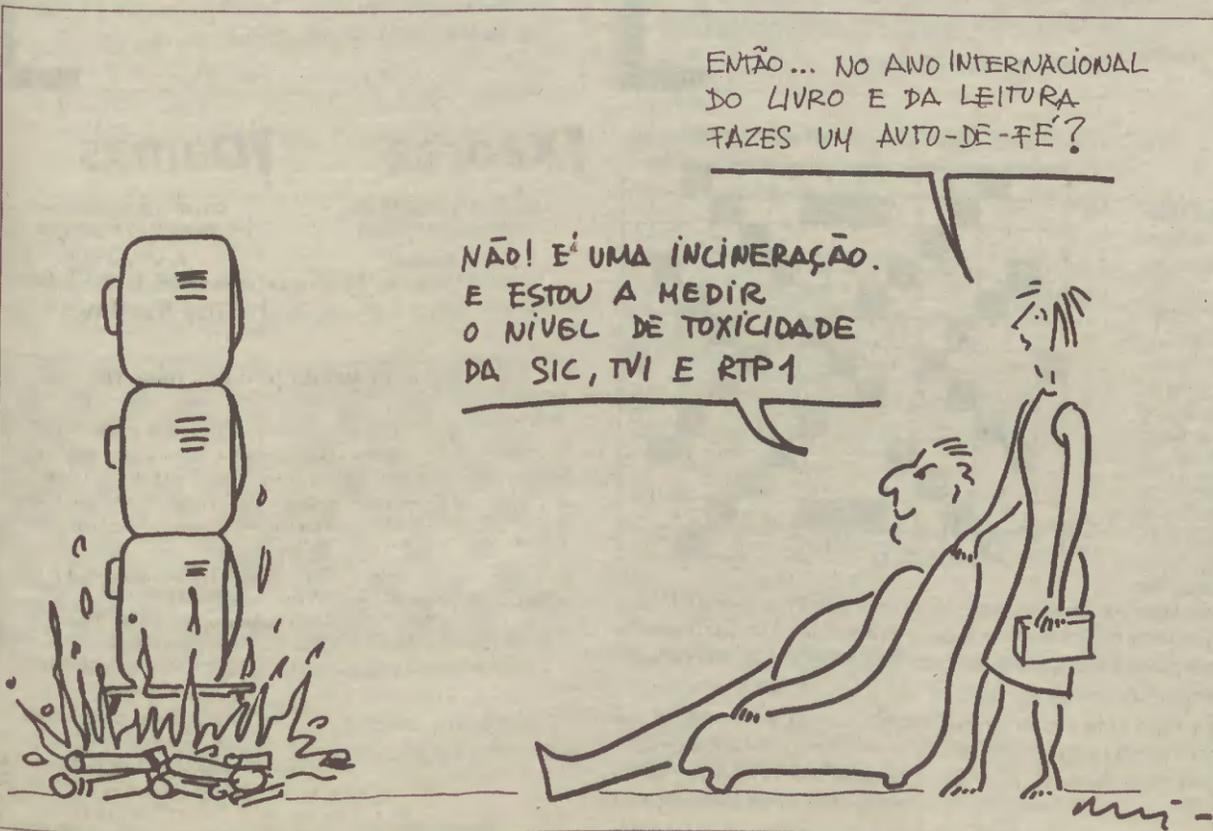
E não sabermos, ah, e não sabermos
que a prenda era uma bala.

12

Fazer
de cada verso
um gládio
e avançar
empunhando-o.

Cartoon

• Monginho



Religião

• Jorge Messias

Em 25 de Maio do ano que corre, o Plenário da Conferência Episcopal Portuguesa produziu uma carta pastoral - «A Igreja na sociedade democrática» - aparentemente importante do ponto de vista político. Até aqui, nada a comentar. A estranheza surge logo a seguir. A difusão do documento fez-se exclusivamente através da *Internet*, já com um sensível atraso de cerca de 15 dias sobre a data da aprovação do texto pelo colégio episcopal. Não se realizou, na ocasião, a conferência de imprensa, habitual nessas circunstâncias. E nada mais se passou. Os costumados comentadores officiosos nem sequer mencionaram o assunto. Foi como se nada tivesse acontecido.

No entanto, o discurso dos bispos, embora repetitivo, contém reivindicações gravíssimas. Tão sérias que, embora o espaço de que dispomos seja necessariamente limitado, não deixaremos de registar sobre o assunto uma breve anotação.

Os bispos começam por dizer que os católicos são «cidadãos de duas cidades». É uma ideia inicial introdutora de outras que, no desenvolvimento, se podem depois ler. A CEP envia aos poderes constituídos um recado transparente: «Este reconhecimento de que muitos cidadãos são *membros de duas cidades*, em muito ajudará a situar as relações da Igreja com a sociedade, numa linha de convergência positiva, na prossecução do bem comum.» Mensagem codificada dirigida a bom entendimento. E, reforçando esta ideia de separação entre a sociedade e o Estado: «No caso da Igreja Católica, esta comunidade visível é uma comunhão universal a que preside o Santo Padre, como cabeça do Colégio dos Bispos, e não



Pastoral política dos bispos portugueses

se reduz aos confins geográficos e culturais dos Estados e das Nações.» Discurso que poderia ser do Concílio de Trento. Mas que deve tomar-se em consideração. A igreja católica - pensam os bispos abrindo as portas a uma futura expansão dos poderes católicos na sociedade - *reivindica a liberdade para realizar a sua missão*. A expressão é politicamente escandalosa e verdadeiramente anedótica para quem quer que tenha uma noção mínima dos privilégios de que já goza a igreja católica portuguesa. A ambição não tem limites. Então, os bispos prosseguem o seu discurso, em termos particularmente retóricos e falam da cultura e da democracia: «Esta (a democracia) salva-se ou perde-se ao nível da sua qualidade cultural!...» Só em seguida surgem os parágrafos mais decisivos.

A Igreja e o Estado

O Estado democrático brota da sociedade civil culturalmente adulta. Compete à sociedade civil pronunciar-se, de tempos a tempos, se o Estado que tem é apto. A Igreja abstém-se quanto aos modelos de organização do Estado. Participa na definição do Estado através dos seus membros. Pode chegar, nalguns casos, à *objecção de consciência*. Só o sentido interventivo dos cidadãos ajudará o Estado a situar-se no lugar que lhe compete.

Não incumbe ao Estado democrático substituir-se às organizações da sociedade civil. O *cultural* e o *social* ligam-se intimamente. «Reconhece, ou não, o Estado (português) uma função social à religião? Independentemente das obras culturais e sociais que as confissões religiosas desenvolvem?»

Cada vez mais curto é este espaço. *A laicidade do Estado* é tópico importante: «... no caso português, uma maioria da população tem a Igreja Católica como referência confessional. A prédica da laicidade do Estado não deve supor a laicidade da sociedade». Há no documento aspectos importantes mas complementares sobre os quais urge passar. Reclamam os bispos, imperativamente: um estatuto jurídico próprio para a igreja portuguesa; o reconhecimento do Estado português à inserção das dioceses católicas numa comunhão universal a que preside o Papa; o reconhecimento institucional da igreja como agente de transformação da sociedade nacional nas áreas religiosa e missionária, educativa, social e cultural. Neste sentido, os cristãos *devem participar na vida política*. De que modo? «A missão da Igreja na edificação progressiva de uma sociedade democrática exige coerência e clareza na proclamação do pensamento da igreja», declaram os bispos. É o «*déjà vu*»...

A hierarquia engrossa o seu registo da voz. Mas nada indica que saiba mudar para melhor a entoação dos seus cânticos.

Pontos Cardeais

«Superior»

Falando em mais uma inauguração, Alberto João Jardim resolveu desta vez dizer que os madeirenses são «um povo superior» acrescentando que não pretendia «minimizar ninguém».

Apesar de cansativo e, há muito, intragavelmente monótono assinalar as verborreias com que Jardim se esgadanha para assegurar o pelouro nacional do dislate (aliás, a sua única hipótese de notoriedade), lá temos de voltar ao homem.

Primeiro, os madeirenses não são «um povo». Limitam-se a pertencer a um povo - o português - tal como o fazem os açorianos ou os minhotos, os alentejanos ou os algarvios, os ribatejanos ou os beirões e por aí fora. E nem o facto de habitarem um arquipélago no meio do Atlântico (tal como os açorianos) os torna minimamente diferentes dos naturais de todas as outras regiões do país: é que a Madeira, de arquipélago sem vestígio de presença humana durante milhões de anos, tornou-se território descoberto (no sentido literal do termo) e pela primeira vez habitado pelos portugueses há coisa de 500 anos. Portanto, o povo que lá vive nunca foi outro senão o português.

Segundo, se Jardim se recenseia noutro povo, o melhor é sair da Madeira e ir à procura dele. Quem ganhava com isso eram os madeirenses em particular e o povo português em geral.

Terceiro, Jardim enganase quando diz que não está a «minimizar ninguém»: minimiza-se inapelavelmente a si próprio, como sempre aconteceu aos apologistas da teoria do «povo

superior». Minimiza-se tanto, que desce ao nível de gentilha como Hitler ou Goebels...

«Independências»

O *Independente* saiu-se com uma patriótica prosa a «relatar», com indignação, como as autoridades portuguesas cederam perante a exigência da embaixada dos EUA em se tapar com acrílico um bar situado no Parque das Nações denominado «Cubalibre» e decorado com motivos cubanos, tudo para «não incomodar» o Presidente Bill Clinton, que iria discursar ali perto. O *Independente* cita a própria embaixada de Cuba em Portugal que, segundo este semanário, teria dito que «a ideia com que se fica é que Portugal preferiu esconder a amizade entre os dois países».

Só que a embaixada cubana não disse coisa nenhuma ao *Independente*, como taxativamente se afirma numa nota de Imprensa. O que a embaixada cubana diz é que o tal bar «Cubalibre», propriedade de um empresário português, exhibe abusivamente elementos da própria bandeira cubana para promover o rum «Bacardi» que, por seu lado, nada tem a ver com Cuba e cujos proprietários norte-americanos são activos apoiantes ao bloqueio que procura estrangular Cuba pela fome. A bandeira cubana está realmente no Parque das Nações, mas junto às de todos os países que participaram na EXPO'98. E de lá não saiu, naturalmente, com Clinton ou sem ele.

Mais uma vez, cá está o *Independente* no exercício da sua conhecida «independência»... do jornalismo.

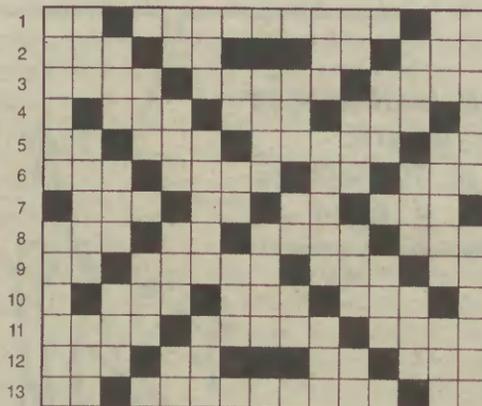
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Conj. que indica alternativa ou incerteza; avaliado; a parte mais larga da enxada. 2 - Cem metros quadrados; sim (ant.); interj. de dor; compareciam. 3 - Compartimento principal de uma casa; moradia de família nobre e antiga; banheira. 4 - Insignificância (fig.); afirmativa; tomba. 5 - Cálculo (s.q.); fúria incontinente; macaco nocturno da América tropical (pl.); laço apertado. 6 - Elemento de formação que traduz a ideia de ombro; parte do lombo dos bovinos, entre a pá e o cachaço; Irídio (s.q.); parceiro. 7 - Pau-ferro; antiga cidade da Caldeia; senhor (abrev.); textualmente. 8 - Nome de letra; sufixo nominal, de origem latina, que exprime a ideia de direcção, movimento, junção, fim; tomar à ceia; àqueles. 9 - Gálho (s.q.); fábrica (bras.); braço de rio; isolado. 10 - Sétima letra do alfabeto grego; carta escrita numa só folha; origem (fig.). 11 - Assunto a debater; separa; bebida usada na Índia (pl.). 12 - Pedra de altar; atmosfera; Tântalo (s.q.); ovário de peixe. 13 - Nóciva; afáveis; existes.

VERTICAIS: 1 - Relativo ao oásis; sacerdotem. 2 - Larva que se cria nas feridas dos animais; companheira; época. 3 - Pron. pess. reflexo; base aérea portuguesa; ave corredora. 4 - Ajustei (ant.); joeira. 5 - Carta de jogar; agora; pega; Américo (s.q.). 6 - O m. q. lírio; socorro; enguia. 7 - Ósmio (s.q.); também (arc.); articulação das falanges dos dedos (pl.). 8 - Ligam; experiência (fig.). 9 - Adoro; igreja episcopal ou patriarcal; outra coisa (ant.). 10 - Principal rio da Suíça; extrair; prep. indicativa de limite. 11 - Quinhentos e um romanos; o rubor das faces; curso natural de água; nesse lugar. 12 - Pequena bigorna de aço, sem hastes; nome de mulher. 13 - Três romanos; carlinga do navio; vazio. 14 - Universalidade (pref.); pedaço grande de qualquer coisa que se come (pl.); interj. Deus te salve. 15 - Apreciador; dissimuladas.

SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 - Ou calculado; pa. 2 - Ave; sit. at. iam. 3 - Salas; solat; hna. 4 - Ave; sim; cat. 5 - Car. tra; atos; no. 6 - Omo; acem; h; par. 7 - Urt; sa; sic. 8 - Aq; ad; centr; aos. 9 - Gar; ushar; nar; so. 10 - Eta; ol; o; ovo. 11 - Tema; isolat; ucas. 12 - Ara; ar; Tar; ova. 13 - Ma; am; or; veis; és. 14 - Urt; sa; sic. 15 - Aq; ad; centr; aos. 16 - Ave; sim; cat. 17 - Car. tra; atos; no. 18 - Omo; acem; h; par. 19 - Urt; sa; sic. 20 - Aq; ad; centr; aos. 21 - Gar; ushar; nar; so. 22 - Eta; ol; o; ovo. 23 - Tema; isolat; ucas. 24 - Ara; ar; Tar; ova. 25 - Ma; am; or; veis; és.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

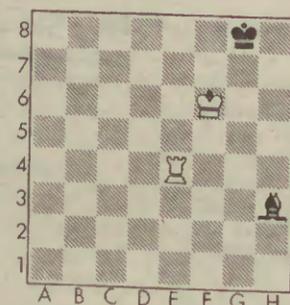


Xadrez

DCCLVI - 8 DE JUNHO DE 2000
 PROPOSIÇÃO N.º 2000X22

Por: Maestro
 1939

Pr.: [2]; Bb3 - Rg8
 Br.: [2]; Tc4 - Rf6



Branças jogam e ganham

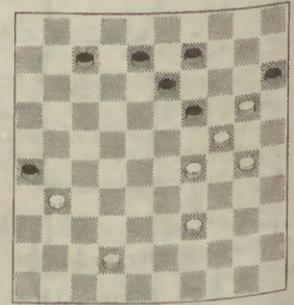
 SOLUÇÃO DO N.º 2000X22 [P. M.]
 1. Td4, Bf3; 2. Rg9, Rf8; 3. Tf4 + e.g.
 A. de M. M.

Damas

DCCLVI - 8 DE JUNHO DE 2000
 PROPOSIÇÃO N.º 2000D22

Por: P. van Dijk
 «Damminiaturen» [N.º 731] - 1977

Pr.: [7]; 20-24-29-30-31-39-42
 Br.: [7]; 7-8-9-13-15-19-26



Branças jogam e ganham

 SOLUÇÃO DO N.º 2000D22 [P. van D.]
 1. 30-25, (26x48=D); 2. 20-14, (48x12)*;
 3. 14x23, (12x20); 4. 25x1=D + 2.
 (48x18); 3. 14x14, (7-); 4. 25-20 = 5. 24-
 19 = 6. x e 7. 14-9/10 -> D e +

A. de M. M.

BORBA

4.ª Assembleia da Organização Concelhia

Domingo, 11, às 10 horas, no Centro de Trabalho
Com a participação de **Jerónimo Sousa**

-//-

VIALONGA

6.ª Assembleia da Organização Concelhia

«Por Vialonga com um Partido mais forte»

Sábado, 10, às 19 horas, na sala de reuniões da ABEIV
Com a participação de **Francisco Lopes**

-//-

ESTREMOZ

Encontro concelhio de eleitos,
candidatos e activistas da CDU

Domingo, 11, às 10 horas, na JF de St.ª Maria



BRAGANÇA

Reunião de militantes do concelho, no quadro da preparação do XVI Congresso, com a participação de **António Lopes**: sexta-feira, dia 9, às 21h30, no Centro de Trabalho de Bragança.

LISBOA

Cultura Literária do Sector Intelectual da ORL - Reunião sobre o XVI Congresso e a actividade do Sector: **hoje**, quinta-feira, às 18h, no CT Vitória.

Zona Oriental/Freguesia de Marvila - Reunião do Núcleo do Bairro dos Lóios: no Pavilhão Desportivo do Bairro dos Lóios, **hoje**, dia 8, às 21h.

CORUCHE

Encontro concelhio da CDU - Tema: Avaliação do trabalho realizado neste mandato e eleições autárquicas de 2001. Sábado, 10, a partir das 15h, no Auditório Municipal, Rossio, com a participação de **Jorge Cordeiro**.

Agostinho Lopes

VISITAS DE TRABALHO EM BRAGA

Na qualidade de deputado por Braga, Agostinho Lopes fará no próximo fim de semana visitas e contactos com sectores e entidades do distrito. O programa abrange designadamente a Escola Secundária Sá de Miranda e o projecto «Culturas na Quinta», na sexta-feira; no sábado, visita às «Águas do Cávado», no concelho de Barcelos, a antiga exploração de caulino em Barqueiros e tem encontros com a JF e a população de Vila Seca sobre a exploração do caulino; no domingo, o programa inclui uma reunião com os presidentes das Juntas de Freguesia da parte Sul do concelho de Barcelos sobre questões de policiamento e segurança pública, visita à exploração de pedra em Gonça e um encontro com a Junta de Freguesia de Riba d'Ave.

Encontro-convívio de Resistentes Alentejanos em Montemor-o-Novo
sob o lema «O Portugal de Abril»

Promovido pela URAP/Núcleos do Alentejo, com o apoio da CM de Montemor-o-Novo
Às 10h - Colocação de flores no monumento aos Resistentes Alentejanos
Às 11h - Abertura do Encontro no Cine-teatro Curvo Semedo
Das 13h às 18h - Piquenique e convívio no Parque de Exposições. Actuação de grupos musicais e de cantares alentejanos.

Centenário de José Gomes Ferreira

No Porto realiza-se na próxima sexta-feira, dia 9, às 18h, no espaço do **Café Concerto do Teatro Rivoli**, a apresentação pública do livro «Recomeço Límpido», editado pelo Sector Intelectual do Porto do PCP para assinalar os **100 anos do nascimento de José Gomes Ferreira**. A sessão contará com intervenções de José António Gomes, Odete Santos e Jorge Sarabando e de um coro dirigido pelo maestro José Luís Borges Coelho com o pianista Fausto Neves interpretando canções de Fernando Lopes Graça.

Aprecia o desfile
das Marchas Populares de Lisboa
do Terraço do Vitória

Na noite de Sto. António os sectores de Serviços e Empresas de Lisboa promovem um convívio com sardinhada, febras, outros petiscos e bebidas variadas nesta bela «varanda da Avenida»
Segunda-feira, 12, a partir das 20h - Marca o teu lugar!

SUÍÇA

Emigrantes portugueses comunistas organizam

FESTA CONVÍVIO NACIONAL em VALEYRES-SOUS-RANCES
(perto de Orbe)

- Jogos diversos e tómbola
- Cozinha portuguesa
- Animação musical com «Os Solitários»

Domingo, 11, a partir das 10 da manhã
com a participação do deputado **Rodeia Machado**

Novo Centro de Trabalho de Marvila

No próximo domingo, dia 11, uma sessão-convívio vai assinalar a inauguração do Centro de Trabalho de Marvila, na Rua Bento Gonçalves, Lote 725, Loja B (no Bairro do Armador, em Marvila). A sessão, que tem início às 15h, conta com a presença de **António Andrez** e a participação de um conjunto musical com **Vítor Sarmento** e **Jorge Jordan**.

Corroios

Almoço-convívio no Parque das Merendas (Alto do Moinho), com a participação de **Jorge Pires**
Dia 11 a partir das 11h - (Inscrições no CT de Corroios)

Almada

Almoço-convívio da célula da Lisnave/Gestnave na Quinta da Atalaia com a participação de **José Casanova**
Domingo, dia 11

5.º Convívio da Célula
dos Trabalhadores da Autarquia

Concurso de Pesca no Ginjal - Almoço às 13h30 na Atalaia
Domingo, 11

Moita

Pique-nique concelhio no Parque Municipal com a presença de **Odete Santos**
Sábado, 10, a partir das 13h

Faro

Convívio com trabalhadores comunistas no activo
Sexta-feira, 9, às 19h, no CT de Faro, com **Jerónimo Sousa**

Beja

«Mastro popular»
no quintal do Centro de Trabalho

Carlos Carvalhas

Acompanhado por deputados e dirigentes do Partido, o Secretário-geral do PCP visita amanhã, sexta-feira, ao fim da manhã o Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Xabregas, na Rua de Xabregas, 62, em Lisboa, onde será recebido pela Direcção do Centro.

Hoje às 19h em Lisboa
no **Vitória Espaço Cultural**
promovido pelo Sector Intelectual da ORL
CIDADE, METRÓPOLE, VIDA URBANA
na Região de Lisboa

Com a participação de técnicos,
eleitos em autarquias, sindicalistas,
outros quadros do Partido e convidados



Amanhã, sexta-feira, em Lisboa
promovido pelas DOR's Lisboa e Setúbal do PCP
POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

- medidas para a inclusão
Debate com **Ilda Figueiredo**,
Fátima Amaral, **Edgar Correia**
às 16h30 na Biblioteca Camões
(Largo do Calhariz, 17)



• Outros debates:

ODIVELAS - Sobre as propostas e projectos da CDU para o Município de Odivelas, com a participação de **Natália Santos** e **Francisco Pereira**: na Sociedade Musical Odivelense, hoje, dia 8 às 18h.

BARREIRO - Sobre a obra de **V. I. Lênine** e a propósito da edição de «O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo», com a participação de **Carlos Aboim Inglez**: no auditório do CT Concelhio, hoje, quinta-feira, às 21h30.

S. JOÃO DA MADEIRA - Sobre os problemas sociais dos trabalhadores do sector do calçado, com a participação de **Vicente Merendas**: sexta-feira, 9, às 21h30 na Biblioteca Municipal



Faro

Convívio promovido pela JCP e a Comissão Concelhia de Faro do PCP com João Amaral
- o papel das Forças Armadas. Os jovens e o SMO;
- A nova ordem mundial. O papel da NATO e dos EUA;
Paz e Desarmamento
Sexta-feira, 9, às 22h, no CT de Faro.

Aveiro

«Um olhar diferente sobre a Europa»
- debate com **Joaquim Miranda** e **Miguel Soares**, às 14h30;
- Jantar, seguido de animação, a partir das 20h.
Em Santa Maria da Feira, CT do PCP, sábado, dia 10.

Évora

5.º Encontro Regional
Sábado às 14h no Grupo Cultural e Desportivo dos Bairros de Sta. Maria e Fontanas
Com a participação de **Luísa Araújo**

FESTADO Avante! 2000

1 2 3 SETEMBRO • ATALAIA • AMORA • SEIXAL

3.º Concurso de Pesca Desportiva
na baía natural do SEIXAL

9 de Julho de 2000

Organização da Comissão Concelhia do Seixal
(Informações, regulamento, inscrições: CT do Seixal - tel. 212216952, fax 212228770)

CHAMUSCA - 2.º Ribavante
Concurso de Bandas de Música Rock
promovido pela JCP Santarém

Dia 10 de Junho no Parque Municipal da Chamusca
A Banda vencedora tocará na Festa do Avante!

ESTREMOZ - Concurso de Bandas
promovido pela JCP

Dia 17 de Junho a partir das 21h no Pelourinho
A Banda vencedora tocará na Festa do Avante!
(Inscrições até 15/06: CT Évora ou Tels. 914977383 - 266706502)

Excursões a Braga - Festa da Alegria
8 e 9 de Julho

De Sta. Iria de Azóia - Excursão de autocarro com saída de Sta. Iria às 6h de dia 8 e regresso de Braga na tarde de 9, com chegada a Sta. Iria prevista para as 20h30. O preço de 11.000\$00 inclui transporte, dormida, pequeno almoço e entrada na Festa. Informações e inscrições: tel. 219590010.

De Grândola - Excursão de autocarro com saída de Grândola às 6h de dia 8 e regresso de Braga dia 9 ao fim da tarde. O preço é de 5.500\$00, incluindo a entrada na Festa. Informações e inscrições: tel. 269442399.

De Ajuda/Lisboa - Excursão de autocarro com saída de Lisboa às 7h do dia 8 e regresso de Braga dia 9 ao fim da tarde. O preço é de 8.600\$00 e inclui, além da viagem, dormida e pequeno almoço em hotel. Informações e inscrições: tels 213645566 e 213638512.

ATVer



Peter Weller,
um homem
cercado em
O Festim Nu,
de Cronenberg



Uma cena de
La Dolce Vita,
de Fellini

O Festim Nu

(Sexta, 23.00, RTP 2)

Começamos em horror. E avisando que este filme do canadiano Cronenberg - cineasta do escatológico, com predileção por um mundo híbrido de insectos e de homens - vem «marcado» com círculo vermelho para afastar do ecrã os mais sensíveis. **O Festim Nu**, de 1991, é, porém, um filme a ter em conta. Inspirado em Kafka, certamente, e com um argumento do próprio realizador, a partir do livro de outro mestre do fantástico, que participou como director artístico - William S. Burroughs.



Mastroianni faz de Fellini em **Fellini - Oito e Meio**

Matar Saudades

(Sábado, 0.35, RTP 2)

Que escolha melhor para um dia 10 de Junho? Um filme português, com certeza, que fale de histórias nossas. Realizado em 1988 por Fernando Lopes, **Matar Saudades** escolhe uma aldeia de Trás-os-Montes, onde se prepara a representação de um «Acto da Paixão» para lugar e momento de um regresso. O de um emigrante marcado pelas memórias da guerra colonial, que volta para deparar com uma realidade que lhe destrói a ilusão de um passado em que depositava todas as esperanças.

O Conto do Vigário

(Segunda, 22.00, RTP 2)

E agora uma série de ouro. Começa hoje e prolonga-se na semana que vem, a exibição de uma série de filmes de Fellini. A série tem início com este **Conto do Vigário (Il Bidone)**,

realizado em 1955, já após o célebre filme *A Estrada*. Trata-se aqui de uma história de vigarices que na altura não obteve o sucesso que os posteriores filmes do autor e que a distância proporcionará talvez melhor atenção.

A Doce Vida

(Terça, 22.00, RTP 1)

Começam provavelmente aqui os anos 60, no cinema europeu, se os leitores nos perdoarem o atrevimento. Este **La Dolce Vita** é um filme de culto, não apenas na filmografia de Fellini nem apenas no âmbito do cinema italiano onde avultam outros nomes contemporâneos (De Sica, Antonioni, para citar apenas estes), e mesmo tendo em conta que a *Novelle Vague* francesa já dera os primeiros frutos. E também nos parece que, a partir deste filme, Fellini encontra a sua via de abordagem da realidade.

Fellini - Oito e Meio

(Quarta, 22.00, RTP 2)

Este será, provavelmente, o filme mais conhecido do público, em toda a obra de Fellini. Realizado em 1963, costuma ser apontado como um «ensaio» se não

autobiográfico no sentido restrito do termo, pelo menos de auto-análise, de «confissão» do cineasta sobre as suas próprias obsessões. Marcello Mastroianni (de novo e sempre), empresta-se ao papel de alter ego do autor, contracenando nesta fantástica viagem com outros notáveis artistas, como Anouk Aimée e Claudia Cardinale.

... e ainda...

Ninguém Falará de Nós Quando Morreremos, de Agustin Diaz Yanes (Quinta, 22.45, RTP 2)

Aqui na Terra, de João Botelho (Quinta, 00.40, RTP 2)

Emma, de Douglas McGrath (Sexta, 02.35, SIC)

Fielmente Teu, de Paul Mazursky (Sábado, 02.55, RTP 1)

Cabo e Satélite

Quando o Euro 2000 começa...

É um nunca mais acabar. Para os assinantes da TV por Cabo e/ou Satélite, que recebam o canal Eurosport, e que sejam fanáticos - ou apenas simpaticantes do futebol - a festa começa em 10 de

Junho e lá em casa já não vai haver mais TV para ninguém. No Eurosport tudo começa às 19 horas do próximo sábado, com a cerimónia de abertura transmitida em directo, e com o primeiro jogo a seguir-se, também em directo, às 20.45, disputado pela Bélgica e pela Suécia. Portugal, como toda a gente já saberá, tem o seu primeiro jogo ao terceiro dia, defrontando a Inglaterra às 20.45 do dia 12. Sendo véspera de Santo António, talvez haja alguma sorte. (A começar no Sábado, às 19 horas, e a terminar no próximo mês)



Euro 2000:
dois
jogos
por dia
em
directo
(RTP1)

Quinta, 8

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: Só Números
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Mentira (Telenovela)
15.45 Espaço Infantil-Juvenil
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Remate
21.30 Concurso: Só Números
22.00 Bacalhau com Todos
23.00 Euro 2000
23.30 Quem Quer Ser Milionário?
00.30 24 Horas
00.55 1ª. Página
01.30 «Incidente numa pequena cidade» (EUA, Drama)
03.05 Filme a designar

▼ RTP 2

07.00 Euronews
15.00 Desporto 2 (Ténis: Roland Garros)
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
19.55 Hóquei
21.25 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 «Ninguém Falará de Nós Quando Morreremos» (Nadie Hablará de Nosotras Quando Hayamos Muerto, de Agustin Diaz Yanes, Esp./1995, com Victoria Abril, Federico Luppi. Drama)



Maria Calas no «Artes e Letras» desta semana (RTP2)

Em despedida,
«Os Mistérios de Ruth Rendell», com Susanah York (RTP2)

00.40 «Aqui na Terra» (de João Botelho, Port./1993, com Lufs Miguel Cintra, Jessica Weiss, Pedro Hestnes. Drama)
02.30 Mistérios de Ruth Rendell

▼ SIC

08.00 Buérére
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Terra Nostra / A Muralha
22.30 Esta Semana
23.45 Sai de Baixo
00.25 «O Bom Rebelde» (Good Will Hunting, de Gus Van Sant, EUA/1997, com Robin Williams, Mat Dillon, Ben Affleck. Drama)
02.25 Último Jornal

▼ TVI

09.00 Animação
12.40 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Batatoon
18.50 Olhó Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 A Grande Aventureira
21.00 Entre Marido e Mulher
21.45 Concurso Miss Universo
23.45 «Universo Paralelo» (de Peter Werner, EUA/1998. Ficção científica)

Sexta, 9

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: Só Números
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.45 Espaço Infantil-Juvenil (às 16.40 «Boa Tarde»)
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
20.55 Hóquei: Portugal-Itália
22.15 Concurso: Só Números
22.45 João Nicolau Breyner
00.35 Euro 2000
01.15 24 Horas
01.40 1ª. Página



Maria Calas no «Artes e Letras» desta semana (RTP2)

02.00 Basquetebol: NBA (diferido)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
15.00 Desporto (Ténis: Roland Garros)
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
19.40 A Matemática e o Homem
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 Aqui Europa
23.00 «O Festim Nu» (Naked Lunch, de David Cronenberg, Can.-G.Bret./1991, com Peter Weller, Judt David, Ian Holm. Fantástico)
00.50 Andamentos
01.20 Departamento de Homicídios

▼ SIC

08.00 Buérére
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Terra Nostra / A Muralha
22.30 Sai de Baixo
23.20 Diário do Europeu
02.00 Último Jornal
02.35 «Ema» (de Douglas McGrath, G.Bret.-EUA/1996, com Gwyneth Paltrow, Jeremy Northam, Toni Collette. Drama)

▼ TVI

09.00 Animação
12.10 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Batatoon
19.00 Olhó Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 A Grande Aventureira
21.00 Pupilas do Sr. Doutor
21.40 Reis da Música Nacional
00.10 «O Preço da Mentira» (de Stephen Gyllenhaal, EUA/1997, com Ellen Burstyn, Dana Delany. Drama)

Sábado, 10

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
12.10 Companhia dos Animais
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.00 Apanhados
16.20 Hóquei: Portugal-Espanha
17.35 Aqui Europa
17.50 Jet 7
18.50 Telejornal
19.00 Euro 2000 - Cerimónia de Abertura
19.30 Euro 2000: Bélgica-Suécia (Directo)
21.35 Telejornal
22.45 Santa Casa
00.30 Loja do Cidadão
01.30 Máquinas
02.00 Euro 2000
02.30 24 Horas
02.55 «Fielmente Teu» (Faithful, de Paul Mazursky, EUA/1996, com Cher, Chazz Palminteri, Ryan O'Neal. Comédia)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
11.55 Arquivos do Entendimento
12.40 O Século das Descobertas
13.35 Quem Sai aos Seus
14.00 Parlamento
15.00 Desporto
19.30 Magazine 2001
20.00 A Outra Face da Lua
22.00 Jornal 2
22.50 Dinheiro Vivo
23.25 Allô, Allô
23.55 O Meu Herói
00.25 Valha-me Deus
23.35 O Lugar da História
00.35 «Matar Saudades» (de Fernando Lopes, Port./1988, com Rogério Samora, Teresa Madruga, Pedro Efe. Drama)

▼ SIC

07.30 Zip Zap
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Big Show Sic
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Residencial Tejo
22.00 Negócio Fechado
23.10 O Sexo e a Cidade
23.45 «Jogos de Prazer» (Boogie Nights, de Paul Thomas Anderson, EUA/1997. Drama)
02.00 Último Jornal
04.05 «O Bom Políeja» (The Good Policeman, EUA/1994. «Thriller»)
06.00 Documentário («Deep Inside the Titanic»)

▼ TVI

09.00 Animação
10.30 O Sótão do Pedro
11.00 Top Rock
12.00 Caras Lindas
13.30 Contra-Ataque
14.15 4ª. A Fundo
14.30 «O Men Outro Filho» (de John Power, EUA/1994, Lisa Hartman Black, Louise Fletcher. Drama)
16.30 «O Men Amigo Presidente» (EUA/1999. Comédia Dramática)
18.30 Impacto TV
19.30 Directo XXI
20.00 «Plano de Evasão» (de Graeme Campbell, EUA/1999. «Thriller»)
21.55 Jardins Proibidos
23.05 Lux
23.45 «As Terças com Morrie» (de Mick Jackson, EUA/2000, com Jack Lemmon, Hank Azaria. Comédia Dramática)
01.45 «Momento de Justiça 1» (de Robert Radler, EUA/1984, com Eric Roberts, James Earl Jones. Drama/Artes Marciais)



Domingo, 11

▼RTP1

07.00 Infantil / Juvenil
12.00 3ª. Calhou a Contar do Sol
12.30 Jornal da Tarde
13.15 Euro 2000: Turquia-Itália
15.20 Made in Portugal
16.45 Euro 2000: França-Dinamarca
19.15 Telejornal
19.30 Euro 2000: Holanda-Rep. Checa
21.35 Telejornal
22.45 Agora é que são Elas
00.20 Nada é Sagrado
01.15 Euro 2000
01.30 Prazeres
02.15 NBA

▼RTP2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.30 Iniciativa
13.30 Onda Curta
14.00 Desporto
18.20 Rotações
18.50 Jornal de África
19.30 Bombordo
20.00 Artes e Letras: «Maria Callas»
21.30 Horizontes da Memória
22.00 Travessa do Cotovelo
23.00 Faenas
23.40 A Vida É Assim
00.35 Ópera: «Barbeiro de Sevilha» (de Rossini, com os cantores Ramon Vargas, Enzo Dara, Cecilia Gasdia e direcção do maestro Claudio Scimone)

▼SIC

07.30 Zip Zap
12.00 BBC Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.30 «A Ilha das Cabeças Cortadas» (de Renny Harlin, EUA/1995. Aventura)
15.30 Walker, O Ranger do Texas
16.30 «Jerry Maguire» (de Cameron Crowe, EUA/1996, com Tom Cruise, Cuba Gooding Jr., Desporto)
20.00 Jornal da Noite
21.10 Malucos do Riso
22.15 Herman SIC
00.20 «Mad Max 2, O Guerreiro da Estrada» (de George Miller, EUA/1981, com Mel Gibson, Bruce Spence, Vernon Wells. Aventura)
02.40 Último Jornal
03.05 O Guarda-Costas
04.35 «O Massacre dos Inocentes» («Turtle Beach», EUA/1992, com Greta Scacchi, Joan Chen. Drama)

▼TVI

09.00 Animação
11.00 Espaço Religioso
11.10 Missa
13.00 Portugal Português
13.45 Caras Lindas
15.00 «Grito de Amizade» (Lisa and David, de Lloyd Kramer, EUA/1998, com Sydney Poitier, Lukas Haas, Allison Janney. Drama)
17.00 Cocktail Nacional
19.00 Directo XXI
20.00 «Guerreiros da Virtude» (de Ronny Yu, EUA/1998. Aventura Espaciais)
21.55 Jardins Proibidos
23.05 «O Enviado» (de Richard Pepin, EUA/1997. «Thriller»)
01.05 «A Melhor Defesa» (de Williard Huick, EUA/1984, com Dudley Moore, Eddie Murphy, Kate Kapshaw. Comédia)

Segunda, 12

▼RTP1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Mentira
15.45 Uma Casa em Fancios
16.45 Euro 2000: Alemanha-Roménia
18.50 Telejornal
19.15 Euro 2000: Portugal-Inglaterra
21.30 Telejornal
22.20 Remate
22.40 S6 Números
23.10 A Senhora Ministra
23.45 Garrett
00.45 24 Horas



À descoberta dos efeitos terapêuticos da música de Mozart com Paula Aresta em «Andamentos»

01.10 1ª. Página
01.30 Euro 2000

▼RTP2

07.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.30 TV Nostalgia
18.30 Informação Religiosa
19.00 Universidade Aberta
19.30 Praemium 2
20.20 Bombordo
21.00 Jornal 2
21.40 Acontece
22.00 «O Conto do Vigário» (de Federico Fellini, com Broderick Crawford, Richard Basehart, Franco Fabrizi. Drama)
23.45 O Cupido

▼SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Terra Nostra / A Muralha
22.10 Roda dos Milhões
00.30 Sai de Baixo
01.10 Último Jornal
01.45 «Malvados Dólares» (de Francis Veber, EUA/1992, com Matthew Borderick, Jeffrey Jones. Comédia)

▼TVI

09.00 Animação
12.10 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Batatoon
19.00 Olhó Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 A Grande Aventureira
21.00 Marchas Populares de Lisboa (Desfile)
02.15 «A Face do Terror» (de Mary Lambert, 1997. «Thriller»)

Terça, 13

▼RTP1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: Só Números
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Mentira
15.45 Uma Casa em Fancios
16.45 Euro 2000: Espanha-Noruega
19.00 Telejornal
19.30 Euro 2000: Jugoslávia-Eslovénia
21.30 Telejornal
22.20 Remate
22.40 Concurso: Só Números



23.10 Grande Entrevista
00.40 Euro 2000
01.10 24 Horas
01.35 1ª. Página
01.55 Os Hughleys
02.55 «Em Nome do Amor» (For Love Alone de Michael Lindsay-Hogg, EUA/1994, com Stephen Collins, Sanna Vraa. Drama)

▼RTP2

07.00 Euronews (às 15.00 Ténis: Roland Garros)
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
19.50 O Lugar da História
21.00 Jornal 2
21.40 Acontece
22.00 «A Doce Vida» (La Dolce Vita, de Federico Fellini, It.-Fr./1960, com Marcello Mastroianni, Yvonne Furneaux, Anouk Aimée, Anita Ekberg. Ver Destaque)
01.00 Resistência

▼SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.10 Terra Nostra / A Muralha
23.30 Sai de Baixo
00.40 «Delírio de Mulher» (Woman of Desire, Robert Ginty, EUA/1993, com Jaff Fahey, Bo Derek, Robert Mitchum. «Thriller» Erótico)
02.40 Último Jornal
03.25 Toda a Verdade: Ficheiros Vermelhos (Parte 2)

▼TVI

09.00 Animação
12.10 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Batatoon
19.00 Olhó Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 A Grande Aventureira
21.00 «Querida, Encolhi os Miúdos» (de Joe Johnston, EUA/1989, com Rick Moranis. Comédia)
23.05 Longa-metragem a designar
01.15 «Culpa Formada» (de Mike Robe, EUA/1999. «Thriller»)

Quarta, 14

▼RTP1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: Só Números
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Mentira
15.45 Espaço Infantil-Juvenil
17.35 Regiões
19.00 Telejornal
19.30 Euro 2000: Itália-Bélgica
21.30 Telejornal
22.20 Remate
22.40 Concurso: Só Números
23.10 As Lições do Tonecas



23.40 Euro 2000
00.10 24 Horas
00.35 1ª. Página
01.10 Final NBA

▼RTP2

07.00 Euronews
08.00 Espaço Infantil/Juvenil
16.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.30 Espaço Infantil-Juvenil
20.00 O Universo Desconhecido dos Micróbios
21.00 Jornal 2
21.40 Acontece
22.00 «Fellini - Oito e Meio» (Otto e Mezzo, de Federico Fellini, It./1963, com Marcello Mastroianni, Anouk Aimée, Sandra Milo, Claudia Cardinale. Drama)
00.40 Sinais do Tempo / Zoom

▼SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Terra Nostra / A Muralha
22.10 Capitão Roby
23.20 Sai de Baixo
00.10 «Sob Vigilância» (Spanish Rose, de Bob Misiorowski, EUA/1993, com Robert Davi, Gale Hansen. Comédia)
03.00 Último Jornal

▼TVI

09.00 Animação
12.10 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Batatoon
19.00 Olhó Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 A Grande Aventureira
21.00 Ri-te, Ri-te
22.30 Longa-metragem
00.40 «Assalto Imperfeito» (de Lucas Platt, EUA/1984. Comédia)

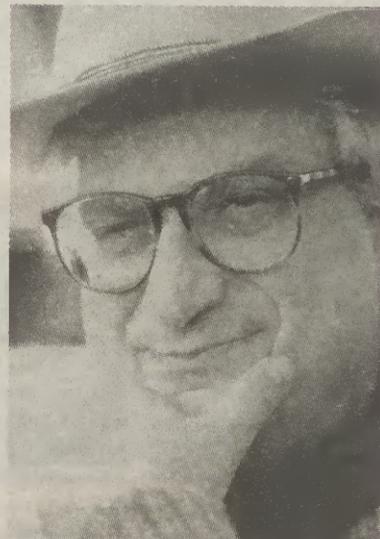
Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TVisto

Correia da Fonseca

A regra e a excepção

Não há regra sem excepção, e é ainda mais assim quando somos nós próprios a decidir das excepções que hão-de ter as regras que nos enquadram. Há muito tempo já, ensinado por quem sabe, aceitei que um comentário de TV na imprensa deve «estar» onde estiveram também os olhos dos leitores, o que tende a excluir referências alargadas a programas que terão sido vistos por poucos. Porém, é claro que não há regras tão certas e absolutas que possam alhear-se das circunstâncias, de princípios de ordem geral, dos objectivos a curto ou longo prazo. E aí estamos nós devolvidos ao terreno da relativa imprecisão, da necessidade da reflexão e da necessidade de optar que é, já se sabe, o próprio terreno da condição humana.



Bertrand Tavernier

Todo este latim tem em vista a introdução de mais uma excepção: a que consistirá em vir falar aqui de um programa, que por sinal é um filme realizado para o Cinema, a que tive acesso graças à televisão por cabo, ainda ao dispor de uma minoria de espectadores que se repartem por umas três ou quatro dezenas de canais distribuídos desse modo. Felizmente, falar do que nos é trazido por cabo e está ausente dos quatro canais «clássicos» é também falar, implicitamente, dessa ausência, isto é, desses canais. Julgo que deixou de se usar o argumento, ainda utilizado pelo democrático director de uma publicação onde escrevi, segundo o qual o crítico de TV não tem nada que referir-se ao que não aparece nos ecrãs, mas apenas ao que neles surge. Barricado nesse argumento, o sujeito vetava todas as minhas tentativas para denunciar situações de efectiva censura que, mesmo depois de Abril, ocorriam na RTP. O zeloso director saiu da revista e eu ainda fiquei largo tempo por lá, foi o que valeu.

O acaso trouxe um filme

Passemos, porém, ao que mais interessa: no passado domingo, na tentativa de escapar ao cerco da mediocridade que por vezes ocupa

todos os canais portugueses ou por qualquer outra razão, lancei ferro num dos canais distribuídos por cabo, o Hollywood. Convém dizer que o Hollywood já não é o que era antes do lançamento de dois canais de Cinema na TV, o Telecine 1 e o Telecine 2, pagos por fora: numa óbvia manobra de motivação comercial, o Hollywood foi então esvaziado de muito do seu melhor, cujo visionamento passou a ser facturado à parte a quem tiver aceite a variação. Por isso passei a sintonizar o canal menos vezes e com expectativas reduzidas. Desta vez, porém, tive sorte: saiu-me um filme verdadeiramente excepcional que, para mais, creio não ter tido exibição comercial entre nós. O que se entende perante a data da sua realização: 1973. Nesse ano, muitos filmes estavam impedidos de entrar em Portugal, e de resto também muita gente estava impedida de sair.

O filme era «L'horloger» («O relojoeiro»), do francês Bertrand Tavernier, e recebeu vários prémios. Anote-se, já agora, que o mais mediático êxito de Tavernier haveria de ocorrer anos mais tarde com a adaptação cinematográfica do «Germinal», a autêntica epopeia da classe operária que Zola escrevera e também por ela, diz-se, foi condenado à morte e executado de modo discreto e doméstico. Para lá do prazer que tive em ver o filme, porém, visitou-me alguma tristeza por me parecer que «O relojoeiro» nunca foi transmitido pela RTP ao longo de todos estes anos, a menos que o tenha sido sem que eu tenha dado por isso, o que é quase o mesmo. Porque um filme como este não pode ser transmitido sem que os telespectadores sejam disso adequadamente avisados, sob pena de a RTP não estar a responder à razão maior da sua sobrevivência.

Contudo, bem se sabe, a RTP transmite através do seu segundo canal, muitos filmes da produção para o Cinema. Acho mesmo que transmite filmes de mais, de modo a por vezes tapar tempos de antena onde estariam melhor programas que são atirados para as madrugadas de pouca ou nenhuma audiência: estou a pensar em emissões de teatro na TV, em séries importantíssimas como «Resistência», noutros casos mais. A seu crédito, lembro que «Germinal» foi transmitido entre nós (a menos que, era o que faltava!), o tenha sido pela TVI, como aliás receio). Mas este outro filme de Tavernier merecia a transmissão, merecíamos-la nós, merecíamos-a o serviço público. Não é, bem sei, um filme erótico, ou de terror «soft», ou de pendores sobrenaturais, e isso será um factor desfavorável na actual fase da RTP 2, onde se tornou difícil encontrar um filme tocado por consciência sociopolítica, mesmo leve como em «L'horloger». Mas é exactamente isso que dói. Ou, dizendo-o de outra maneira: é isso que indigna.



A talhe de foice

• Anabela Fino

De futebol, não percebo

Numa semana em que se registaram novos e brutais aumentos do gás e das taxas de juros; greves nos mais diversos sectores de actividade - dos mineiros de Aljustrel à refinaria de Sines, da indústria automóvel em Castelo Branco à Petrolgal, passando pelos enfermeiros em todo o País, só para citar alguns casos - por elementares direitos dos trabalhadores; nova subida nos valores da inflação que não auguram nada de bom para a bolsa dos portugueses, a notícia que dominou as atenções do País foi o «despedimento» de João Pinto.

De futebol, confesso, percebo pouco. Deve ser por isso que as grandezas e misérias do futebol me passam ao lado, e que tenho alguma dificuldade em perceber que os principais noticiários das televisões despendam mais de 30 minutos com o assunto (caso da SIC, Jornal da Noite de dia 5), que os jornais gastem páginas e páginas com a mesma matéria, ou que as rádios se desdobrem em diligências para nos informar o que os fãs, os rivais, o pai, o tio, o avô, o primo e a prima, a mulher, o cão, o gato e periquito de João Pinto pensam e sentem do acontecido. Também tenho dificuldade em perceber - **mea culpa, mea culpa** - que adeptos do Benfica ou de qualquer outro clube, que o fenómeno é geral, se mobilizem, e manifestem, e enfureçam, e aplaudam, e gremem, e percam a tramontana, e chorem, e se desesperem porque um jogador foi dispensado.

É claro que todos sabemos que o futebol desperta emoções fortes, que mobiliza multidões, que serve de tubo de escape a muita coisa, que alimenta sentimentos de pertença a um grupo que não questiona a individualidade, que une e separa mais do que qualquer ideologia, que inspira alegrias e tristezas dessas que desatinam sem doer. Mas o que pode levar tanta gente a sentir como seu um «despedimento» de um jogador que, dizem, arrecada mensalmente 25 700 contos líquidos, que com os prémios leva para casa ao fim do ano qualquer coisa como meio milhão de contos, e que ainda por cima rescindiu o contrato com o clube por mútuo acordo - o que significa que não saiu de mãos a abanar?

No fim-de-semana alguém me falou de uma obra do Estado onde trabalhadores africanos e do Leste da Europa trabalham de sol a sol por um salário de miséria, sem possibilidade sequer de recorrer à assistência médica por falta de documentação; e também da existência de um casal do Europa Central - ele engenheiro e ela professora - isolados numa exploração agrícola a ordenhar gado, que não recebem sequer o salário mínimo, e cuja situação de ilegalidade lhes impede o contacto com a «civilização», nem que seja para comprar um maço de tabaco.

São dois casos iguais a tantos outros, infelizmente, que não correm o risco de chegar às primeiras páginas dos grandes órgãos de informação e que não têm qualquer hipótese de suscitar as ondas de paixão provocadas por João Pinto. Casos anónimos, como anónimos são os milhares de trabalhadores despedidos sem perspectiva de futuro, ou os reformados e pensionistas que (sobre)vivem com mil vezes menos do que João Pinto. Azar o deles, que em vez de espectáculo só tiveram a sua força de trabalho para oferecer à sociedade.

Pode ser que tudo isto seja natural, que haja uma espécie de fatalidade a explicar o estranho comportamento humano. Mas também pode ser que tudo isto não passe do resultado de uma gigantesca manobra de manipulação, e que o futebol, como outros fenómenos, seja de facto um ópio do povo graciosamente servido de bandeja. Não sei, mas como disse, eu de futebol percebo pouco.

Comunistas exigem no PE Combater a exclusão

Ilda Figueiredo apresentou anteontem, na Comissão do Emprego e Assuntos Sociais do Parlamento Europeu, um documento de trabalho intitulado «Construir uma Europa Inclusiva».

A eurodeputada comunista exige o cumprimento dos compromissos assumidos na Cimeira de Lisboa e apresenta propostas para o programa de combate à exclusão que a Comissão Europeia irá levar ao PE ainda durante o mês de Junho. Ilda Figueiredo defende, designadamente, a criação de um observatório europeu e de comités nacionais para recolha e sistematização alargada de informações, tendo em vista um conhecimento aprofundado sobre a pobreza na UE, que permita estabelecer orientações e linhas directrices a incluir nos planos nacionais de combate à pobreza.

Contudo, alertou, as propostas sobre esta matéria não se devem limitar à luta contra a exclusão do mercado de trabalho, já que a exclusão social tem uma natureza multidimensional. Ou seja, são necessárias respostas para os problemas resultantes da

imigração, da falta de integração, dos baixos rendimentos das famílias (quer devido a reduzidas prestações sociais, quer devido a baixos salários ou ainda a agregados familiares numerosos), das más condições de alojamento, da falta de cuidados de saúde, da deficiência e doen-

ças crónicas, de dificuldade de acesso à educação, etc.

A deputada considerou que, nesta luta, exigem-se não só políticas de apoio às camadas sociais mais expostas à pobreza como, sobretudo, novas orientações das políticas económicas e sociais, que coloquem como prioridade o combate à pobreza e exclusão. Sublinhou o importante papel das

organizações não governamentais em todo este processo.

São necessárias novas orientações das políticas económicas e sociais

Amanhã, sexta-feira, Ilda Figueiredo participa num debate sobre o tema que se realiza em Lisboa, na **Biblioteca Camões** a partir das 16.30 horas. Na iniciativa participam ainda Fátima Amaral, deputada na AR, e Edgar Correia, membro da Comissão Política do PCP.



A par da exclusão do mercado de trabalho, outros problemas graves exigem respostas

Institutos Regionais hoje na AR

«Desconcentração participada: que fazer às CCR's?» Este o tema proposta para mesa-redonda que o Grupo Parlamentar promoveu anteontem, na Assembleia da República, no qual participaram, para além de autarcas, professores universitários e especialistas, os responsáveis dos Conselhos de Região, das Juntas Metro-

politicas e das actuais Comissões de Coordenação Regional. Dirigida pelo deputado João Amaral, esta reunião contou ainda com a participação de Jorge Cordeiro, da Comissão Política do PCP e responsável pela área autárquica, e do deputado Joaquim Matias.

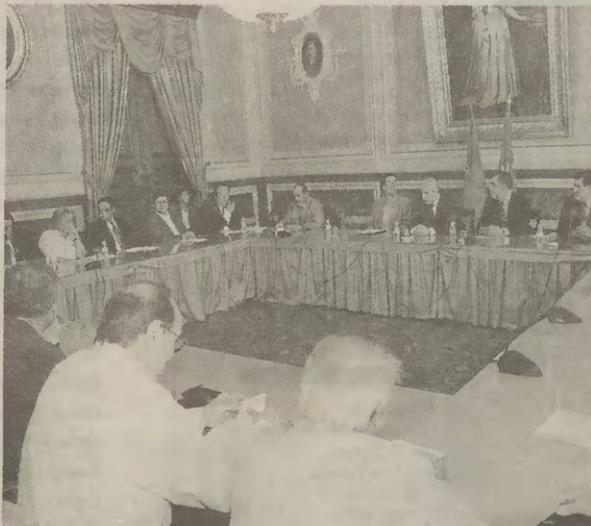
Esta iniciativa inseriu-se no quadro de preparação do

debate que hoje preencherá a agenda plenária centrado no projecto de lei do PCP que cria os Institutos Regionais, em substituição das CCR's.

Nos seus objectivos, este diploma visa, em síntese, substituir uma política regional centralizada e não participada por um modelo de gestão de âmbito regional, procurando simultaneamente adequar as áreas de actuação a uma escala geográfica que melhor corresponda ao prosseguimento

das políticas de desenvolvimento regional.

Uma maior coordenação e racionalização das áreas de actuação dos vários serviços desconcentrados da administração central, constitui outro dos objectivos inscritos no diploma comunista, no qual se procura dar também resposta à compatibilização entre o efectivo poder de decisão das autarquias e a disponibilidade dos seus responsáveis para funções executivas nos referidos Institutos Regionais.



PCP suscita reflexão sobre modelo de gestão regional (na foto, encontro na AR)

PCP contra aumento do gás

Em nota do seu Gabinete de Imprensa, de terça-feira passada, o PCP considera o novo aumento do preço do gás de uso doméstico como um processo que, «associado a outros aumentos de preços, conduz à anulação dos aumentos salariais de muitos trabalhadores».

O gás de botija, denuncia o PCP, foi aumentado em mais de 5%, pela terceira vez, num total de cerca de 25%, no espaço de seis meses, havendo situações em que os aumentos do fim do ano passado e deste ano fizeram passar o preço da botija de 1.850\$00 para 2.300\$00, isto é um aumento de 450\$00 por botija.

Assim, «uma família com um rendimento mensal de 100.000\$00 que tenha tido uma actualização salarial de 2,5% e consuma duas bilhas de gás por mês, vê anulado com o aumento do gás mais

de 35% do aumento salarial». O PCP chama ainda a atenção para o facto de se invocar para estes aumentos a subida do preço do crude e a alta cotação do dólar mas omitir-se que, «quando o preço do crude chegou ao patamar mais baixo dos últimos anos e a cotação do dólar estava a um nível inferior, os preços do gás não baixaram».

Por fim, o PCP manifesta o seu desacordo com estes aumentos e considera «indispensável que os trabalhadores e a população façam ouvir a sua indignação contra esta política de degradação do seu poder de compra».

FESTADO Avante! 2000
1 2 3 SETEMBRO • ATALAIA • AMORA • SEIXAL

«Arte de transformar» até 16 de Junho

O prazo para a entrega de projectos para a iniciativa «Arte de transformar», promovida pela Festa do «Avante!», termina no próximo dia 16 de Junho (e não a 26 de Maio, como se pode deprender do regulamento já divulgado).

Também o endereço de correio electrónico da comissão organizadora que consta do folheto distribuído com a ficha de inscrição não é o correcto, devendo os interessados dirigir as suas mensagens para: festavante@mail.telepac.pt.



00160